**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**
**INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E COTIDIANO**

**ANA PAULA MULLER SOARES**

# ATIVISMO DIGITAL MATERNO:
CARACTERÍSTICAS E INTERFACES DO MOVIMENTO DE MÃES EM REDE COM A MÍDIA INDEPENDENTE E OS FEMINISMOS

Niterói 2019

Ana Paula Muller Soares

**ATIVISMO DIGITAL MATERNO:**
CARACTERÍSTICAS E INTERFACES DO MOVIMENTO DE MÃES EM REDE COM A MÍDIA INDEPENDENTE E OS FEMINISMOS

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano na Universidade Federal Fluminense.

Orientadora: Prof.a Dra. Andrea M .L.Medrado

Niterói 2019

Ana Paula Muller Soares

**ATIVISMO DIGITAL MATERNO:**
CARACTERÍSTICAS E INTERFACES DO MOVIMENTO DE MÃES EM REDE COM A MÍDIA INDEPENDENTE E OS FEMINISMOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC), como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Mídia e Cotidiano, sob a orientação da Prof. Drª. Andrea Medrado.

Apresentada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA:

_____
Prof. Drª. Andrea M .L. Medrado - Orientadora
UFF

_____
Prof. Drª. Ana Paula Bragáglia
UFF

_____
Prof. Drª. Suzy dos Santos
UFRJ

Niterói 2019

S676a Soares, Ana Paula Muller
Ativismo Digital Materno : Características e interfaces do movimento de mulheres mães em rede com a mídia independente e os feminismos / Ana Paula Muller Soares ; Andrea Medrado, orientadora. Niterói, 2019.
124 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: http://dx.doi.org/10.22409/PPGMC.2019.m.07730822717

1. Ativismo digital. 2. Ativismo materno. 3. Movimentos sociais em rede. 4. Mídia independente. 5. Produção intelectual. I. Medrado, Andrea, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

CDD -

*Dedico este trabalho a todas as mulheres que tornaram-se mães.*

## AGRADECIMENTOS

À minha pequena Maya. Filha minha. Comecei a estudar para o mestrado com você miúda nos braços. E é por você que chego até o fim. Obrigada, minha menina, por chegar inesperadamente na minha vida, por me trazer a condição de mãe e por me fazer uma pessoa melhor a cada dia.

À minha mãe, mulher pequena por fora, mas uma guerreira. Começou a dar aulas com 17 anos no interior. Ia para a roça levar conhecimento para quem não tinha acesso. Um orgulho imenso ser filha desta mulher. Mais de 35 anos dedicados ao magistério como professora de história. Mãe dedicada de três filhas. Nunca parou de trabalhar, nunca viu dificuldade em cruzar a cidade do Rio de Janeiro, da zona sul à zona norte, para nos levar para estudar no Instituto de Educação, uma escola pública considerada excelente na época, lugar onde ela lecionava e onde estudei durante o nível fundamental. Viva a escola pública! Viva a universidade pública!

Ao meu pai, que me levava com cinco anos de idade para passear na Ilha do Fundão para conhecer a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde ele estudou. Meu pai sempre me incentivou e insistia que o meu lugar era na universidade pública. Por isso, se eu me graduei na UFRJ e fiz mestrado na UFF, devo isso em parte ao meu pai. Um exemplo para mim. Um homem com 72 anos que não para de estudar.

Ao meu companheiro, Rafael Sardinha, que me incentivou a passar no mestrado. Que me acompanhou durante todo o processo seletivo, que aguentou minhas crises de ansiedade durante as provas e nos momentos finais.

Às minhas irmãs. Por sempre estarem ao meu lado.

À minha orientadora e parceira, Andrea Medrado. Companheira, me deu oportunidades, me provocou pensamentos e visões sobre o meu problema de pesquisa. Uma pessoa ímpar no meio acadêmico.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano.

Aos mestres que cruzaram meu caminho.

## RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa é investigar de quais maneiras um movimento de mulheres mães em rede dá origem a um fenômeno que consideramos como uma forma distinta de ativismo: o ativismo digital materno. A partir desse argumento, buscamos apresentar outras questões importantes que norteiam o tema, tais como: quais são as principais características desse fenômeno e de que maneira ele se insere nos campos teórico e empírico do ativismo digital; como se dão as relações entre o ativismo digital materno e os diversos feminismos em rede encontrados atualmente; e quais são as interfaces entre o ativismo digital materno e a informação independente. Com base em uma pesquisa inspirada na abordagem da etnografia digital, com observações participantes conduzidas na plataforma Cientista que Virou Mãe, a pesquisa revelou que o principal objetivo deste tipo de ativismo em rede é transformar a forma como a sociedade vê a mulher com filhos, politizando a maternidade e ocupando os espaços offline do cotidiano como forma de resistência.



**Palavras-chave:** ativismo digital; ativismo materno; movimentos sociais em rede; mídia independente; Cientista que Virou Mãe; redes sociais; comunicação digital.

**ABSTRACT**

The research aims to investigate the ways in which a networked movement created by mothers represents a distinct form of activism: digital maternal rights activism. Here, I seek to illustrate this argument by addressing other important issues and questions, such as: what are the main characteristics of this phenomenon? In what ways is the phenomenon located within the theoretical and empirical fields of digital activism? What are the relationships between maternal rights digital activism and other types of feminist activism?; and, finally, what are the linkages between maternal rights digital activism and independent media? Drawing from an ethnographic approach, with participant observations conducted on the Cientista Que Virou Mãe (Scientist Who Became a Mother) platform, I have discovered that the main purpose of this type of networked activism is to transform the ways in which society views and treats women with children by politicizing motherhood and occupying the offline spaces of everyday life as a form of resistance.

**Keywords:** digital activism; maternal rights activism; networked movements; independent media; Scientist Who Became a Mother; social media; digital communication.

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO……..……9**

**1. *CIENTISTA QUE VIROU MÃE:* DE BLOG DE MATERNIDADE À INICIATIVA DE ATIVISMO DIGITAL MATERNO……...……24**

**2. GÊNERO, FEMINISMOS E MATERNIDADE……40**

2.1 Gênero e Feminismo……...…..……..**41**

2.2 Feminismos e Maternidade….……...……**50**

2.3 Maternidade……...…....…….……....**52**

2.4 O ativismo digital materno…….……....**60**

2.5 Feminismo interseccional e ativismo digital materno……**67**

**3. CIBERCULTURA, ATIVISMOS E AS TECNOLOGIAS PARA AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS……..71**

3.1 A inteligência coletiva e a crítica à rede……..……..…….....**72**

3.2 Os movimentos sociais em rede a partir da perspectiva do ativismo materno……....**83**

3.3 Ativismo midiático, mídia alternativa e o direito à informação e à comunicação…….**89**

**4. DAS REDES PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS……..95**

4.1 #mãesnapolítica #lutecomoumamãe: o ativismo materno nas eleições de 2018 no Brasil**.96**

4.2 *Parent in Science*: ativismo materno e ciência……..……**109**

**5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.……..……..……..……..115**

**6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS……118**

**ANEXOS……....122**

## INTRODUÇÃO

O ponto de partida para esta dissertação é uma reflexão sobre a condição da mulher com filhos na sociedade atual, analisando como as mídias digitais vêm sendo utilizadas para trazer para o debate público questões que antes estavam encobertas por uma aura romantizada a respeito do que representa o gerar e o cuidar de filhos. Esta hipótese inicial é construída a partir da observação do cotidiano de mulheres mães em suas narrativas em blogs e páginas sobre maternidade. Tendo como apoio o pensamento de Agnes Heller (2011), entendemos que a sociedade de consumo da pós-modernidade pode subtrair da condição da maternidade uma possibilidade fundamental para o ser humano: o fruir social. Ou seja, a situação social da maternidade está sujeita, a partir do que constatamos na pesquisa inicial exploratória, a fatores que atendem, em primeira instância, ao funcionamento do sistema econômico neoliberal. As especificidades da condição materna contrariam, em certos aspectos, a dinâmica dos meios de produção atuais. A Internet, concluímos, e suas arestas, podem ser apropriadas para ações contra-hegemônicas que contestam o que é dito pela grande mídia institucional e o que foi construído culturalmente para normatizar o sistema de costumes feminino. A autonomia dos espaços simbólicos da rede é vista, dentro desta hipótese, como instrumento para prover visibilidades a questões que estavam antes mal representadas por uma imagem construída segundo o estereótipo idílico romântico da mãe perfeita. Diante destas formulações, o caminho da pesquisa leva em consideração uma curiosidade científica que nos conduz a uma observação que começa com as "jornadas de junho"[1] e com a consequente ocupação das páginas das redes sociais digitais por grupos que atuavam sob a bandeira do feminismo.

O que chamamos neste trabalho de ativismo digital materno ganha força a partir deste contexto e, mais precisamente na segunda década do século XXI, com o fervilhar de páginas voltadas para temáticas de campanhas feministas nas redes sociais. No Facebook, a rede social mais popular durante este período, a página “Feminismo sem demagogia”[2], criada em 2012 e a comunidade “Empodere duas mulheres”[3], criada em 2015, já alcançavam, no final do

---

1 Uma série de protestos que ocorreram no Brasil a partir do mês de junho de 2013. Inicialmente foram movidos pela revolta contra o aumento do transporte público. Porém, com sua evolução, incorporaram novas reivindicações. Em muros próximos de onde as manifestações ocorreram, podia-se ler grafites que diziam: "Não é só pelos 20 centavos!". Fonte: www.nexojornal.com.br/expresso/2017/06/17/O-que-foram-afinal-as-Jornadas-de-Junho-de-2013.

2 https://www.facebook.com/FeminismoSemDemagogiaMarxistaOriginal/

3 https://www.facebook.com/empodereduasmulheres/

ano de 2016, uma rede de mais de um milhão de pessoas cada. O discurso do "meu corpo, minhas regras", bandeira da chamada Quarta Onda do Feminismo, movimento que abordaremos no capítulo 3, passa a permear classes e gêneros que se identificavam com a condição feminina. Questões que até então estavam encobertas pela vergonha e pelo ceticismo passaram a ocupar um maior espaço nas esferas públicas da sociedade.

A partir deste ponto do trabalho será necessário introduzir a narrativa em primeira pessoa, já que estas observações são consequências de minhas motivações pessoais e acadêmicas como mulher, pesquisadora e mãe. Além disso, a adoção da primeira pessoa é coerente com a abordagem etnográfica (KOZINETS, 1998; LAPLANTINE, 2004; FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2012) de pesquisa adotada neste projeto, como será explicado nos próximos capítulos. Aqui, cabe destacar que a etnografia é uma abordagem marcada pelo reconhecimento da minha subjetividade e meu lugar social, considerando a proposta autoetnográfia para referenciar em parte o processo metodológico.

No ano de 2014, as questões reivindicadas por grupos feministas nas redes passaram a ganhar mais a minha atenção. Grávida de uma menina, todas as questões colocadas aqui passaram a habitar efetivamente meu pensamento. Uma reflexão era constante: ser mulher na sociedade contemporânea implica em perdas. Diante da possibilidade de transformar todos os questionamentos que surgiram até aquele momento em uma dissertação de mestrado, novos caminhos para o trabalho se formaram.

No início, o projeto para este trabalho de pesquisa tinha como objetivo investigar os movimentos de mulheres que se apropriavam cada vez mais dos meios digitais em todo o mundo para suas reivindicações. Com o início das atividades acadêmicas no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, da Universidade Federal Fluminense, a orientadora desta pesquisa propôs o tema do ativismo digital materno. O assunto uniu meu interesse pelos ativismos de mulheres na rede e minha identificação com o lugar social da maternidade. Com o decorrer da pesquisa, observou-se o quanto o assunto necessitava ser trazido para olhos da academia a fim de explorar, sob o apoio teórico, questões específicas da sociedade da segunda década do século XXI, assim como as relações entre a mídia e o cotidiano que o ativismo de mães traz para o debate social, já que como elucida LeFebvre, o cotidiano é o lugar da maternidade. O autor afirma que a "vida cotidiana é aquela vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias: é levantar nas horas certas, dar conta das atividades caseiras, ir para o trabalho, para a escola, para a igreja, cuidar das crianças,..."(LEFEBVRE apud CARVALHO;

NETTO, 2000, p. 23).

Sendo assim, o objetivo principal desta pesquisa passou a ser investigar de quais maneiras tal conexão de mulheres mães em rede dá origem a um fenômeno que consideramos como uma forma distinta de ativismo digital feminista: o ativismo materno. A partir deste ponto, surgem outras questões importantes como: a) quais são as principais características desse fenômeno e de que maneira ele se insere nos campos teórico e empírico do ativismo digital? b) Quais são as relações entre o ativismo digital materno e os feminismos em rede encontrados atualmente no ciberespaço? c) Quais são as interfaces entre o ativismo digital materno e as mídias alternativas, partindo de uma análise de uma iniciativa – um blog de maternidade que se transformou em plataforma de mídia independente: o Cientista que Virou Mãe?

Para iniciar a contextualização acerca do ativismo digital, levamos em consideração que a comunicação mediada por computadores, *tablets* e *smartfones* permeia o cotidiano, alimentando uma cultura que envolve novos hábitos e cognições. A cultura da rede não está mais apenas na máquina, ela atravessa as possibilidades da vida humana, alterando a forma como nos relacionamos. Neste sentido, a ambiência da rede ganha novos usos. Sua utilização para os movimentos sociais remete neste trabalho a ideias de autores como Manuel Castells (2013) e Letícia Abella (2016) e W. Lance Bennett e Alexandra Segerberg (2012).

Uma premissa comum encontrada a partir da pesquisa inicial é de que o surgimento das novas tecnologias de comunicação contribuiu para que os cidadãos que não encontravam espaço nas mídias tradicionais passem a utilizar tais tecnologias como instrumentos de mobilização social, “sem a necessidade de aprovação dos setores poderosos” (ABELLA, p. 93, 2016). Dessa forma, abrem-se portas para formas de expressão de caráter mais horizontal, nas quais a informação possa ser circulada “através de um fluxo mais livre entre as diferentes esferas da sociedade” (ABELLA, p. 94, 2016). Pode-se então compreender que “a evolução das mídias tem colaborado na formação de um novo cenário de mobilizações sociais: aquelas que são geradas a partir de intercâmbios na rede” (IBIDEM). A partir destas elucidações, chegamos ao conceito de movimento de mulheres mães em rede. Esta definição acompanha a ideia de "movimentos sociais em rede", de Manuel Castells, que coloca que algumas das características comuns que permeiam movimentos sociais com forte presença de ativismo digital são: 1) “conectados de múltiplas formas”, o que incluiria redes sociais online e offline, assim também como redes preexistentes; 2) “simultaneamente locais e globais porque

começam em contextos específicos mas também estão conectados ao mundo inteiro e aprendem com outras experiências"; 3) "espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação"; 4) "horizontais e multimodais", criando um sentimento de companheirismo e favorecendo a cooperação e solidariedade; 5) "profundamente autorreflexivos", questionando-se permanentemente e consultando seus membros sobre o que desejam e o que pretendem realizar"; 6) "raramente programáticos", ou seja, têm múltiplas demandas e ilimitadas motivações; 7) "voltados para a mudança de valores na sociedade". (CASTELLS, 2013, p. 162)

Assim como identificamos nesta definição de Castells a possibilidade de um movimento de mães em rede, percebemos que esta frente de mulheres não se constrói de forma aleatória. Ela é gerada a partir de uma onda feminista que ganha força na internet principalmente a partir de 2013. Já no início da segunda década do século XXI já era possível perceber que o ativismo feminista tinha compreendido que a internet era um instrumento potente de mobilização social, como sugere a pesquisadora Vera Vieira (2012) em *Comunicação e Feminismo: as possibilidades na era digital.* De acordo com a autora, a rede potencializa o feminismo. Sendo assim, podemos concluir que esta potência cresce graças às ações de ativismo digital. Assim, a Quarta Onda do Feminismo, que será abordada no capítulo 2 desta dissertação, passa a ser vista aqui como berço do ativismo digital feminista e, consequentemente, do ativismo digital materno. O movimento de mulheres mães em rede nasce do mesmo arcabouço ideológico que o ativismo digital feminista. Para compreender a atuação das frentes feministas que se apropriam da internet hoje, tomamos colocações abordadas nos trabalhos de Fernanda de Brito Mota Rocha (2017) e Carla Cândida Rizzotto, Natasha Meyer e Fernanda Castro de Souza (2017).

A partir das formulações que se seguiram, entendemos que o ativismo digital materno é um das práticas do movimento de mulheres mães em rede que nasceu na Quarta Onda do Feminismo. Reconhecemos, a partir de uma pesquisa exploratória, conduzida ainda nos primeiros meses de minha pesquisa de mestrado, em 2017, alguns expoentes deste grupo de mulheres mães ativistas no cenário nacional. No ano de 2017, por exemplo, os debates mais acalorados se davam em páginas nas redes sociais e canais no YouTube como *Cientista que*

*virou mãe*[4]*, Hell Mother*[5]*, Mãe Solo*[6]*, Militância Ativa Materna*[7]*, Não me chamo mãe*[8]. No entanto, tomamos aqui como objeto o blog *Cientista que virou mãe (CQVM)*. Hoje, o *CQVM* (sigla que será utilizada para se referir ao objeto deste trabalho ao longo do texto) é composto por um site – www – um página de Facebook (@cientistaqueviroumae), um perfil no Instagram (@cientistaqueviroumae) e uma conta no YouTube (Cientista Que Virou Mãe). A partir da estrutura, história e narrativa do *CQVM,* partimos para outros debates envolvendo outros membros desta rede de ativismo materno.

A escolha do *CQVM,* que será apresentado de forma mais aprofundada no próximo capítulo, foi definida por esta iniciativa apresentar características que contribuem para o que nos propomos a investigar nesta pesquisa. Ainda em 2015, o *CQVM* anunciou estar adotando uma estratégia de profissionalização de seus esforços de comunicação. Ele passou a funcionar sob a proposta de representar uma plataforma de mídia independente voltada para a "maternidade real", conceito que entendemos aqui como uma expressão da maternidade cotidiana, ou seja, uma maternidade distante das romantizações que muitas vezes contribuem para esconder as diversas questões que afetam as mães, como o trabalho invisível, a falta de apoio de seus parceiros e a discriminação no mercado de trabalho. Dessa forma, esse novo posicionamento do *CQVM* traz à luz um debate sobre a ideia de um veículo de comunicação independente utilizado para que a mulher mãe possa sentir-se agente fruidora de sua própria história (HELLER, 2011), encontrando espaço para reivindicar mudanças no seu papel social. Lígia Moreiras Sena, fundadora do *CQVM*, defende que é necessário uma informação desvinculada da grande mídia institucional, vista para a autora como as empresas de comunicação que se utilizam de ações de publicidade para seu funcionamento e criam a representação de uma maternidade romantizada. É a partir desta afirmativa que ela justifica ter transformado seu blog pessoal em uma plataforma on-line voltada para a maternidade.

O blog, que deu origem ao *CQVM*, surgiu no final de 2009. Naquela época, ainda representava uma espécie de diário íntimo online. Ele era o espaço que a autora tinha para trocar com uma rede que quisesse partir para outras visões sobre parto, infância, saúde materna e direitos femininos. No início, sem o nome oficial, suas postagens tratavam de temáticas voltadas para as dificuldades que estavam ligadas ao início da vida materna. Mais

4 https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre
5 https://www.youtube.com/playlist?list=PLl2uF9aUfHr-yGKBhYVH9_-_-e-h-bWiA
6 http://maesolo.iluria.com/
7 https://www.facebook.com/militanciamaterna/
8 http://naomechamomae.com.br/

tarde, Ligia Sena e sua amiga Nani Feuser idealizaram o projeto que transformou o blog em uma "plataforma digital independente" com conteúdo crítico e diverso sobre a maternidade. No contexto em que o blog é apresentado, observamos duas tendências nos fluxos estruturantes da internet enquanto *medium.* A primeira diz respeito à ideia da internet ser considerada "canalização e ambiência"[9] (SODRÉ, 2013, p.20). Já a outra, como já apontamos, é o surgimento dos movimentos sociais em rede que vem associado com a apropriação da internet para os ativismos digitais. A escolha do blog de Lígia Sena leva em consideração sua imbricação nessas duas tendências.

No Brasil, podemos revisitar a ideia da apropriação da blogosfera para as questões maternas a partir do blog *Mothern*, de 2002, que tratava de temas da maternidade do início do século XXI a partir da visão de duas jovens mães de classe média. A pesquisadora Adriana Braga aprofundou a visão em relação às interações maternas na rede com a análise deste blog, que esteve presente em vários meios da época. A diferença do contexto do blog *Mothern* para o *CQVM* pode ser observada principalmente a partir da evolução das dinâmicas de troca no ciberespaço ao longo das primeiras décadas do século XXI e do surgimento da Quarta Onda do Feminismo e dos movimentos em rede. As mulheres mães que se articulam na internet passam, ao longo destes anos, a se reconhecerem como parte de um cenário que está em constante transformação, não só da transformação da rede em si, mas da própria consciência social em relação às mulheres enquanto um grupo minoritário dentro da estrutura hierárquica de poder.

Seguindo o raciocínio, esta mulher pode fazer parte do que Pierre Levy chama de "grande cérebro planetário da inteligência coletiva"(2000, p. 94). Dentro desta perspectiva, ainda no início dos anos 2000, a figura da mãe passa a representar um agente intelectual e coletivo. Essa mãe conectada atua então como um neurônio interagindo com outro, gerando novos conhecimentos e possibilidades. A partir destas formulações, podemos começar a falar sobre um ambiente de rede que traz uma proposta claramente participativa e colaborativa. A evolução desta dinâmica pode ser observada mais tarde no *CQVM*, com a ideia do consumidor pautar e financiar o texto publicado na plataforma, intervindo diretamente no conteúdo. E é deste ponto que entendemos que uma das principais diferenças entre o blog *Mothern* e o *CQVM* tem relação com a evolução da rede e de como ela veio sendo usada para a

[9] Muniz Sodré coloca que o conceito de *medium* deve ser compreendido como canalização, e não como um inerte canal ou veículo, e ambiência, ou seja, uma forma de vida.

mobilização social. Neste mesmo sentido, a internet passou, na última década, a possibilitar um tipo de tática contra-hegemônica, sendo "apropriada e tendo sua lógica de uso subvertida" (BARBERO, 1997, p.16) para as resistências às ordens estabelecidas. Raquel Recuero define a apropriação como técnica, porque compreende "o aprendizado do uso da ferramenta" e como simbólica, porque "compreende a construção do sentido do uso dessa ferramenta, quase sempre de forma desviante". (2012, p.35). Destas abordagens, o conceito de apropriação nos ajuda a entender como o meio digital passa a ser utilizado como canal que dá voz aos ativismos e aos movimentos sociais em rede. Por meio de blogs e páginas de redes sociais, afirma-se a necessidade de se discutir as contradições da sociedade e reivindicar novas políticas públicas.

Estas ideias se alinham à proposta de Lígia Sena, fundadora do *CQVM*, quando ela vê a possibilidade da transformação social em uma nova forma de comunicar as questões da maternidade, de forma a se criar uma alternativa às informações veiculadas pelas grandes empresas de comunicação, que tratam a mulher mãe, como afirma a autora, como produto, propondo uma representação baseada em imagens de uma maternidade idealizada e distante da realidade daquela que vive em uma sociedade moldada por valores impostos pelo sistema capitalista. Sendo assim, a necessidade de se criar um meio de informação alternativo à mídia/instituição e independente da publicidade das grandes empresas estaria relacionada à ideia de se desarticular um processo chamado neste trabalho de "midiatização da maternidade". Aqui, acompanho a concepção de midiatização proposta por Muniz Sodré como uma "mediação socialmente realizada a rebote de organizações empresariais", onde "o processo comunicacional estaria redefinido por um regime a serviço da lei estrutural do valor" (2013, p.22).

Tendo oferecido uma contextualização acerca do ativismo digital materno, em geral, e do *CQVM*, em particular, cabe aqui fazer alguns apontamentos com relação à minha abordagem metodológica. Esta pesquisa toma a etnografia digital (KOZINETS, 1998; LAPLANTINE, 2004; FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2012) como sua principal inspiração. Essa escolha me parece apropriada para responder minhas questões de pesquisa, porque permite uma imersão dos diferentes territórios midiáticos do *CVQM* (TOSONI E TARANTINO, 2013), assim também como a adoção explícita de um posicionamento subjetivo meu. Com a etnografia, posso assumidamente reconhecer que faço parte do meu próprio objeto de pesquisa já que, assim como a comunidade digital do *CQVM*, sou mãe,

mulher e pesquisadora. Assim, a partir dessa perspectiva, pude realizar uma imersão no universo do ativismo digital materno do Brasil entre abril de 2017 e abril de 2019, sendo que realizei uma análise sistemática em profundidade do objeto em um período mais delimitado, entre outubro de 2018 a dezembro de 2018. Isso ocorreu por conta do período de eleições e intensa atuação política por parte das realizadoras do *CQVM*, com a Lígia Sena tendo, inclusive, se candidatado a deputada estadual pelo PSOL. Neste período da pesquisa, especificamente, conduzi observações etnográficas nas redes sociais Facebook e Instagram e no blog da *CQVM*, levando em consideração tanto as postagens quanto os comentários das seguidoras.

A ideia principal é que os resultados aqui observados possam contribuir para outros estudos acerca do movimento de mulheres mães em rede e do ativismo digital materno enquanto tática deste movimento. No entanto, será substancial se as ideias aqui trabalhadas puderem também servir para o aprofundamento da discussão acerca do papel da mulher com filhos na sociedade de hoje. Uma pergunta que surge ao longo do trabalho é: por que a condição materna implica em perdas? Um exemplo frequente é a situação da mulher mãe e seu direito ao trabalho. É constitucional o direito trabalhista, mas a partir de subjetividades nas relações sociais, a mulher mãe tem este direito subtraído, como observamos com uma matéria publicada no site da revista *Crescer*, que adotou, em parte, algumas temáticas mediadas pelo ativismo digital materno. O texto[10] fala do desabafo que a mãe Marilaine da Silva fez na sua página pessoal do Facebook no dia 8/05/2018 sobre como tinha se saído em uma entrevista de emprego. Optei por transcrever aqui todo o conteúdo da postagem para que possamos compreender de que tipo de subtração de direitos estamos querendo falar nesta pesquisa.

> É complicado numa entrevista de emprego você falar sobre ter filhos. O recrutador pergunta: "Você tem filhos?". Respondo: "Sim, dois. Um de 11 anos e outro de 1 ano". E já emendo: "Ambos têm com quem ficar na minha ausência." O recrutador rebate: "E caso um deles fique doente, o que você faria?!". (Poxa! O que eu faria? Já penso trêmula.) Respondo: "Se for algo de menor gravidade, como doenças de época (virose, resfriados, etc), a pessoa responsável por olhá-los, tomará conta deles. Recrutador: "Então se fosse algo grave, você faltaria ao trabalho?"Daí em diante, já nem interessa a minha resposta! O que eu gostaria mesmo, era saber onde foi parar a empatia das pessoas por mulheres que são mães? Empresas e recrutadores, nós temos capacidade de gerenciar a vida "doméstica" com a vida corporativa. Não nos subestime! Mas também não somos monstros a ponto de responder uma pergunta

[10] https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2018/05/em-entrevista-de-emprego-mae-e-inquirida-diante-de-candidatos-faltaria-ao-trabalho-se-o-filho-ficasse-doente.html

> como essas sem um aperto no coração só de imaginar essa situação, e ao mesmo tempo estar ali diante de vocês sentindo o emprego vazar pelas nossas mãos! É muito triste essas escolhas que vocês nos colocam. (DA SILVA, 2018)

Foi ouvindo estas vozes que comecei a delinear o ativismo digital materno a partir das lideranças que trabalham ideias e ativam o movimento, como é o caso da *CQVM,* e de leitoras/seguidoras que, motivadas por esse novo ideário em relação à maternidade, usam as redes para compartilhar dores e frustrações que incorporam novas pautas à agenda ativista materna.

Dessa forma, a opção pela etnografia foi consistente com minha opção de escutar mais atentamente as vozes dessas mães. Como nos orienta Kozinets: se pretendemos estudar o comportamento humano e sua relação com a sociedade é necessário "ouvir" o sujeito a partir do seu meio. A apropriação da técnica etnográfica da observação participante *face to face* para os meios virtuais é o que consideramos aqui por netnografia (BRAGA, 2008, p.86). Vale ressaltar aqui que, além do neologismo "netnografia", de autoria de Robert Kozinets (2010), outros termos como etnografia digital e webetnografia são utilizados. Como apontam Suely Frago, Raquel Recuero e Adriana Amaral, o que importa aqui é estar ciente da carga e tradição acadêmica que estão associadas a uma dessas terminologias. O termo netnografia, por exemplo, aparece de forma mais conectada aos estudos de marketing. Já etnografia digital está mais ligado à comunicação de rede e às narrativas colaborativas (2011, p.198), dinâmicas estas consistentes com o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo *CQVM*. Dessa forma, e sem querer me estender muito na discussão acerca das terminologias, optei pela utilização do termo etnografia digital neste trabalho.

A partir da minha imersão nos espaços simbólicos povoados por mulheres mães também proponho uma reflexão sobre conceitos e argumentações para a investigação acerca do ativismo digital materno. Esta proposta metodológica acompanha também o que apontam Fragoso, Recuero e Amaral.

> A etnografia digital, como proposta de investigação na Internet, enriquece as vertentes do enfoque da inovação e melhoramento social que promovem métodos ativos e participativos dentro do espectro do qualitativo (metodologia e prática social), integrando-se ao que a internet tem provocado em nosso cotidiano, transformações importantes nas maneiras como vivemos. (GEBERA apud FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2012, p.174).

Além disso, como também nos aponta Braga (2008, p.84), a investigação de inspiração etnográfica nos permite a aproximação caso a caso, o que refina a reflexão, não correndo o

risco de fazer uma análise distante das práticas comunicacionais vividas pelos sujeitos e mais próximas de creditar toda a manifestação de um fenômeno na potencialidade oferecida pela tecnologia disponível na Internet.

O c*orpus* desta pesquisa compreende a observação das narrativas dos textos publicados na página do blog do *CQVM* [11]– e em suas páginas nas redes sociais Instagram[12] e Facebook[13] *,* assim como sua história e evolução, e as relações que suas questões estabelecem com as questões de outros atores vistos aqui como expoentes do ativismo digital materno. Diariamente, eu visitava estes espaços com a finalidade de coletar dados que pudessem contribuir para a elucidação das respostas para meu problema de pesquisa, que se volta, de forma resumida, para uma compreensão do ativismo digital materno como uma forma distinta de ativismo praticado por um movimento de mulheres mães em rede, observando como ele se relaciona com os ativismos feministas e avaliando como a informação independente veiculada na internet pode ser um instrumento fundamental para a viabilização de seus projetos e causas.

O período exploratório ocorreu entre abril de 2017, logo após meu ingresso no Mestrado, e setembro de 2018. Isso significou que, apesar de estar observando as páginas constantemente, organizando o conteúdo em categorias, não realizei observações de forma sistemática e consistente (com observações com regularidade diária, por exemplo). No entanto, é possível considerar essas observações como válidas, já que a abordagem etnográfica também permite a incorporação de diários de campo e do ponto de vista do pesquisador. Como afirmei, como mãe e pesquisadora, sou integrante da comunidade do *CQVM* e sou, portanto, parte integrante do meu objeto de pesquisa. Sendo assim, muitas dessas observações são utilizadas para fornecer dados ao longo de toda essa dissertação.

Durante este tempo observei também outras iniciativas consideradas como ativismo digital materno como o blog *Não me chamo mãe,* o blog *A Mãe Preta*[14]*,* a página do Facebook *Militância Ativa Materna,* a página da youtuber *Hell Mother,* o site de tirinhas *Mãe Solo* – e sua página na rede social Facebook - e o blog *Preta Materna*, que foi desativado, mas serviu para provocar novos debates. O acompanhamento das outras iniciativas descritas não foi deixado de lado durante o período de análise em profundidade do *CQVM*, porque os dados

---

11 https://www.cientistaqueviroumae.com.br/
12 https://www.instagram.com/cientistaqueviroumae/
13 https://www.facebook.com/cientistaqueviroumae/
14 http://amaepreta.com.br/

fornecidos por estes atores poderiam auxiliar no primeiro capítulo deste trabalho, assim como servir de orientadores de temas latentes para todo o movimento de mulheres mães em rede.

A identificação destas iniciativas, com a inclusão de páginas de redes sociais e sites, foi feita a partir da observação dos textos publicados e das discussões desencadeadas por eles. Estas ações e narrativas deveriam conter claramente ideias e discursos que se alinhassem às características essenciais para que pudessem ser incluídas dentro do fenômeno do ativismo digital materno. No início da pesquisas, estas características eram: ver a maternidade a partir do viés político, defender a maternidade real/ maternidade do cotidiano, se apropriar da internet para difundir reivindicações, ideias e agendas. Ao longo do trabalho, fornecerei exemplos que ilustram de que maneiras essas características se manifestam no *CQVM*.

Para falar da minha caminhada metodológica, ressalto que o ponto mais importante foi ter reconhecido o método de inspiração etnográfica como o mais indicado para o trabalho de pesquisa desta dissertação, pois eu já estava inserida no grupo social de análise – as mulheres mães – bastando apenas, como atenta François Laplantine (2004), observá-lo. Como coloca a autora, é preciso ter "familiaridade com grupos que procuramos conhecer ao compartilharmos sua existência". (p. 10) Trazer a perspectiva antropológica para este trabalho também foi a possibilidade de me reconhecer como parte de uma cultura, já que a descrição de uma cultura é a base do trabalho etnográfico. Eu já vivia o modo de vida de uma mulher com filho na primeira infância que enfrenta as dificuldades desta condição social. A possibilidade de mergulhar na cultura do ativismo digital materno, desta forma, poderia aprofundar as questões pessoais, assim com as que são levantadas neste trabalho.

> Os antropólogos consideram que o conhecimento dos seres humanos não pode ser observado à maneira de um botânico examinando uma folha ou de um zoólogo analisando um crustáceo, mas sim comunicando com eles e partilhando seus modos de vida de forma duradoura, o que não acontece numa reportagem jornalística, nem com o viajante de passagem, nem no tipo de "contato" que se limita em colher dados do "informador" (termo prático ao qual seria bom renunciar). Nestas condições, o trabalho do etnógrafo não consiste unicamente numa metodologia exclusivamente indutiva, coletando um monte de informações, mas sim em impregnar-se dos temas obsessivos de uma sociedade, dos seus ideais, de suas angústias. O etnógrafo deve ser capaz de viver no seu íntimo a tendência principal da cultura que está estudando. (LAPLANTINE, 2004, p.22)

Neste aspecto colocado pela autora, no momento da pesquisa de fato eu estava vivendo a tendência principal da cultura que eu estava estudando: a de pensar no lado crítico

da maternidade na sociedade dos dias de hoje. Seguindo este pensamento, foi possível compreender que eu deveria usar a narrativa em primeira pessoa ao longo do texto já que ali estavam expressas também minha subjetividade, minha motivações pessoais e meu lugar social. Por isso, considero que minha pesquisa revela uma inspiração na proposta autoetnográfica para referenciar em parte ao processo metodológico.

Desta forma, compreendi que para fazer etnografia digital neste trabalho era necessário estar imersa e com o olhar inquieto para o grupo ao qual eu faço parte, entendendo a internet como uma ambiência, ou seja, uma forma de vida. A partir destas constatações, deram-se as etapas que estruturaram o trabalho metodológico aqui aplicado.

A realização da pesquisa teve início após a definição do tema. Quando a proposta de trabalhar com o ativismo de mães na internet foi feita pela orientadora deste trabalho logo conversamos sobre quais páginas nós duas, enquanto mães, conhecíamos e qual delas seria objeto principal desta dissertação. Por fim, ficamos entre a *Hell Mother* e a *CQVM*. A característica de se propor a funcionar como uma mídia digital independente fez com que a opção escolhida fosse a plataforma *CQVM.* Compreendemos que, com esta escolha, trouxemos temas importantes que se relacionam com a questão do ativismo midiático, da mídia alternativa e da midiatização.

Durante o período exploratório, ou seja, entre abril de 2017 e setembro de 2018, também selecionei uma amostra do que seriam as ativistas maternas mais seguidas na rede social Facebook e a *CQVM* estava entre elas. A partir disso, passei a observar também se elas tinham páginas em outras redes sociais ou blog – assim como a *CQVM.* Além disso, algumas delas interagiam entre si. Como já colocado, são elas: o blog *Não me chamo mãe,* o blog *A Mãe Preta,* a página do Facebook *Militância Ativa Materna,* a página da youtuber *Hell Mother,* o site de tirinhas *Mãe Solo* – e sua página na rede social Facebook - e o blog *Preta Materna* (desativado).

A identificação destas iniciativas foi feita a partir da observação dos textos publicados nestas páginas e das discussões desencadeadas por eles. Estas ações e narrativas deveriam conter claramente ideias e discursos que se alinhassem às características essenciais para que pudessem ser incluídas no ativismo digital materno. Ao longo do período de pesquisa identificamos características fundamentais para que uma inciativa da internet pudesse ser considerada ativismo digital materno. São elas:

1) Apresentar em suas narrativas o lado político da maternidade;

2) Apropriar-se do meio digital para a formação de frentes de ação e informação;

3) Alinhar-se ideologicamente ao feminismo enquanto crítica teórica e movimento social;

4) A maternidade ser vista e abordada como forma de militância.

Feito isso, o c*orpus* da pesquisa foi definido como todo o ambiente do blog do *CQVM* [15]– e as postagens em suas páginas nas redes sociais Instagram[16] e Facebook[17]. No entanto, as outras iniciativas expoentes definidas para a análise deste trabalho não deixaram de ser acompanhadas. Pelo menos uma vez por semana estas páginas eram visitadas com o intuito de trazer questões sobre as novas narrativas ali veiculadas. Diante da definição do recorte temporal do período de pesquisa em profundidade – outubro a dezembro de 2018 –, o site *CQVM* foi visitado uma vez ao dia para a verificação de novas postagens e atualizações e os perfis nas redes sociais Facebook e Instagram eram visitados duas vezes por dia para a verificação de novas postagens e discussões.

Algumas categorias foram se estabelecendo naturalmente conforme eu aumentava a frequência de observação das páginas estabelecidas no *corpus.* Sempre que um texto, postagem ou comentário apresentava uma das característica utilizadas para determinar se uma iniciativa era de ativismo digital materno, ele tinha a tela capturada e era armazenado ou no diretório "*CQVM"* ou em diretório chamado *"Outras iniciativas"* . Estes arquivos então eram nomeados conforme a sua data e a sua categoria. Entre as categorias estabelecidas estão: 1) Feminismos; 2) Maternidade Real/Cotidiano; 3) Informação Independente; 4) Maternidade Política; 5) Interseccionalidade; 6) Maternidade Científica; 7) Ativismo Materno. Alguns dados podem estar relacionados a mais de uma categoria.

Durante a fase exploratória, também fiz um diário de campo com o objetivo de capturar o olhar mais íntimo e aprofundado para um ponto do trabalho de pesquisa e de minha experiência antropológica. Neste diário, eu também anotava temas que estavam latentes nas páginas das iniciativas analisadas assim como termos específicos que se repetiam muito nos espaços de narrativa e discussão destes ambientes digitais. Entres os principais estão: maternidade real, violência obstétrica, maternidade negra, maternar, maternagem, parto humanizado, direitos humanos, licença maternidade, direitos trabalhistas, alienação parental, feminismo materno, mãe solo, entre outros. Além deste registro, também coloquei os temas

15 https://www.cientistaqueviroumae.com.br/
16 https://www.instagram.com/cientistaqueviroumae/
17 https://www.facebook.com/cientistaqueviroumae/

das postagens na plataforma em tabelas (ANEXOS) de acordo com o período, porque estas narrativas tiveram utilidade para pensar as pautas latentes na rede de ativistas maternas da internet.

Para aumentar a minha percepção do que era falado nas páginas da internet observadas nesta pesquisa, passei também a observar o cotidiano de diversos tipos de mães no meu dia a dia. Isso me possibilitou compreender que, de acordo com a classe social e a raça, as mulheres com filhos pequenos tinham de fato realidades diferentes como observado nas discussões do ativismo digital materno.

A experiência de participar como pesquisadora e mãe do debate promovido pela vereadora Marielle Franco, citado no capítulo 2, permitiu que eu sugerisse a discussão de uma pauta importante como a do "mito do empreendedorismo materno". Eu nunca havia participado de um debate on-line e a experiência enriqueceu não só o trabalho, mas também a minha consciência em relação à própria condição materna. Quando eu coloquei a pauta citada no debate foi em função da minha inquietação em relação ao fato de tantas mulheres mães optarem por empreender como forma de fugir do preconceito do mercado de trabalho. Este assunto, que de tempos em tempos surge na mídia institucional como uma grande vitória para aquelas mães que "deram certo" como pequenas empresárias depois que foram demitidas ou não arrumaram emprego em função de terem filhos pequenos, pode ser considerado um tema de ativismo digital materno que pode ser desenvolvido em um trabalho futuro.

Diante do material coletado, a redação da dissertação seguiu a ideia de apresentar a plataforma, explicar seu funcionamento, abordar os principais textos dentro do período definido no *corpus* do trabalho e, caso fosse relevante, analisar um material fora deste período, mas que tivesse alto valor de contribuição para a pesquisa.

No próximo capítulo desta dissertação apresentarei de forma aprofundada o objeto de pesquisa. Em seguida, no capítulo 2, serão abordados três grandes temas que se inter-relacionam no ativismo digital materno: gênero, feminismo e maternidade. Nele, farei uma abordagem da condição social da maternidade, passando pela questão da identidade, da representação e das relações sociais. No capítulo 3, apresentarei as potências e as lacunas da ideia da apropriação dos meios digitais para as mobilizações sociais, trazendo para o debate perspectivas otimistas e apocalípticas. No capítulo 4, abordo iniciativas de ativismo digital materno que ocuparam espaço públicos da sociedade. Para todos os capítulos, optei por não separar as análises empíricas e teóricas. Ou seja, ambas as perspectivas estarão mescladas em

todos eles, de forma a aplicar os conceitos estudados ao objeto de estudo . Também utilizei observações realizadas durante o período de pesquisa exploratória, ou seja, quando eu já analisava as plataformas do *CQVM* com um olhar (auto) etnográfico, mas ainda não efetuava uma coleta sistemática de conteúdos e posts, algo que ocorreu entre outubro e dezembro de 2018. No capítulo 4, no entanto, faço um uso mais acentuado desse *corpus* coletado de forma mais sistemática, já que discuto a candidatura de ativistas maternas a cargos políticos e esse período coincide com o período da eleições.

Acredito que, a partir deste trabalho, possam surgir novos debates acerca do ativismo digital materno e do movimento de mulheres mães em rede. Além da compreensão e discussão sobre este tipo de ativismo, entendo ser necessário aprofundar conceitos e questões aqui propostas, o que poderá feito com a continuidade deste estudo.

## 1. *CIENTISTA QUE VIROU MÃE:* DE BLOG DE MATERNIDADE À INICIATIVA DE ATIVISMO DIGITAL

Neste capítulo, o objetivo é aprofundar a análise do universo da plataforma *Cientista que virou mãe(CQVM)*, abordando sua história, suas narrativas e particularidades para a reflexão sobre o seu papel para o ativismo digital materno, assim como seu posicionamento como mídia independente e suas relações com as noções de ciência e política. A pesquisa aqui produzida tem caráter essencialmente qualitativo e se caracterizou fundamentalmente a partir de práticas inspiradas no método etnográfico.

Na plataforma (ou site oficial), optei por fazer a análise a partir dos seguintes pontos:

- Abordagem Histórica: como surgiu; em qual contexto; como foi a transição de blog para plataforma;
- Funcionamento: como funciona o sistema de financiamento coletivo;
- Temas de Textos;
- Campanhas: como funcionam as campanhas de textos ou de outra ação desenvolvida pela plataforma para gerar recursos para o seu funcionamento.

Em um primeiro momento, faço uma narrativa com o objetivo de apresentar a trajetória do objeto até hoje, com a abordagem de sua história e pontos importantes para, em seguida, entrar no período observado em profundidade.

Para dar início à parte de análise do objeto, é necessário abordar alguns conhecimentos adquiridos ao longo do período de pesquisa e que tem relação com a concepção metodológica adotada: a etnografia. É a partir deste método que foi pensada a abordagem de pesquisa e sua fundamentação. Por isso, é importante que fique claro o caminho empreendido neste trabalho como a observação de uma iniciativa com o propósito de compreender um movimento maior – ou seja – o ativismo digital materno.

Dessa forma, este trabalho estuda interações sociais mediadas pela tecnologia para a compreensão de um fenômeno social, já que cientistas sociais e outros pesquisadores entenderam que para a compreensão do mundo atual "é preciso seguir as atividades sociais e interações das pessoas na internet e por meio de outros meios de comunicação mediados pela tecnologia". (KOZINETS, 2014, p.9) Logo, nesta pesquisa observamos tanto as interações quanto as informações mediadas por um blog de maternidade que se transforma em plataforma de mídia digital. O conjunto destas observações contribuem para a construção do

conhecimento acerca do tema deste trabalho. Sendo assim, inicialmente o projeto do blog *Cientista que virou mãe,* que será referido aqui pela sigla *CQVM*, será apresentado de forma mais detalhada. Abordarei aqui também detalhes importantes sobre seu funcionamento enquanto uma iniciativa independente. *S*ua transição de funcionamento de blog para plataforma também traz para a pesquisa observações sobre como os temas financiados se relacionam com as pautas do ativismo digital materno. Feito isso, parte-se para as expressões das interações do *CQVM* nas redes sociais e como estas relações podem solidificar a compreensão de que os movimentos em rede podem atuar on e offline.

Antes de abordar mais detalhadamente a plataforma *CQVM*, optei por ouvir prioritariamente as palavras da própria fundadora para que se compreenda como foi criada a iniciativa:

> Em 2009, descobri que estava grávida. De um relacionamento recém começado. Eu não sabia nada sobre gestação, parto, amamentação, infância e não achava que pudesse aprender. Então fui em busca de informação que pudesse me fortalecer, me orientar. E, especialmente, que me movesse à reflexão sobre a realidade em que vivem as mulheres que se tornam mães. Eu queria informação fora da caixa. Queria que me respondessem por que criança precisava tomar mamadeira. Por que criança precisava dormir separado de seus pais. Por que eu precisava comprar uma lista infinita de coisas. Por que eu precisaria deixar minha filha tão bebê, ainda amamentada, em uma creche pra poder trabalhar ao invés de contar com uma estrutura social que acolhesse a mãe trabalhadora e seus filhos. Por que crianças "precisavam" ser criadas com tapas, gritos e xingamentos. Por que eu, de Ligia que sou, passaria a ser chamada de "mãezinha". Por que, apenas por ter me tornado mãe, eu passaria por tanta situação de desigualdade, iniquidade e dificuldade nessa sociedade que ridiculariza mulheres em função da maternidade. E nenhuma resposta afirmativa a qualquer uma dessas perguntas me satisfez. Pelo contrário: a cada resposta afirmativa no sentido de "PORQUE É ASSIM" surgia com ainda mais força em mim a vontade de ajudar a mudar esse cenário de exclusão e iniquidade em que vivem as mulheres mães.
>
> Todas as reflexões que eu ia fazendo pelo caminho, procurava registrar em um blog que chamei de CIENTISTA QUE VIROU MÃE. Porque era isso mesmo: eu era uma cientista e virei mãe. E me tornei mais mãe que cientista – até porquê comecei a questionar a forma como se faz ciência no mundo de hoje e a representação que se faz das mulheres dentro dela. Sem que eu planejasse, a esse blog foi chegando gente, foi chegando gente, e as mulheres que a ele chegavam passavam, em grande parte, a se identificar com as reflexões. Hoje, são milhares de pessoas, mulheres em sua grande maioria, conectadas a um site que tem como objetivo principal promover a reflexão crítica sobre a realidade das mulheres e da infância, oferecer apoio para o fortalecimento de mulheres mães e, principalmente, produzir informação à margem da mídia tradicional hegemônica, que é machista, desvaloriza mulheres e nos vende como produtos às grandes corporações.
>
> Indignada com a forma como essa mídia tradicional produz informação voltada para o público materno e demais cuidadores da infância, decidi, um dia, mobilizar esforços para valorizar o trabalho de mulheres mães que se dedicavam a produzir informação na mídia não hegemônica. Mulheres que apoiavam outras mulheres por meio de seus escritos, sem receberem qualquer tipo de remuneração e que,

> exatamente por isso, com o tempo deixavam de escrever para gerar renda, deixando-nos novamente nas mãos da mídia tradicional. Então, em parceria com Nani Feuser, idealizei uma nova forma de produção e financiamento da informação: a PLATAFORMA CIENTISTA QUE VIROU MÃE. A primeira plataforma brasileira de informação produzida exclusivamente por mulheres mães. São jornalistas, cientistas e demais produtoras independentes de conteúdo e, o mais importante, SEM O PATROCÍNIO DAS GRANDES CORPORAÇÕES. Nosso modelo de negócio se baseia no financiamento coletivo de todos os textos produzidos por essas escritoras. Como se fosse uma revista, mas com a grande vantagem de podermos escolher todo o conteúdo que vamos ler, não sermos expostas à publicidade e, o que para mim é o mais relevante: onde ALGUNS financiam informação PARA TODOS. Estamos saindo do paradigma da EXCLUSIVIDADE em direção à INCLUSIVIDADE. Da escassez para a ABUNDÂNCIA. Numa visão colaborativa, solidária e coletivamente responsável.[18]

É interessante notar como este texto representa uma espécie de manifesto por uma nova forma de pensar a maternidade. A maternidade surge aqui como algo menos dicotomizado e mais multifacetado: a mãe não representa mais um ser unidimensional, figurando como mulher, mãe, cientista, profissional, política. Além disso, em diversos momentos, Lígia identifica o *CQVM* como uma iniciativa contra-hegemônica, buscando oferecer um contraponto à sociedade de consumo ou à indústria de informação pasteurizada, que fornece guias de maternidade, sem questionamentos.

Foi com essas propostas que, em 2009, nasceu o blog de maternidade da acadêmica Lígia Moreiras Sena. Na época, sem o nome atual, o *CQVM* funcionava como um diário íntimo e servia de ferramenta para que a autora se comunicasse com outras mulheres mães para trocar experiências e conhecimentos sobre uma série de assuntos, principalmente assuntos que se relacionavam com a área de atuação de Lígia Sena – a das Ciências Biológicas. Uma amiga que estava grávida, a agrônoma Nani Feuser, se juntou ao projeto com o intuito de fazer do blog uma rede de informação voltada para questões do cotidiano da mulher mãe da sociedade contemporânea. Juntas, mais tarde, idealizaram a proposta que transformaria o blog em uma "mídia digital independente" com conteúdo crítico e diverso sobre a maternidade. Para a autora, a ideia de uma mídia digital independente é compreendida como um espaço na rede que veicule informação sem o financiamento de ações publicitárias. Em uma postagem do dia 2 de julho de 2015, Lígia Sena anunciou o projeto de transformar o *CQVM* em plataforma de mídia independente e desenvolveu a ideia de contar com uma rede de produção de conteúdo informacional materno que pudesse ser mantida sem depender de iniciativas de empresas, criando oportunidades para autoras mães no blog.

[18] https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre

> Este blog, que começou sem qualquer pretensão de se tornar uma referência em assuntos sobre maternidade, que começou apenas com a minha intenção de compartilhar as coisas que eu ia/vou aprendendo ou refletindo em meu processo constante de me tornar mãe, acabou crescendo muito além do esperado, muito além do imaginado, além do que eu poderia supor. Quando, há 4 anos, percebi que a ele estavam chegando cerca de 400 a 500 pessoas por dia, percebi a grande responsabilidade que tinha em mãos: produzir conteúdo que estava sendo acessado por pessoas em busca de apoio em suas dúvidas como cuidadores, especialmente mães na grande maioria dos casos. A partir de então, decidi assumi-lo como um blog focado em questões relacionadas à mulher que se torna mãe, ao respeito ao parto e nascimento e ao respeito integral à infância. E assim, ele se tornou o blog Cientista Que Virou Mãe. Hoje, tenho a imensa alegria (e espanto, como não dizer?) de ver que todos os dias chegam, em média, entre 6 e 8 mil pessoas até ele, em busca de informação e reflexão sobre cuidado com a infância, maternidade, empoderamento materno, entre outras questões. (SENA, 2015)

Desta forma, Lígia justifica o projeto de transformar o blog em um veículo de comunicação independente em função do crescente número de visitantes de sua página. Se tantas pessoas buscam por informações que apresentem a maternidade de uma forma mais próxima do que ela realmente é, ou seja, - nem invisível, nem romantizada - haveria uma responsabilidade a mais em mediar estas informações.

**Figura 1 - Banner da página principal (Home) da plataforma *Cientista que virou mãe* durante o período de análise em profundidade.**

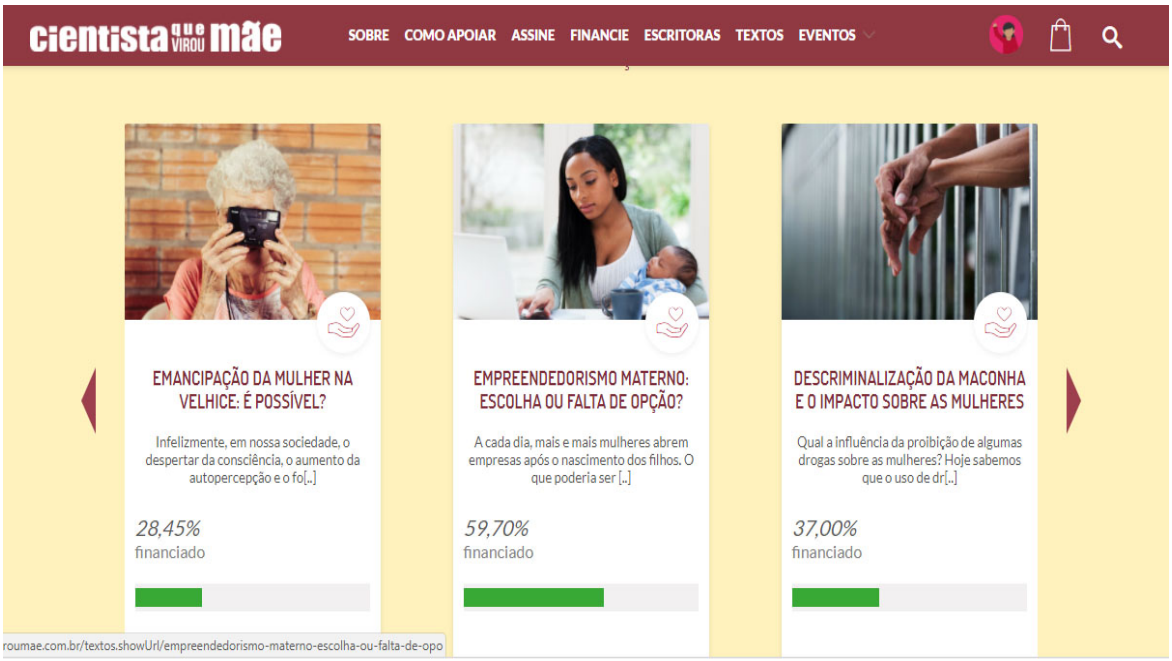
Fonte: Cientista que virou mãe. Disponível em: https://www.cientistaqueviroumae.com.br/ Acesso em outubro de 2018.

Sendo assim, envolver outras mulheres - e suas competências profissionais para a escrita - é uma forma de legitimar o conteúdo, além de envolver no trabalho vários olhares sobre a maternidade crítica. Para contribuir com esta dinâmica, o próprio público poderia escolher o que quer ler e financiar o texto por meio das campanhas de financiamento coletivo , que passam a ser o caminho para operacionalização do projeto. No momento da análise, a campanha para os textos que participam do financiamento coletivo estava apresentada na página inicial do site com um mini resumo da abordagem, uma biografia da escritora, o tempo da campanha de financiamento e quanto já havia sido arrecadado. O texto é produzido e entra no ar quando as doações chegam ao valor mínimo para publicação.

**Figura 2 – *Modus operandi* do sistema de produção de textos**

Fonte: Cientista que virou mãe. Disponível em: https://www.cientistaqueviroumae.com.br/como_apoiar Acesso em 15 de agosto de 2017.

**Figura 3 – Andamento do financiamento de textos para publicação**




Fonte: Cientista que virou mãe. Disponível em: https://www.cientistaqueviroumae.com.br Acesso em 15 de agosto de 2017.

Na Figura 3 observamos como é apresentado o andamento da arrecadação de recursos para a produção do texto que será disponibilizado para a rede do *CQVM*. Entendemos também sua concepção de rede, que, neste caso, refere-se a como os atores sociais estão conectados de alguma forma ao site da plataforma e às páginas de suas redes sociais. Esse seria, assim, um primeiro nível de conexão, realizado por aqueles que chegaram até a informação por meio de compartilhamentos sistemáticos. Sendo assim, o anúncio sobre a nova campanha de financiamento de novos textos é enviado para as parceiras do site – ou seja, aquelas pessoas que colaboram frequentemente – e divulgado pela página da plataforma e as redes sociais Facebook e Instagram. Com esta campanha, começam as colaborações financeiras. A partir desta forma de funcionamento, o *CQVM* se define como uma plataforma digital que se autossustenta e ainda oferece trabalho e informa mulheres mães.

No momento de transição de blog para plataforma, foram selecionadas escritoras com formações diversificadas para compor o quadro de produtoras de conteúdo. Ao longo do tempo, nos anos seguintes, a plataforma passou a integrar outras possibilidades de financiamento, como venda de livros, palestras e eventos. As páginas que compõem o site são: “Sobre”, “Como apoiar”, “Loja”, “Assine”, “Financie”, “Escritoras”, “Artigos” e “Eventos”.

Na aba “Como apoiar”, é explicado que as escritoras sugerem temas sobre os quais elas conhecem e que as leitoras escolhem os temas sobre os quais elas gostariam de ler.

**Figura 4 - Aba “Por que precisamos de apoio financeiro?” do menu “Assine”**

Fonte: Cientista que virou mãe. Disponível em https://www.cientistaqueviroumae.com.br/assine#por-que-precisamos-de-apoio-financeiro Acesso em outubro de 2018.

Além do financiamento de cada texto, a dinâmica de arrecadação proposta pela plataforma permite que as leitoras que desejem apoiar a *CQVM* sistematicamente optem por um plano de assinatura mensal, que fica disponível na aba “Assine” do menu principal. Nela, é possível ter acesso a uma tabela com valores para contribuição. Sendo assim, é possível ajudar a manter o funcionamento do projeto com valores que vão de 35 a 250 reais[19]. De acordo com o valor da contribuição, a leitora recebe em troca conteúdos exclusivos, que vão de uma edição de uma revista digital produzida com a compilação de textos produzidos e publicados na plataforma, até presentes e conteúdos impressos que as leitoras recebem em casa. Quem contribui tem o nome incluído em uma lista pública de leitoras financiadoras que fica nesta mesma aba da plataforma. Nela, também há uma página chamada “Por que precisamos de apoio financeiro” e “Veja nossos custos”, onde é explicado para o público o porquê da necessidade de apoio financeiro e a discriminação das despesas para o funcionamento da plataforma no período em que a análise foi feita. Até este marco temporal, a

[19] Valores verificados entre outubro e dezembro de 2018.

plataforma se mantinha com a arrecadação média de 10 mil reais que eram captados por meio do sistema de financiamento coletivo.[20] Desta forma, fica transparente para quem apoia o destino do valor empregado. A pessoa que apoia exclusivamente o texto de uma campanha também tem seu nome publicado ao final do mesmo em uma lista que diz: "Veja o nome de quem contribuiu para que você pudesse ler isso."

Partindo para a perspectiva dos textos veiculados pela plataforma após a campanha de financiamento, em geral, eles apresentam, em geral, caráter informacional reflexivo, mais próximo de um conteúdo de blog do que de uma matéria jornalística. Para uma verificação em relação aos temas latentes da maternidade, optei por fazer uma breve análise durante o período de transição do blog para plataforma, observando a temática das postagens com o objetivo de extrair reflexões que possam contribuir para a ligação entre a plataforma, o movimento de mulheres mães em rede e o ativismo digital materno, assim como de que forma estas elucidações podem permitir que identifiquemos novas características do ativismo de mulheres mães na internet. A proposta de se analisar as publicações neste período de transição também serve para observar de que forma estas narrativas mudaram e se os temas de fato apontam para um olhar acerca de questões críticas que fazem parte da pauta das ativistas digitais maternas.

O texto que inaugura a nova fase do blog de Lígia Sena data de 24 de novembro de 2015. Neste mesmo dia, outro texto foi publicado, indiciando que em um primeiro momento foram produzidos textos sob a nova lógica de funcionamento do blog, porém sem o sistema de financiamento coletivo. Conclui-se que esta ação foi adotada para que os leitores entrassem em contato com a ideia de um novo formato de texto, novos temas e autores variados, apresentando assim como passaria a operar o *CQVM*.

Há um lapso temporal de um mês entre o último texto do formato diário íntimo e o primeiro texto da plataforma de mídia independente – de 29 de outubro de 2015 a 24 de novembro de 2015 - período em que o novo projeto era organizado para que entrasse em funcionamento. Importante acrescentar que Ligia Sena não deixa de publicar textos autorais e sem financiamento durante a nova fase, deixando claro que, mesmo que a página tenha mudado sua perspectiva de funcionamento/utilidade, o olhar da fundadora permeará constantemente este espaço simbólico.

[20] https://www.cientistaqueviroumae.com.br/assine#por-que-precisamos-de-apoio-financeiro

**Figura 5 – Textos publicados no início do funcionamento do projeto como plataforma**

Fonte: Cientista que virou mãe. Disponível em https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog Acesso em 15/05/2017

Quanto à temática, pode-se observar que mesmo que o novo projeto aborde temas que envolvam questões universais como "LGTfobia", são em postagens como "Quando você olha para o bem, o bem olha para você", nas quais o relato da experiência pessoal da autora dá a tônica da narrativa, que percebemos que a ideia de um diário íntimo ainda ocupa um lugar de destaque no *modus operandi* da página. Quanto à narrativa, os textos da fase de plataforma de mídia independente adotam uma linguagem menos pessoal e mais voltada para a informação, mas sem perder o caráter reflexivo, e o esclarecimento de temas pouco tratados nos veículos comerciais como divórcio e a repulsa à maternidade, como vemos na postagem "Amo meu filho. Odeio ser mãe." Nessa postagem, a autora argumenta que não há problema em uma mãe não gostar de algumas circunstâncias da vida materna, já que, de fato vivenciar a maternidade não é (e nunca foi) um paraíso como muitos pensam. Em contrapartida, o amor pelo filho é algo incondicional.

A influência do ativismo digital feminista ou quarta onda do feminismo pode ser observada na postagem sob o título "Maternidade e Feminismo: é possível exercer uma maternidade que não nos aprisione" (Figura 5). Nela, a autora argumenta que é possível viver a maternidade sem perder a perspectiva da luta pelos direitos de mulher e mãe, já que muitas vezes, o exercício da maternidade tira a mulher das esferas da vida pública.

Assim, esta primeira análise pode contribuir para observar que houve não só uma mudança no formato da *CQVM*, mas também na construção das narrativas, que passam a adotar um aprofundamento crítico nas questões da maternidade dos dias de hoje, fugindo da abordagem característica dos textos veiculados pelas grandes empresas de comunicação como jornais, emissoras de TV e portais da internet.

Em um segundo momento, observa-se a necessidade de olhar para a plataforma e suas conexões por meio das redes sociais por ali se configurarem interações entre a fundadora e as leitoras e entre as próprias leitoras. Assim como Adriana Braga (2008, p.88) chama a atenção para a interação que ocorria no livro de Visita do blog *Mothern,* compreendemos que precisamos ouvir estas vozes a partir de uma troca, de um diálogo e um debate. Os assuntos latentes nestes fluxos de ideias são materiais para o levantamento de características do ativismo digital materno e seus atores. Observei, por exemplo, entre outubro e dezembro de 2018, que a maioria dos artigos publicados na *CQVM* tinham autoria de Lígia Sena. Isto reforçou a necessidade de analisar as interações na área de comentário das postagens das páginas das redes sociais da iniciativa para que se legitimar a *CQVM* como expoente do ativismo materno no sentido de fazer parte de uma rede e se destacar nela. A adesão ou embate das leitoras com relação a alguma temática e o número de reações/curtidas é definido como fator de análise na observação das interações nas redes sociais Facebook e Instagram. Com a imersão no ambiente das áreas de comentários das postagens destas redes sociais, é possível também conhecer melhor quem são as leitoras da plataforma, assim como sua relação com a idealizadora do *CQVM.* Estas informações levam também à possibilidade de se pensar esta rede de mães geograficamente, e como isto configura um mapa que pode apresentar o perfil deste movimento a nível nacional, mas este seria um assunto para um possível desdobramento futuro deste estudo.

Analisar o ativismo digital materno a partir dos temas que emergem das interações torna-se necessário quando pensamos na questão da interseccionalidade, que irei aprofundar mais adiante. Tal questão veio à tona a partir de uma postagem de Lígia Sena, apresentada no

capítulo 2, que trazia uma representação da mulher mãe negra que não era compartilhada por todas as mulheres mães negras que liam o blog. A partir de uma réplica desta postagem feita por uma blogueira mãe negra – Guaraciara Gonçalves – observamos que o ativismo materno envolve maternidades diversas e, portanto, não deve ser pensado apenas pelo viés das mulheres brancas que tiveram acesso a uma série de privilégios como educação de qualidade, saúde, moradia digna e segurança.

Ouvir todas as vozes do ativismo materno é premissa para compreender seu propósito enquanto movimento social. Por isso, para que seja legítima a inclusão da *CQVM* como representante dessa onda de maternidade crítica, precisamos pensá-la a partir de uma perspectiva que seja permeada por questões de gênero, de classe e de raça, como é confirmado pela inclusão de falas de mães que pensam também a maternidade de forma crítica, e mesmo não tenham um blog ou sejam adeptas dos famosos textões de Facebook, alimentam e interagem com esta rede.

Colocado isto, passamos à observação da plataforma *CQVM* - suas páginas nas redes sociais Instagram e do Facebook – no período escolhido para a análise em profundidade. Olhamos para este período a partir do seu movimento na rede e de sua interação com sua própria rede. A partir da análise deste movimento, foi possível observar potências e fraquezas do projeto de uma mídia independente de ativismo materno. Este trabalho acompanhou a *CQVM* por dois anos com observações etnográficas (e autoetnográficas) exploratórias. Além disso, no entanto, o período escolhido para a uma análise sistemática em profundidade foi definido em função de eventos, como por exemplo, as eleições brasileiras de 2018, momento em que Ligia Sena concorre ao cargo de deputada estadual.

Durante o recorte que vai de outubro a dezembro de 2018, observamos pontos que direcionam esta pesquisa por dois caminhos: o primeiro é a realização de que o lugar social da maternidade é político; o segundo é como novas iniciativas offline surgem na dinâmica de operação das mídias digitais maternas. Estas iniciativas passam a buscar novas propostas de atuação fora da internet, mas que ainda assim pudessem ser divulgadas por meio da plataforma e das redes sociais. A fundadora da *CQVM* passa a realizar palestras e rodas de conversa com temáticas que estão na pauta da plataforma. Além disso, surge a candidatura de Lígia Sena para deputada estadual, que foi anunciada por meio de uma postagem na rede social Facebook no dia 7 de abril de 2018. Essas realizações de palestras e encontros presenciais demonstram que existe uma rede offline de ativismo materno que se identifica a

partir da presença em acontecimentos descobertos na internet, mas que também não deixa de valorizar a troca de saberes face a face. Neste sentido, o movimento de sair da rede mundial de computadores e buscar força nesta rede física pode ter sido a saída para projetos como o *CQVM,* que podem ter tido dificuldade de funcionamento durante o período de crise política e econômica que acometeu o Brasil entre os anos de 2017 e 2018 e teve que encontrar novos caminhos, novas possibilidades.

Um exemplo disso ocorreu em 12 de dezembro de 2018. Foi postado na rede social Instagram da plataforma que em janeiro, Lígia Sena faria uma oficina (Figura 6) em janeiro na cidade de Curitiba/PR. O tema abordado, "Da agressão à educação sem violência", é considerado uma pauta forte dentro da agenda da autora, já que a infância é área de interesse de Lígia, que tem doutorado em Saúde Coletiva. A realização de palestra e rodas de conversa cresceu desde a postagem citada. Foi possível observar que, após a candidatura de Lígia Sena, deputada estadual pelo estado de Santa Catarina, o próprio projeto e suas pautas passaram a circular mais por outros meio que não a internet.

**Figura 6 – Anúncio da Oficina ministrada pela fundadora do *CQVM***

Fonte: Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BrS52DcA5m1/ Acesso em março de 2019

A realização de uma oficina supõe que este seja um trabalho que envolva atividades e aprendizado. Neste sentido, a realização de oficinas, palestras e rodas de conversa é uma forma de compartilhar valores e saberes com grupos face a face. O primeiro comentário da postagem é de uma leitora que exclama: "Oba!", indicando que existe um interesse neste encontro fora da internet. A própria presença física do outro envolve mais participação e troca, por podermos observar as expressões e compreender melhor a mensagem. Este ponto evidencia a necessidade da expansão do ativismo materno para outros meios para garantir a efetividade do seu projeto de transformar a condição do lugar social da mulher mãe, principalmente daquela que cuida de filhos pequenos. Isto porque há um ponto nevrálgico no ativismo de mães: com base no material pesquisado, pude observar, como explicarei mais adiante na dissertação, que os maiores conflitos da maternidade se dão em seu início, quando a mulher mãe toma consciência que gerar e/ ou criar um filho a exclui de alguns espaços. Não é à toa que o projeto do *CQVM* se propõe a oferecer informação e fortalecimento para a mulher que vira mãe.

Neste sentido, a infância e a criança então dentro de uma pauta do ativismo materno, assim como na agenda do *CQVM,* por meio dos textos, palestras, oficinas, rodas de conversa e livros, como observamos com a ideia da plataforma ter uma pequena livraria que trouxesse a venda de livros sobre temas que norteiam a maternidade que é exercida de forma autorreflexiva e crítica. Entre os títulos vendidos está o *Mulheres que viram mãe*, da própria fundadora da plataforma, que trabalha temas que tratam dos primeiros momentos da maternidade como fortalecimento, maternagem, disciplina positiva, assuntos que apontam para a necessidade de um olhar mais cuidadoso para a forma como a mulher mãe enfrenta o início desta condição social. No comentário da publicação de anuncio de venda de livros feita no Facebook no dia 13 de outubro de 2018, uma leitora busca ajuda com Ligia Sena para o início da vida de mãe.

> Leitora: Como ter acesso aos seus livros? Grávida de primeira viagem e perdidíssima nesta missão.
>
> Cientista que virou mãe: Eu estou com um projeto online para mães em diferentes fases da maternidade, incluindo gestantes. Me manda um e-mail que eu te apresento e você se faz sentido para ti.

A busca da leitora do *CQVM* por informações que pudessem ajudá-la no início da maternidade e a ideia de Ligia ter um projeto voltado para esta procura contribuem para

pensar na perspectiva da necessidade da informação e da educação para a conquista de espaços e direitos na sociedade. E neste caso, a expansão de um trabalho como o da plataforma permite que mais mulheres tenham acesso a novas possibilidades para a maternidade. Entre elas, há a possibilidade de compreender que ocupar o espaço social da mulher mães hoje implica, como salienta Lourdes Fidalgo (2000), em perdas e ganhos.

Sendo assim, a ideia de produzir palestras, escrever e vender livros, realizar rodas de conversa está associada a uma premissa de levar a informação que educa e esclarece para os ambientes fora da rede, confirmando a ideia de movimentos sociais em rede de Castells (2013), que afirma que uma das características destas frentes é a atuação on e offline. No entanto, a manutenção de um projeto que atua de tantas formas de funcionamento pode encontrar desafios em função dos próprios contextos político e social nos quais ele está inserido.

Vale esclarecer que, inicialmente, busquei realizar uma entrevista com Lígia Sena. Após diversas tentativas sem sucesso, minha abordagem metodológica ficou restrita às observações etnográficas que se deram, predominantemente, online, por conta de Ligia morar em Florianópolis. Dessa forma, pude observar apenas que estas mudanças ocorreram no mesmo momento em que Ligia Sena atuou em sua primeira campanha política, mas o ideal teria sido ter a perspectiva da fundadora do *CQVM* a esse respeito, algo que não foi possível nesta pesquisa de Mestrado.

Ainda assim, é importante colocar que no período de análise em profundidade, dois pontos podem contribuir para a análise aqui proposta. O primeiro é a inclusão de uma nova forma de conteúdo digital: o *podcast*[21]. O programa, que é uma conversa entre as coordenadoras do *CQVM* – Ligia Sena e Nani Feuser – e outra convidada, foi disponibilizado em quatro episódios na plataforma Spotify até a data de finalização deste trabalho, em março de 2019. A proposta deste novo formato de informação, segundo a fundadora do *CQVM,* é conectar as leitoras da plataforma e oferecer apoio, fortalecimento e motivação por meio de uma mídia que usa a voz como recurso de aproximação e acolhimento. Como a própria Ligia Sena diz, "Um programa leve, divertido e profundo, pra você ouvir em qualquer momento - indo ou voltando do trabalho, tomando banho, cozinhando, cuidando das crianças, amamentando, com amigas e amigos ou apenas para ouvir vozes amigas."[22]

---

21 Arquivo digital de áudio transmitido por meio da internet

22 https://www.instagram.com/p/Brn4lh1h0GU/

Além desta nova mídia, outra mudança foi observada no período: temática e a autoria dos textos não seguiam mais a mesma linha editorial do início do funcionamento da plataforma. Os temas, que antes estavam mais ligados a questões críticas sobre assuntos gerais da maternidade, passaram a apresentar mais assuntos ligados à infância, à saúde da mulher e da criança e a questões sobre relações familiares. Na campanha de financiamento anunciada no Instagram no dia 23 de novembro de 2018, a autoria de todos os textos é da própria fundadora da plataforma. Entre os temas estão: "Métodos contraceptivos"; "Parto sem dor: mito ou realidade"; "Meu bebê chupa dedo"; "Natal com o pai e com a mãe"; "Escola em período integral" e "Todo brinquedo é legal?". Em função disso, nota-se que, com o passar dos anos, o funcionamento da inciativa fica mais centrado na figura da fundadora, em sua personalidade e relações. Esta atuação de Ligia Sena, observada no recorte utilizado para a análise, pode ter relação com a sua candidatura e atuação nas eleições de 2018, ponto que será abordado no capítulo 4.

## 2. GÊNERO, FEMINISMOS E MATERNIDADE

Esta pesquisa começa pela observação de uma organização de mulheres que se utiliza do meio digital para comunicar suas causas. Os ecos deste movimento no Brasil seguem a agenda de grupos que já se articulavam em outras partes do mundo. As reivindicações tinham como ponto comum o lugar do feminino na sociedade. Quais dificuldades e quais lutas se dariam para a garantia dos direitos fundamentais das mulheres? A partir desta pergunta, começamos a perceber que a ideia de gênero e as correntes feministas são a base para a construção da conceituação do tema que rege esta dissertação.

Usamos aqui o termo ativismo digital para nomear o tema, em detrimento de "ciberativismo", pois compreendemos que ciberativismo parece de certa forma um termo datado por dar uma ideia de um mundo "ciber", destacado da realidade. Em função disso, optei por chamar de ativismo digital materno a prática de um movimento social que usa as novas mídias para uma contraposição às ideias tradicionalmente idealizadas pela sociedade em relação à maternidade. Este movimento de mulheres com filhos se apoia em preceitos feministas para se apropriar das mídias digitais e falar da condição da mulher mãe nos dias de hoje. Apropriar, para este grupo, significa subverter sua lógica de uso, como propôs Jesús Martín-Barbero (1997). Esta subversão se observa na utilização de espaços tradicionalmente dominados pelas grandes corporações para utilizá-los como meio para a informação independente voltada para as minorias.

No início da segunda década do século XXI, a figura da mulher mãe surge desconstruída e, de certa forma, empoderada nas páginas de blogs e redes sociais. Neste contexto mais recente é que surge o blog *Cientista que virou mãe (CQVM)*, cuja história e narrativa serve aqui para que se possa investigar a apropriação dos meios digitais como tática para grupos de mulheres mães. Para compreender este movimento, é necessário que se façam recortes que apontem para particularidades sob as quais podemos designar o feminino, ou seja, a condição feminina na sociedade atual. A questão do gênero está, neste sentido, diretamente ligada à condição materna explorada aqui, já que há uma diversidade de casos a

que possam ser atribuídos a função da maternidade. Afinal, uma mulher lésbica ou trans também pode ser mãe, sendo esta uma questão complexa que será abordada mais adiante.

Assim, a maternidade estaria ligada, para além da capacidade de gerir uma criança, à capacidade de desempenhar o papel social de mãe, que acompanha o feminino em suas possibilidades. Para isso, mais à frente neste capítulo, buscaremos uma definição para a maternidade nos dias de hoje.

Inicialmente, nos propomos a mapear o contexto prévio ao movimento de mulheres mães em rede e como os conceitos de gênero, maternidade real e interseccionalidade se apresentam como fundamentais para a compreensão do ativismo digital materno contemporâneo.

## 2.1 Gênero e Feminismos

Para a construção do conhecimento acerca do movimento das mulheres mães, é necessário passar pela conceituação de gênero e de feminismo. Como falamos, observou-se que a condição social da maternidade está ligada a questões que ultrapassam a possibilidade física de gerar uma criança. Pensando neste sentido, as configurações da maternidade teriam passado por modificações. As novas estruturas da família passam a contar com núcleos com duas mães ou dois pais. Se antes isso poderia ser visto com diferença, hoje é possível que a função de mãe seja desempenhada por uma mulher trans[23] que tenha adotado um filho. A maternidade da pós-modernidade permite a diversidade e dela se alimenta para incorporar mais vozes.

Em função destas constatações, torna-se necessário trazer para a discussão que alimenta esta investigação a questão do gênero. Aqui, trabalharemos com o conceito de gênero a partir de duas categorias: como uma construção social, como nos propõe pensar Judith Butler (2002), e para designar o feminino, como é colocado por Joan Scott (1995). Inicialmente, trabalharemos aqui o conceito a partir da fala destas duas autoras que contribuem para o início do trabalho de entender a maternidade como uma questão de gênero.

Joan Scott na obra *Gênero: uma categoria de análise histórica* serve aqui para uma primeira explicação sobre o uso do termo "gênero" para designar o feminino.

---

[23] Mulheres que foram registradas como homem ao nascer, mas ao longo da vida descobrem identificação com o gênero feminino.

> Na sua utilização mais simples "gênero" é sinônimo de "mulheres". Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, ao longo dos últimos anos, nos seus títulos o termo mulheres por gênero. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político desse campo de pesquisa (SCOTT, 1995, p.75).

A autora, nesta obra que teve sua primeira edição em 1988, coloca que "gênero é também uma categoria, um meio de fazer distinções entre as pessoas, classificando-as com base em traços sexuais (SCOTT, P. 78). Porém, estas definições de gênero foram, desde então sofrendo uma série de reinterpretações. E uma das mais consideradas no meio acadêmico é a da filósofa pós estruturalista, Judith Butler, que nos orienta para a questão de gênero como construção cultural, afirmando a máxima de Simone de Beauvoir, em sua obra *O Segundo Sexo,* de 1949, "Ninguém nasce mulher, torna-se mulher". Para Butler, esta categorização da noção de gênero como feminino já não serve mais a partir do momento que a noção de feminino fica instável e aponta mais para a ideia da construção crítica da identidade.

> O feminino não parece mais uma noção estável, sendo seu significado tão errático e problemático do que o de mulher...Além disso não está claro que a teoria feminista tenha que resolver as questões de identidade primária para dar continuidade a tarefa política. Em vez disso, devemos nos perguntar que possibilidades políticas são consequência de uma crítica radical das categorias de identidade. (BUTLER, 2002, p. 9)

A autora nos direciona para a necessidade de se falar de gênero a partir da construção identitária e de feminismo como luta política. O constructo da abordagem da maternidade enquanto condição social começa no conceito de gênero, liga-se à uma condição física também, mas completa sua fundamentação a partir da identidade materna. Essa identidade permite que lésbicas e transexuais sejam mães, que mulheres que não podem ter filhos e adotam crianças sejam mães, que uma mulher que tenha perdido o filho continue se sentindo mãe. A compreensão da maternidade nos dias de hoje deve ser empreendida a partir de uma série de variáveis. Mas a identidade é a mesma e vem do lugar social da maternidade. E é desta identidade e deste lugar de fala que surgem as questões políticas que encontraram na teoria e nos movimentos do feminismo seu fronte de batalha, como mostra a autora, mas também estabelece uma relação com separação entre orientação sexual e identidade de gênero. Para a autora, sexo e gênero são questões discursivas. A teoria queer, segundo Butler (2002), apontada como uma das precursoras a falar sobre o tema, trabalha com a ideia da construção do gênero a partir da desconstrução identitária regida pelos padrões

heteronormativos binários. Estas ideias nos ajudam aqui a perceber que a condição da maternidade também está relacionada a uma construção social. Assim, mulheres que trocaram de gênero podem adotar uma criança e uma mulher lésbica também poderia desempenhar o papel de mãe, gerando ou não uma criança.

Identidade e representação são pontos-chave para se pensar no papel ocupado socialmente pelo sujeito que se identifica com o feminino e também com o sujeito que se identifica com função social da mulher mãe.

Stuart Hall coloca a identidade como algo formado, e não algo inato. "Ela permanece incompleta e está sempre em processo, sempre sendo formada." (2006, p. 38) O que observamos neste trabalho acompanha o raciocínio do autor, que também propõe "em vez de falar de identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em identificação, vê-la como um processo em andamento" (IDEM).

Já a representação "serve como termo operacional no seio de um processo político que busca estender visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeitos políticos", como coloca Butler. Para a teoria feminista, o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representá-las pareceu necessário, a fim de promover visibilidade política para as mulheres." (BUTLER, p.18)

O feminismo, enquanto crítica teórica e movimento social, aponta para estas questões de identidade e representação. Ele, de alguma forma, permeou as profundas transformações pelas quais a sociedade passou no século XX.

> Embora o movimento tenha florescido na década de 60 no ambiente de classe média educada, é nos anos 80 que uma forma política e ideologicamente menos específica de consciência feminina se espalha pela massa do gênero. (ROBSBAWM, 1995, p.306)

Nesta citação, o historiador Eric Robsbawm se refere a gênero como mulher e o relaciona ao ambiente da classe média. Porém, as autoras e autores que utilizo neste trabalho nos orientam para o impacto social deste movimento de mulheres que trouxe à luz a forma como somos formados, nossa identidade e nosso processo de identificação.

Como vimos, Judith Butler (2002) liga o feminismo à luta política. Joan Scott (1995) define o feminismo como um movimento por igualdade, reivindicando tratamento equivalente para homens e mulheres, denunciando negligências e desvalorizações a que são submetidas as mulheres.

O sociólogo Stuart Hall elucida que o feminismo pode ser considerado o quinto descentramento do sujeito pós-moderno. Dentro da concepção da fragmentação da identidade do sujeito na pós-modernidade ou modernidade tardia, o autor coloca que o que houve foi um deslocamento provocado por "uma série de rupturas nos discursos do conhecimento moderno". Hall explica que isso corresponde a um "descentramento do sujeito cartesiano" (2006, p. 9). Aqui seguimos a nomenclatura e pensamento do autor no que se refere ao termo pós-modernidade ou modernidade tardia, usado para designar o período que se configura a partir do fim do século XX e que caracteriza-se por uma série de transformações na vida social, cultural e artística.

Ainda segundo o autor, o impacto do feminismo nas estruturas sociais é um dos responsáveis por esse deslocamento do sujeito. Nos anos 70, o feminismo poderia ser considerado uma crítica teórica e um novo movimento social que se opunha às forças de dominação e deslocava questões do privado para o público.

> O feminismo questionou a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora", o "privado" e o "público". O slogan era "o pessoal é político." Ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas da vida social: a família, a sexualidade, o trabalho, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. Aquilo que começou como movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. (HALL, 2006, p.45)

Em função de estarmos falando de um fenômeno social ligado ao gênero feminino, tomaremos, a partir deste ponto, o pensamento da pesquisadora brasileira Vera Vieira (2012). Para ela, as condições assimétricas de poder e oportunidades colocam os homens em posição de superioridade e o recorte de gênero e as narrativas do feminismo são fundamentais para a compreensão dos fatores que levam às desigualdades sociais.

O relatório da ONU de 2010 *As mulheres no mundo: tendências e estatísticas* até apresentou um progresso em relação aos direitos das mulheres e igualdade de gêneros. Porém, os salários femininos ainda estão abaixo dos homens e as mulheres são raramente empregadas em trabalhos com *status*, poder e autoridade. O Brasil está em 82º lugar em igualdade de gêneros. Percebe-se, com o relatório, que países mais pobres ou em crise política estão mais ao fim do ranking dos 135 países avaliados (ONU, 2010).

Os números destes tipos de levantamento justificam a luta do movimento feminista enquanto instrumento de mobilização social que propõe a resistência aos poderes de

dominação. Vieira (2012, p. 33) ainda nos aponta que a luta contra a opressão masculina é canalizada em duas frentes do movimento: o movimento feminista, enquanto frente de mulheres letradas da classe média que reivindicavam a libertação, e de outro, o movimento de mulheres (em sua maioria, negras) em pequenas comunidades e organizações de classes menos favorecidas que lutam por necessidades básicas. Esta explicação nos ajuda a entender o porquê do feminismo ter sido sempre associado a um movimento de classes mais altas, com as mulheres mais pobres, negras, indígenas, de comunidades remotas, iletradas tendo dificuldade de se identificar com o vocabulário e as causas defendidas por mulheres predominantemente brancas e de classe média. Até hoje, essa questão não foi superada pelo movimento feminista. Por isso, a compreensão deste cenário como um todo, a partir do recorte gênero, classe e raça, é fundamental para falar sobre o ativismo digital das mulheres mães.

É compreendido que, na atualidade, o termo mais apropriado é para se referir ao feminismo é "feminismos", já que ele hoje quer ser mais plural, diverso e quer desconstruir o binarismo de sexo e gênero que alimenta a sociedade patriarcal, incorporando novas vozes.[24] No entanto, para compreender sua evolução foi necessário observá-lo a partir de suas fases ao longo da história, mesmo que o registro dos marcos do movimentos tenham se dado no ambiente restrito à mulheres de classes mais altas. A importância de falar sobre a história do movimento feminista deve-se a ele ser a principal influência do ativismo digital materno . Enquanto crítica teórica e mobilização social, o feminismo veio se configurando em fases, ou ondas, como chamam alguns autores.

Vieira (2012) elucida que a primeira fase do feminismo pode ser caracterizada por um movimento de mulheres que era regido por uma força mais ideológica e política, tendo se apresentado entre os anos de 1848 a 1920, principalmente nos Estados Unidos e na Europa. Nos Estados Unidos, é redigida a *Declaração dos Sentimentos* inspirada na *Declaração de independência dos Estados Unidos*. As contestações das mulheres de uma sociedade como a americana naquele momento carregavam a bandeira abolicionista e tinham relação com a inviabilidade da mulher votar, ter cargo público, fazer universidade. No entanto, como explica Angela Davis, *a Declaração dos Sentimentos, ou Declaração de Seneca Falls*, não inclui as contestações de mulheres que não fossem da mesma classe das autoras.

---

24 https://revistacult.uol.com.br/home/quarta-onda-do-feminismo/

> A inestimável importância da Declaração de Seneca Falls foi o seu papel na consciencialização articulada dos direitos das mulheres no meio do século. Foi o culminar de uma teoria de anos de insegurança, muitas vezes silenciada, apontando de forma desafiadora para a condição política, social, doméstica e religiosa que era contraditória, frustrante e absolutamente opressora para as mulheres burguesas e da crescente classe média. No entanto, como consumação rigorosa da consciência do dilema das mulheres brancas de classe média, a Declaração ignorou a situação difícil da classe de mulheres brancas trabalhadoras, como ignorou a condição das mulheres negras no Sul e no Norte. Por outras palavras, a Declaração de Seneca Falls propôs uma análise da condição feminina que desprezou as circunstâncias das mulheres fora da classe social das autoras do documento. (DAVIS, 2015, p.45)

O movimento também ganhou força na Grã-Bretanha no final do século XIX. Em 1897, foi fundada por Millicente Fawcet, a União Nacional pelo Sufrágio Feminino. Em 1918, houve a aprovação do *Representation of the People Act*, que estabeleceu o voto feminino. Diante destas elucidações, percebemos que o movimento feminista, em seu primeiro momento, apresenta-se como uma frente de luta que leva em consideração basicamente os direitos exigidos por grupos pequeno de mulheres brancas e letradas. Diante desse cenário, o feminismo negro ganhou força na década de 70 do século seguinte nos Estados Unidos. Autoras feministas negras, como Angela Davis, questionam a não visibilidade da participação de sufragistas negras no que é considerada a primeira fase do movimento feminista nos Estados Unidos. Segundo a autora, o movimento de mulheres trabalhadoras negras foi "para além da vontade de contribuir com esses óbvios poderes de observação e julgamento, através da criação de um movimento multirracial pelos direitos políticos das mulheres". Isto quer dizer que de alguma forma a luta da mulher negra pelo direito ao voto deveria ser lembrada pela história do feminismo já que, este movimento também motivou a defesa pelo sufrágio feminino, como explica Davis, a partir do pensamento do defensor do sufrágio feminino W.E.B. DuBois (1913), que aponta que "a vasta maioria das mulheres que participaram no fórum sobre sufrágio feminino era filiada na National Association of Colored Women." (DAVIS, 2015, p. 107)

> Nos oito milhões de mulheres na força de trabalho durante a primeira década do século XX, mais de dois milhões eram negras. Como mulheres que sofreram a combinação da incapacidade do sexo, classe e raça, elas possuíam um poderoso argumento para o direito ao voto. Mas o racismo correu tão profundamente dentro do movimento do sufrágio feminino que as portas nunca se abriram realmente para as mulheres negras. As políticas excursionárias da NAWSA não detiveram inteiramente as mulheres negras de erguer a exigência pelo voto. Ida B. Wells, Mary

> Church Terrel e Mary McCleod Bethune estão entre as mais conhecidas sufragistas negras. (IBIDEM, p.106)

Se na primeira fase do movimento, a luta sufragista dava a tônica, a segunda fase do feminismo é observada a partir dos movimentos pelos direitos civis dos anos de 1960 e pelo surgimento de uma teoria feminista. Na sua bandeira vinha a redefinição da identidade da mulher, ou seja, que a mulher fosse vista como um sujeito. Em sua obra *O Segundo Sexo,* de 1949*,* Simone Beauvoir lança um discurso mais radical que fundamenta as bases teóricas para esta nova fase do movimento. A autora defende a liberação da mulher do seu determinismo biológico e retoma a perspectiva hegeliana do "ser é tornar-se" dando origem a sua celebre frase "Não se nasce mulher, torna-se mulher", o que lançou as bases para o que viria a ser os estudos de gênero, como nos ajuda a compreender Lucilia Scavone.

> As teses desse livro sobre liberdade sexual e liberação da prática da contracepção e do aborto podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista, no molde sufragista, para a fase do feminismo centrado na mulher sujeito, criando os elementos necessários para a politização das questões privadas. (SCAVONE, 2008, p.175)

A terceira onda do feminismo, chamada de fase diferencialista, vem questionar a identidade e propor a incorporação de uma multiplicidade de sujeitos do feminino. Nela ganham força o feminismo interseccional, que abordaremos com mais profundidade ao final do capítulo, e ideias como a teoria queer. O ponto-chave desta onda é a incorporação de novas identidades ao sistema de crenças estabelecido pelas fases anteriores. Os estudos teórico-conceituais do feminismo também levam em consideração as fases acima colocadas e um contexto que tem como substrato a sociedade urbano-industrial moderna. Porém, é importante destacar, como nos explica Scavone, que não há como delimitar estas fases em uma linha do tempo, sendo que nenhuma delas está compreendida em um período fixo.

> O feminismo tem sido delimitado por suas etapas históricas, três grandes fases são comumente referidas: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades. Essas fases correspondem, em grandes linhas, aos séculos XVIII e XIX, à segunda metade e ao final do século XX e ao início do século XXI; entretanto, não é possível circunscrevê-las em uma perspectiva linear. Apesar de estabelecermos a relação temporal com períodos e lutas

> distintos, essas fases não são fixas, elas dependem da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade. (IBIDEM, p.177)

No entanto, estudiosos da atualidade afirmam que pode-se considerar que esta representa uma nova onda do feminismo. O tema deste trabalho, assim como o objeto de análise, são frutos e sofrem influência do que chamamos de Quarta Onda do Feminismo. Nesta fase, que teve seu ápice no ano de 2015, o movimento invade ruas e espaços simbólicos da internet. Neste mesmo ano, acontece a primavera das mulheres[25] em vários países. Esta etapa, ainda pouco estudada academicamente, tem como pauta maior os direitos sobre o corpo. É a onda do "Meu corpo, minhas regras." Esse ressuscitar do movimento pode parecer ter sido estimulado pelas possibilidades comunicacionais da rede mundial de computadores. Páginas feministas em redes sociais promoviam debates e manifestações, mediando um tipo de mensagem que quer mostrar ao gênero feminino o caminho para o despertar da consciência por meio da informação e da sororidade. Formulado por uma nova geração de feministas e declarado como missão da organização feminista brasileira *Think Olga*[26], entre outras, o pressuposto do "empoderamento pela informação" é uma das premissa da Quarta Onda do Feminismo. A sua compreensão é fundamental para entender os estímulos que levam também um movimento de mulheres mães a ocupar os espaços da internet tanto para a reivindicação dos seus direitos quanto para a produção e mediação da informação que promove mudanças sociais para as mulheres com filhos.

Neste trabalho, compreendemos a Quarta Onda do Feminismo a partir da perspectiva teórica dos trabalhos de Vieira (2012); Rizzotto, Meyer e Souza (2017); e Rocha (2017). A partir destas referências foi possível afirmar que é nesta fase do feminismo que a presença da web dinamiza ações e propaga ideias feministas. Um ponto comum entre essas autoras é que as ações de mobilização via internet, sejam elas para a promoção de eventos ou ideias, é considerada uma característica intrínseca à Quarta Onda. Por isso, este período pode ser considerado o berço do que opto por chamar aqui de ativismo digital feminista. Alguns autores, como cita Rocha (2017, p. 46), chamam o ativismo feminista na internet de Feminismo 2.0 ou ciberfeminismo. No entanto, aqui me limitarei a chamá-lo de ativismo digital feminista, seguindo a mesma lógica que usei para me definir pelo emprego do nome de

---

25 https://thinkolga.com/2015/12/18/uma-primavera-sem-fim/

26 Projeto feminista criado pela jornalista Julia Faria com o objetivo de dar às mulheres mais possibilidades de escolha por meio da informação. Sua atuação principal se dá pela página na internet e nas redes sociais.

ativismo digital materno para me referir às reivindicações de um movimento de mulheres mães em rede.

É na Quarta Onda do feminismo que também observamos uma maior visibilidade dos múltiplos feminismos com suas pluralidades de pautas e vertentes. São tão plurais que entre elas podem haver divergências, como explica Rocha (2017, p. 58). Isso em função dessa ser uma fase pautada pela força destes grupos identitários múltiplos, como, por exemplo, os grupos pró-aborto, as feministas radicais, os grupos de mulheres transgênero, entre outros. Estes grupos precisariam encontrar um espaço mais democrático e livre da repressão do sistema patriarcal para visibilizar sua causa, suas pautas e sua existência. Neste contexto, a web ganha força  e reconfigura as ações do movimento feminista.

Para contextualizar este cenário, tomamos ações marcantes no contexto brasileiro que caracterizam as mobilizações do ativismo feminista da Quarta Onda. A Marcha das Vadias, realizada em São Paulo, pode ser considerada um marco da mobilização desta nova geração de feministas que vinha questionando corpo, identidade, espaço e representação.

> Em 2011, quando ocorreu a primeira Marcha das Vadias no Brasil, a imprensa voltou sua atenção para assuntos como machismo e assédio sexual, os quais, até então, eram pouco discutidos. Desde então, blogs com temáticas feministas se popularizaram na rede e passaram a dar mais força ao movimento. Tais blogs passaram a ter grande repercussão quando os ativistas perceberam a internet como um novo instrumento de expressão. (RIZZOTTO, MEYER E SOUZA, 2017, p.128)

A Marcha da Vadias que ocorreu no Brasil foi um eco da que aconteceu do Canadá também em 2011. A primeira marcha foi realizada por grupos feministas em Toronto como uma reação ao alto número de estupros e o argumento de parte da sociedade de que mulher não pode “andar como uma vadia” porque estimula o estuprador. A mobilização se alastrou por várias partes do mundo tendo a rede como espaço de articulação. Por isso, muitos autores acreditam que a Marcha das Vadias tenha revigorado o feminismo, podendo ser considerada um marco importante na chegada de uma nova onda no movimento.

Outras manifestações importantes deste novo feminismo aconteceram depois de 2011. Um movimento que ganhou projeção global no ano de 2015 foi o “Ni una menos” (adaptado para o português como “Nem uma a menos”), que nasceu a partir de uma tragédia na Argentina.  O movimento “Ni una menos” ficou conhecido a partir de uma série de protestos que ocorreram na Argentina, no Chile e no Uruguai em junho de 2015. Eles foram

convocados via redes sociais e tiveram como motivação o brutal assassinato de cinco jovens argentinas, entre elas Chiara Paez, de 14 anos, que estava grávida, e Lúcia Pérez, de 16 anos, que foi estuprada e empalada na cidade de Mar del Plata. A violenta onda de feminicídios na Argentina fez com que uma frente feminista organizasse marchas contra o feminicídio em mais de cem cidades no mundo. O movimento foi nomeado de "Ni una menos", ou seja, nem uma vida feminina a menos. Em uma de suas manifestações mais expressivas, no dia 20 outubro de 2105, milhares de homens e mulheres caminhavam sob forte chuva até a Praça de Maio, na Argentina, para protestar sobre as palavras de ordem "Vivas nos queremos" "Ni una menos".

Neste novo feminismo, que ganha potência a partir de sua ação conectiva na internet, se aprofundam também as discussões sobre a questão interseccional. De acordo com Rocha, para trabalharmos com a ideia do feminismo como um movimento social em rede, como desejamos fazer neste trabalho com o ativismo materno, é preciso que se compreenda como a questão interseccional está presente neste contexto. Para os novos feminismos em rede, a mulher é um sujeito que está submetido a uma série de intersecções de condições sociais que definem seu lugar na sociedade como único. E é a partir desta singularidade que podemos compreender suas necessidades e suas reivindicações. Por exemplo, há mulheres que sofrem com o machismo e com o racismo, por serem negras. "Apropriando-se da interseccionalidade, o ciberfeminismo visa discutir e organizar pautas de luta a fim de mitigar essas vulnerabilidades sociais vivenciadas por todas as mulheres em suas particularidades."(ROCHA, 2017, p.68) Estes argumentos ajudam a justificar a análise empírica que colocaremos ao fim deste capítulo, onde tomamos o objeto de estudo deste trabalho, a iniciativa de ativismo digital materno *Cientista que virou mãe, (CQVM)* e o observamos a partir da perspectiva do Feminismo Interseccional.

## 2.2 Feminismos e Maternidade

Stuart Hall credita a problematização da maternidade ao feminismo quando este movimento traz para a contestação política as arenas da vida social, como a família, a sexualidade, o trabalho, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças. No entanto, as relações entre a maternidade e o feminismo no ocidente surgem mais especificamente a partir do período pós-segunda guerra mundial, em que se configurou a

chamada Segunda Onda do movimento, que tinha como uma de suas principais autoras Simone de Beauvoir . O questionamento da condição social da mulher mãe se apresenta paralelamente à aceleração do desenvolvimento industrial e urbano, à presença crescente da mulher no mercado de trabalho e ao advento da pílula contraceptiva. É neste cenário, em que o conservadorismo exaltava os valores da família burguesa tradicional, que Simone de Beauvoir publicou, em 1949, a obra O Segundo Sexo, em que defendeu a liberdade sexual e a liberação das práticas de contracepção, centralizando as questões femininas na proposta da mulher como sujeito social, politizando assim as questões privadas do cotidiano. Como observa Scavone a respeito desse período:

> Um dos elementos radicais desta politização relacionava-se à maternidade, isto é, refutar o determinismo biológico que reservava às mulheres um destino social de mães. A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino.(SCAVONE, 2001, p.138 )

A maternidade passou então a ser vista como questão-chave para as ativistas da Segunda Onda do Feminismo por se tratar de uma condição que impunha à mulher a opressão e a dominação pelo sexo oposto a partir do momento que a mulher era vista apenas como esposa, reprodutora e responsável pelo cuidado com as crianças. Esta condição reduzia a mulher ao espaço privado, excluindo-a das atividades e debates do espaço público. Lucila Scavone apresenta três momentos em que o movimento feminista inicia o debate acerca da maternidade. Em um primeiro momento, o feminismo passa a ver a maternidade como um defeito natural (*handicap*), recusando esta condição como forma de afastar a dominação masculina. Apoiada pelas novas formas contraceptivas, essa ideia de recusa da maternidade daria à mulher a possibilidade de buscar uma identidade mais ampla.

Novas reflexões dentro do movimento alteraram o discurso da recusa da maternidade para a ideia da constituição de um poder a partir da maternidade e dos saberes que a envolviam.

> Passado o impacto da recusa da maternidade vieram perguntas dentro do movimento feminista: “nós (as mulheres) queríamos ser definidas sem a maternidade? Aceitávamos ser mutiladas de uma parte de nossa história, de nossa identidade?” A maternidade passa a ser considerada como um poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam. (SCAVONE, 2001, p.141)

Neste momento, a reflexão feminista dialoga com as ciências humanas e sociais abordando teses Lacanianas e Foucaltianas que apontam para a maternidade como fonte de poder social a partir da possibilidade feminina da concepção e dos saberes que envolvem a geração e criação de um ser humano. A partir destas ideias, as ativistas do movimento feminista passam a compreender que não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.

Com a apresentação do conceito de gênero, houve a desconstrução das ideias anteriores e a maternidade passou a ser vista pelo movimento como "um símbolo construído histórico, cultural e politicamente resultado das relações de poder e dominação de um sexo sobre o outro."(SCAVONE, 2001, p.143) A partir dos anos 90 (Terceira Onda), diminuiu o interesse do movimento feminista pelo significado social da maternidade, com as reflexões mais centradas nas políticas de saúde e dos direitos reprodutivos, deslocando as questões da maternidade do âmbito privado para o âmbito público. É nesta fase que começou a ganhar força o feminismo interseccional, que será abordado mais adiante neste capítulo.

## 2.3 Maternidade

É necessário abordar aqui uma concepção de maternidade, buscando entender seu significado contemporâneo. Algumas linhas discursivas, como defende a pesquisadora portuguesa Lurdes Fidalgo (2000), contribuem para a culpabilização das mães e introduzem dúvidas sobre o seu desempenho. Este caminho do conflito social é ponto de partida para a compreensão da maternidade na pós-modernidade.

A maternidade, enquanto categoria de análise no contexto social, não foi muito explorada no âmbito das Ciências Sociais. Parece que o tema está necessariamente ligado a estudos sobre o feminismo. Neste trabalho, entendemos que precisamos situar a maternidade dentro das reivindicações feministas, porém, podemos colocá-la no centro da arena de lutas do cotidiano, entendendo que o conceito de maternidade deve ser trabalhado a partir de suas especificidades, potências e limites na sociedade.

Em 2000, a pesquisadora da Universidade do Porto, Lurdes Fidalgo, escreve sua tese de doutorado sob o título *Re(Construir) a Maternidade sob uma perspectiva discursiva.* Neste trabalho, a autora aponta a maternidade como uma posição social de desigualdade que está

ligada a uma construção social de gênero. De acordo com Fidalgo, o que justificava sua investigação era exatamente uma condição política da maternidade. Exatamente esta que motiva a formação da coletividade para evitar o silenciamento, como vemos abaixo:

> Pesquisaram-se os processos que, no pensamento social, levaram ao silenciamento das mulheres e possibilitaram condições para tornar a Maternidade num acontecimento com significado político-social e psicológico, como um lugar de sujeição para as mulheres, durante séculos. (FIDALGO, 2000, p.7)

A condição social da maternidade na pós-modernidade segue as conquistas do feminismo e ao mesmo tempo ainda se submete à dominação do sistema patriarcal que continuou como herança do sujeito moderno. Estas contradições do lugar ocupado pela mulher mãe trouxeram o tema para o meio acadêmico para trazer a voz das mães para o campo da pesquisa e "torná-la numa voz autorizada, uma voz científica". (FIDALGO, 2000, p.7).

Dentro desta perspectiva, a autora propõe uma "construção da maternidade como posição social de desigualdade", avaliando como a maternidade vem sendo representada na história e enfatizando pontos nevrálgicos como: a invisibilidade das mulheres na esfera pública e na esfera doméstica, o cuidar, a escolha de viver sem filhos e o conteúdo ideológico da natureza feminina.

Um conceito que a autora aborda que contribui para o trabalho é a maternidade dita científica. A maternidade científica requeria que mães também lessem e seguissem as recomendações de especialistas. Segundo a autora, isso se deve ao fato da maternidade ser mais que um processo biológico; "ela constituiu-se no mundo ocidental pós-Freudiano, como lugar de práticas econômicas, sociais e culturais" (FIDALGO, 2000, p.9).

Dentro desta concepção, uma geração de mães da transição do século XX para o XXI, influenciada pelas conquistas da terceira geração do feminismo, passou a encarar a maternidade a partir de suas sujeições, trazendo para a sociedade o debate acerca da condição social da mulher mãe. Tendo como referência o cenário brasileiro, um grupo de mulheres mães passou a debater esta nova face da maternidade por meio de blogs na Internet. O blog *Mothern,* de 2000, trouxe o olhar crítico acerca da maternidade pela primeira vez no contexto brasileiro para um público ampliado no ciberespaço e ganha interesse científico com a pesquisa de doutorado de Adriana Braga. A partir do Livro de Visitas[27] deste blog de mães, formavam-se as primeiras redes de mulheres que problematizavam a maternidade no Brasil.

27 O livro de visitas era onde acontecia a interação na blogosfera do início dos anos 2000

> Neste ambiente de interlocução, busquei fazer a análise do fluxo do discurso corrente no Livro de Visitas do *Mothern* e alguns dos blogs e comunidades a que deu origem (diversas frequentadoras abriram seus próprios blogs tematizando a própria experiência da maternidade). (BRAGA, 2008, p.87)

Segundo a autora, é importante pensar que este lugar simbólico de trocas tem relação com o processo social da alta modernidade (ou pós-modernidade, como trabalhamos aqui) e sua complexa relação com a cultura de gênero. "Mulheres jovens, mães, usuárias da internet se encontram, se associam e compartilham subjetividades" que as fazem questionar seu lugar subordinado na estrutura social contemporânea. (BRAGA, 2008. p.59) O *Mothern* foi considerado por comunicadores da época um movimento. Suas narrativas se estenderam para outros meios. No meio impresso, com o livro "Mothern, o Manual da Mãe Moderna", publicado em 2002 e com a publicação de artigos na revista TPM; no ciberespaço, com o blog; e na televisão, com a série homônima que foi ao ar no canal GNT em 2006. O tema da maternidade pós-moderna ganhava público na mesma medida em que lançava mais luz para a construção da ideia da maternidade com arena de lutas. No entanto, se a maternidade pós-moderna das mulheres mães do blog *Mothern* carregava a bandeira da mulher branca de classe média que encontrava dificuldades para encarar maternidade no início do século XXI, a maternidade política das participantes do ativismo digital materno carrega a bandeira da multiplicidade de reivindicações a partir da inclusão de diversas identidades maternas ao movimento de mulheres mães.

Neste trabalho nomeamos de "maternidade política" uma prática que implica em levar os problemas que envolvem o lugar social da mulher mãe para as esferas públicas e de tomada de poder, a fim de que se pense tanto em novas políticas públicas voltadas para as mulheres com filhos quanto em como a sociedade pode acolher de forma colaborativa esta mulher. Para a compreensão do que se configura esta prática, inspirada pelo método etnográfico, busquei atualizar o conhecimento sobre este espaço crítico da maternidade vivenciando o dia a dia de comentários e postagens de textos em blogs e páginas de redes sociais a partir do ano de 2015. No cotidiano de blogs e páginas de redes sociais que abordavam a maternidade a partir de um olhar questionador, uma ideia ganha força a partir desta perspectiva crítica da maternidade: a "maternidade real". É a partir desta compreensão que podemos entender as reivindicações dos expoentes do ativismo digital materno e construir um sentido para a maternidade nos dias de hoje.

Entre as páginas mais acessadas do movimento de mulheres mães em rede, a maternidade real representa um conceito que é frequentemente usado para designar a maternidade da qual se quer falar. Porém, antes, é necessário apresentar o cenário onde estas ideias se manifestam.

No dia 9 de julho de 2017, o jornal Extra, impresso do Rio de Janeiro com circulação em torno de 135 mil exemplares por dia, trazia uma matéria[28] sob o título *Pela internet, mulheres trocam experiências e quebram tabus sobre a maternidade*. O texto abordava a temática da internet como espaço de troca e acolhimento entre mães. Os blogs e páginas das redes sociais são mostrados, neste texto, como espaços de constituição de uma rede de apoio para se repensar e enfrentar a condição da maternidade no dia a dia..

Quatro meses antes, no entanto, a jornalista e política do Rio Grande do Sul Manuela d'Áávila, que mais recentemente anunciou sua pré-candidatura à Presidência e posteriormente à vice-presidência da República, já havia feito o que pode ser considerado, no contexto deste trabalho, uma postagem-manifesto, no blog "Agora é que são elas",[29] sob o título *Ir com Laura a um compromisso é um ato de resistência: a política é feita dos homens para os homens*, onde dizia que a maternidade é um ato de resistência e que as estruturas sociais eram pensadas pelo e para os homens, mostrando, assim, que a maternidade pode ser uma questão política e que deve ser pensada coletivamente.

> Voltei a trabalhar exatamente no dia em que Laura fez quatro meses...Foi ali também que percebi que há doze anos eu era submetida a processos de votação noturnos – e que isso era sexismo. Meus colegas, homens, não têm majoritariamente, nenhuma responsabilidade no ambiente privado, familiar, doméstico. A rotina no plenário dos parlamentos não acompanha a rotina de horários da família, pois aos homens não cabem responsabilidades corriqueiras como buscar os filhos na escola, por exemplo. Vou me deter à percepção que toda a política é feita para a inexistência de mulheres em espaços de tomada de decisão e, principalmente, mulheres com filhos. Toda ida com Laura a uma agenda, a uma sessão, a um compromisso virou, sem que eu percebesse, um gesto de resistência. Um gesto de ousadia. Percebi que, mesmo que eu explicasse que ela era amamentada, que ela estava feliz, agarrada comigo no sling, as pessoas se incomodavam com a presença dela. Na verdade, elas se incomodavam comigo. Comigo sendo mulher e mãe. À maternidade, tão "endeusada" pela sociedade, é reservado o espaço privado. A casa, a sala de amamentação. Percebi que o espaço público, sobretudo os espaços de poder, não tem espaço para nós (D'AVILA, 2017).

---

28 https://extra.globo.com/noticias/saude-e-ciencia/pela-internet-mulheres-trocam-experiencias-quebram-tabus-sobre-maternidade-21569448.html

29 ttp://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/03/23/ir-com-laura-a-um-compromisso-e-um-gesto-de-resistencia-a-politica-e-dos-homens-para-homens/

Dois pontos ganham espaço de destaque nas reivindicações deste movimento político de mulheres mães em rede: o direito aos espaços de trabalho e o combate ao determinismo materno. Em relação aos espaços de trabalho, esta problemática foi abordada no trabalho de Fidalgo (2000) como forma de alertar para a possível rivalidade entre o trabalho e as possibilidades da vida profissional da mãe, principalmente enquanto a criança é pequena.

> As feministas levantaram problemas fundamentais sobre a natureza dos cuidados maternos (inato/adquirido) e a maneira como as condições da maternidade estão a mudar para as mulheres. As mulheres enfrentam, no final do milênio desafios que lhe exigem combatividade em vários campos sociais e a maternidade é um desses campos (FIDALGO, 2000, p.28).

Combatividade é um dos atributos dos grupos expoentes do feminismo materno político. O blog nascido em 2017 com o nome "Não me chamo mãe"[30] reivindica que a mulher não seja representada socialmente apenas por sua condição materna, algo, que também remete ao texto de apresentação do *CQVM*, no qual as mães são representadas como sujeitos multidimensionais, como discuti no capítulo anterior. Isto ganha mais justificativa para análise a partir da problematização da ocupação dos espaços públicos por mães com seus filhos.

Um fenômeno recente observado é o dos espaços "*child free*", onde crianças não são bem-vindas, assim como suas mães. A invisibilidade e o preconceito são vistos pelas ativistas maternas como consequência da representação idealizada que a sociedade e a mídia atribuem à maternidade. Dessa forma, a maternidade só pode ser aceita e vista se ocorrer de forma idealizada, como se não houvesse tensões envolvidas no ato de cuidar de crianças. Como isso não ocorre, as crianças passam a ser como seres incômodos, quase alienígenas e incompatíveis com as dinâmicas dos espaços públicos. Suas mães, como consequência, também passam a ser indesejáveis nesses espaços, de acordo com essa lógica. Assim, esta, entre outras questões, nos ajuda na compreensão da repulsa ao determinismo materno.

A escritora, mãe e militante feminista Clara Averbuck, em um artigo chamado " *A maternidade não te define*", publicado no site da revista *Donna,* em 12/07/2017, afirma que a maternidade deve ser pensada sob a perspectiva de um âmbito da vida e não determinar artificialmente um padrão de vida e comportamento.

> Estamos no glorioso ano de 2017 e, quando pensamos em mãe, ainda estamos condicionadas a pensar em um estereótipo que foi usado por tanto tempo que grudou nas nossas cabeças como um chiclete velho e não desgruda. Ocorre que maternidade não define a mulher. A mãe e o filho são indivíduos independentes um do outro. Ser

[30] http://naomechamomae.com.br/pt-BR

> mãe é criar um filho – não gerar, apenas. "Ser mãe" não diz nada sobre a mãe ou sobre o filho ou sobre a criação ou o ambiente familiar. (AVERBUCK, 2017)

Clara é fruto da mesma geração das autoras do blog *Mothern* e tem características que a ligam com a Quarta Onda do Feminismo. A autora é atuante nas redes sociais e defende o corpo político e a ocupação feminina dos espaços públicos. O trabalho materno enquanto valor e enquanto âmbito da vida social já vinha fazendo parte da pauta de reivindicações de Averbuck desde o início dos anos 2000, quando tinha acabado de ter sua filha Katarina. Considerada pela crítica um escritora talentosa da nova geração, Clara tinha um sonho em sua carreira: ser entrevistada pelo ator e diretor Antônio Abujanra no programa *Provocações,* da TV Cultura. Porém, no dia da entrevista, o pai da sua filha, de quem já estava separada, não apareceu para pegar a menina no horário combinado e Clara teve que levar a criança para o estúdio e dar a entrevista com a menina no colo interrompendo a todo momento aquele que seria o momento áureo da carreira da mãe. O âmbito do trabalho é claramente um ponto que merece atenção na investigação do ativismo digital materno, como observamos com as questões colocadas por essas duas representantes da quarta onda do feminismo.

**Figura 7 – A escritora Clara Averbuck com a filha de um ano dando entrevista no Programa Provocações, da TV Cultura, apresentado por Antônio Abujanra.**

Fonte: Youtube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pqOd5wvofoI Acesso em: junho de 2017

A escritora e a ex-deputada Manuela d'Ávila fazem parte de uma geração de mulheres que veem a maternidade ligada à necessidade de luta política. Mesmo indiretamente, ambas são sujeitos do movimento de mulheres mães em rede, já que as duas têm um espaço na rede que media, entre outros assuntos, a questão da maternidade. Este grupo de mulheres mães, que usa a rede para a troca de informações como tática de resistência em blogs e páginas das redes sociais, apresenta como a condição da maternidade vem sendo colocada e discutida nos dias de hoje. Os principais expoentes deste movimento são páginas como *Cientista que virou mãe, Hell Mother, Mãe Solo, Feminismo Materno, Militância Ativa Materna*, entre outras, como já apontei.

A ideia de "maternidade real", em um primeiro momento, leva-nos à hipótese de uma maternidade que se aproxima da realidade a partir da relação direta com o dia a dia, ou seja, com o cotidiano. Porém, este cotidiano é diferente de acordo com o contexto social de cada mulher mãe. E é deste ponto que compreende-se que a "maternidade real" apresenta diferentes variáveis a partir da intersecção a qual a mulher mãe está submetida na sociedade. Esta proposição começa a constituir-se a partir da leitura de textos de dois blogs de maternidade política: o *CQVM*, que virou plataforma de mídia independente, e o *A Mãe Preta*, que foi utilizado com o intuito de abordar o discurso materno a partir de pontos de vista/vivências que entendam a maternidade a partir de um viés interseccional.

Observamos que a ideia de "maternidade real" se constrói a partir de uma narrativa variável e comum ao mesmo tempo. Por isso, analisamos o que é registrado no blog de duas mães que tem cotidianos que se aproximam, em alguns pontos, e se afastam em outros. Ou seja, a ideia de uma maternidade real estaria, em primeira instância, relacionada a práticas maternas do dia a dia que podem estar envoltas em questões relativas à classe e raça.

A "maternidade real" tem sua base no cotidiano. É no dia a dia que uma mulher que acaba de ter filho começa a encontrar os percalços. Esta verificação se deu a partir da observação de postagens desabafo de blogs e páginas de redes sociais que se alinham com as ideias das mães em rede da pós-modernidade. Inicialmente precisamos deixar claro como

categorizamos os atores do movimento que propõem a "maternidade real". Para definir as características necessárias para que um blog ou página de rede social possa ser incluso no que chamamos de movimento de mulheres mães em rede, estabeleci, com base em minha pesquisa etnográfica no blog e redes sociais do *CQVM*, as seguintes categorias:

1) Apresente em suas narrativas o lado político da maternidade;
2) Se aproprie do meio digital para a formação de frentes de ação e informação;
3) Alinhe-se ideologicamente ao feminismo enquanto crítica teórica e movimento social;
4) A maternidade vista como forma de militância.

Retomando a definição de "maternidade real", ela seria um processo de perdas e ganhos. No cotidiano, as vivências, para além de demonstrar particularidades sentimentais da maternidade nos dias de hoje, também mostram a formação de uma nova maternidade em uma nova sociedade, como Lígia Sena mostra em um post publicado no dia 24/10/2017:

> Eu sou uma mãe separada do pai da minha filha e vivemos em regime de guarda compartilhada. Ela dorme dois dias em cada casa e passa um final de semana com a mãe e outro com o pai – e está muito feliz com isso. Mesmo...Hoje sei que é possível construir um caminho feliz para uma criança mesmo quando seus pais não desejam mais viver juntos. Ler isso pode dar a sensação de que foi fácil. Não, não foi. Foi um processo bastante difícil pra mim esse de estar parte do tempo com ela e parte do tempo sem ela. O início foi muito doloroso, sofri muito. E os finais de semana eram ainda piores. Ela só tinha 3 anos... E eu não estava preparada pra ficar sem ela. Foram inúmeros fins de semana preocupada, chorando, sentindo a falta do meu bebê – recém desmamado. Eu não tinha muito prazer aos finais de semana longe dela... Foram muitos domingos tristes pra mim.
> Mas as coisas foram melhorando. Fui encontrando meu novo lugar no mundo. Vendo e experimentando que uma mãe NÃO PRECISA estar todo o tempo com sua filhinha, colada, grudada. Que também era bom estar só. Que, na verdade, era fundamental estar só. Aos poucos, fui reencontrando meu lugar, meus prazeres, minha vida. É difícil a gente se reconhecer -apenas- como mulher depois que se torna mãe e eu vivenciei bem essa transição. (SENA, 2017)[31]

Qual é o ponto de vista de quem vive a "maternidade real"? É real para quem? Se considerarmos que a sociedade segue um sistema de distribuição desigual de renda e possibilidades sociais, é necessário que ouçamos outras vozes em relação ao que seja a "maternidade real".

Luciana Bento, mãe e midiativista da maternidade, registra no blog *A Mãe Preta* sua visão sobre a maternidade nos dias de hoje. O blog *A Mãe Preta*[32], *que* fala de "maternância"-

[31] https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/SOBRE-CARNE-DE-PANELA-MATERNIDADE-REAL-E-UMA-VIDA-IMPERFEITA

[32] http://amaepreta.com.br/

um conceito criado para trabalhar com a maternidade sob a perspectiva da mulher mãe negra, alinha-se ao movimento de mulheres mães em rede, mas sob a perspectiva do cotidiano de uma mulher mãe negra, assim como Guaraciara Gonçalves , do blog *Preta Materna*[33], usado mais à frente neste capítulo em uma análise sobre a contribuição do feminismo interseccional para o ativismo digital das mulheres mães.

> Ser mulher mãe e negra não é essa molezinha de ter tudo esperando por você. É um remar contra a maré racista que insiste em nos levar pro fundo. Quando a gente repete pra uma menina negra que o mundo é dela, estamos também repetindo pra nós mesmas. O mundo é nosso, pretinhas! A construção da nossa autoestima é um processo constante, porque a desconstrução racista também é. Então repita em voz alta pra si mesma e pra todas nós: pretinha, o mundo é seu! Somos resistência e não tem sistema racista e machista que vai nos fazer parar. O mundo é seu, pretinha. Não tenha medo de ocupar o seu lugar. (BENTO, 2017)

A ideia da "maternidade real" voltada para as questões do cotidiano ganha outra direção de análise se levarmos em consideração a fala de Luciana Bento. Para além do sentimentalismo, havia a questão da sobrevivência numa sociedade racista. O fortalecimento da identidade faz parte da pauta do movimento de mulheres mães negras em rede. O blog *A Mãe Preta* e o blog – agora desativado – *Preta Materna* são os expoentes desta corrente do ativismo digital materno utilizados aqui para avançar na compreensão do tema.

## 2.4 O ativismo digital materno

O tema desta dissertação - o ativismo digital materno - é visto como aqui como prática de um movimento social que usa as novas mídias para uma contraposição às ideias tradicionalmente idealizadas pela sociedade em relação à maternidade. O ativismo digital materno é prática da agenda de boa parte do movimento de mães em rede e nasce com as feministas da Quarta Onda do feminismo, como observamos com a contribuição teórica de Rizzotto, Meyer e Souza (2017) e em Rocha (2017). Este movimento de mulheres com filhos se apoia, como vimos, em preceitos feministas e se apropriam das mídias digitais para falar da condição da mulher mãe.

A partir de ocupações dos espaços simbólicos da internet, o ativismo digital materno encontra espaço público para suas reivindicações. A maternidade vira espaço para o webati-

[33] Blog desativado. Informações disponíveis em: https://andacomfeh.wordpress.com/refs/preta-materna-criacao-com-apego/

vismo e as questões maternas ganham ecos que podem chegar aos espaços de tomada de decisão política.

No dia 18 de outubro de 2017, foi marcado um debate na página do Facebook da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, sobre a maternidade. Trazer o tema para o âmbito político era para a vereadora e para as ativistas que participaram uma forma de lutar por políticas públicas que permitam que a mulher mãe possa fruir e ter seu espaço garantido na sociedade. Infelizmente Marielle Franco foi assassinada cinco meses após este debate em um crime de características políticas. Diante da consternação, ficou clara a importância do evento e das pautas ali trabalhadas, já que são argumentos e narrativas que auxiliam na construção do conceito de maternidade real e ativismo digital materno e um trabalho que engrandece ainda mais a figura da vereadora Marielle.

Exercendo os papéis de mãe e pesquisadora, participei do debate remotamente para colher informações que pudessem enriquecer o trabalho desta dissertação. Entre os assuntos tratados, estavam: as dificuldades da mãe negra e periférica, as desigualdades trabalhistas, os direitos ao corpo, ao parto e ao aleitamento, os direitos ao estudo e ao trabalho e o mito do empreendedorismo materno, ou seja, aquela situação em que a mulher mãe não empreende por sonho, mas por necessidade e por falta de espaço no mercado formal. Diante de temas que despertaram muito o meu interesse como mulher, pesquisadora e mãe, escrevi algumas notas etnográficas sobre reflexões que iam surgindo ao longo do evento. Disponibilizei-as, a seguir, com o intuito de aprofundar ideias que eu considero fundamentais para a compreensão do ativismo materno.

Eu nunca havia participado de um debate on-line, muito menos sobre maternidade. Em um primeiro momento, as debatedoras e Marielle entram no que parece uma sala ampla de uma casa. As cadeiras estão organizadas em semicírculo, como uma arena aberta para o público do lado de cá da tela, na plateia virtual. - Quem será esse público? - Foi a primeira coisa que me questionei. E continuei com os questionamentos: Para além da necessidade da pesquisa, por que eu, como mãe, estaria ali assistindo a um debate sobre " Maternidade na era 2.0"? O que seria essa maternidade 2.0 que a vereadora Marielle estava falando? Qual relação ela pode ter com o que chamamos nesta pesquisa ativismo digital materno? Se eu fosse responder como mãe, ia dizer que estava ali porque procurava respostas para o exercício da maternidade na era 2.0, porque desde que tive minha filha em 2014, percebi que a sociedade era outra para mim a partir daquele instante. Eu nunca fui tão cobrada e também nunca tinha tido tanta difi-

culdade para transitar e ocupar espaços públicos. Voltando para o debate, quando os assuntos iam surgindo, eu conseguia enxergar ali o cenário do movimento de mães em rede. Todas as participantes tinham filhos e militavam por alguma causa no universo materno. O interessante era exatamente a multiplicidade de causas. Entre elas: mulheres com filhos que precisam estudar e trabalhar e não conseguem vaga em creche pública. Mulheres estudantes que engravidam e precisam fazer valer o direito a licença maternidade também na escola e na universidade. Mulher negra e periférica que nunca pode pensar muito em com quem vai deixar os filhos para tomar conta  do filho da patroa e conseguir colocar comida na mesa no fim do mês. Mulheres que querem trabalhar, mas o mercado não as absorve por terem filhos pequenos. Enfim, uma série de dificuldades que invadem a vida da mulher quando ela tem filho. No entanto, olhar de verdade para isso não quer dizer olhar de forma pessimista. É olhar sob a luz da razão e lutar para ocupar espaços e continuar escrevendo a nossa história, com ou sem filhos. Em alguns minutos de reflexão sobre o debate que eu tinha assistido, me senti parte de uma massa, de um grupo que é ligado pelas dificuldades e pelos limites impostos pela sociedade. Neste momento, me senti de fato, fazendo etnografia. A minha voz passou a ecoar em coro. Reconheci embates coletivos que eram pessoais também e que me atormentavam desde que me tornei mãe. Principalmente quando vivencio e observo os entraves pelos quais as mães passam quando querem deixar de ocupar apenas o lugar social materno. Um ponto que chego depois desta experiência do debate é que além da necessidade de ocupação dos lugares públicos da sociedade com nossas crianças, o ativismo de mães na era 2.0 também quer que a mulher com filhos, principalmente filhos pequenos, seja reconhecida não apenas a partir de sua função materna, mas também enquanto sujeito plural. (DIÁRIO DE CAMPO – 18/10/2017)

**Figura 8 - Facebook do evento realizado pela equipe da vereadora Marielle Franco.**

Fonte: Facebook
Disponível em: https://www.facebook.com/events/1528215667246383/

A partir de tudo o que foi pensado até aqui, o âmbito do trabalho surge como um lugar de questionamento, como podemos observar com os exemplos aqui colocados. O trabalho faz parte do cotidiano da mulher mãe. A forma como a mulher mãe está ou não inserida no sistema produtivo da sociedade aponta para a necessidade de observação da reivindicação deste direito fundamental no sentido de se justificar o argumento da desigualdade e da invisibilidade.

Este pensamento segue na direção que aponta para o lado pragmático e contestador do ativismo digital, por isso propositalmente analisamos o tema a partir de um blog que virou plataforma de mídia independente. Este espaço é apropriado tanto pelo ideário de informar e comunicar, quanto para que a mulher com filhos possa vir se sentir como indivíduo inteiro e, aqui, vale lembra Heller (2011), para quem todo indivíduo inteiro deve ser agente fruidor da sua própria história, encontrando espaço para reivindicar mudanças no seu papel social, principalmente no que se refere aos valores trabalho, socialidade e liberdade, tomando aqui como valor tudo aquilo que favorece o desenvolvimento da essência humana.

O trabalho enquanto um valor é reivindicado pela Manuela d'Ávila, pela Clara Averbuck, pela Luciana Bento e também pela Lígia Sena, quando defende que transformando seu blog de maternidade, o *Cientista Que Virou Mãe*, em plataforma de mídia independente pode, além de garantir informação isenta, gerar renda para mães que trabalham em atividades autônomas.

> É uma mídia independente, mas não só. É uma mídia independente produzida por mulheres mães, que fala sobre maternidade, que fala sobre a condição do feminismo no Brasil, que valoriza a infância e valoriza os Direitos Humanos. É uma alternativa à mídia que trata a mulher como produto. (SENA, 2015)

O projeto que transformou um blog pessoal em canal de informação independente é um exemplo que afirma o conceito de apropriação ligado à ideia de resistência e subversão da lógica de uso do espaço da internet.

Acompanhando este pensamento, Lígia Sena creditou a possibilidade da transformação social em uma nova forma de comunicar as questões da maternidade, de forma a se criar uma alternativa às informações veiculadas pelas grandes empresas de comunicação, que tratam a mulher mãe, como afirma a autora do blog de análise, como produto, propondo uma representação baseada em imagens de uma maternidade idealizada e distante da realidade daquela que vive em uma sociedade moldada por valores impostos pelas diretrizes do sistema capitalista.

Neste aspecto, a ideia de um espaço na internet que funcionasse como veículo independente e que desse à mulher mãe a possibilidade de uma informação isenta do subjugo do consumo é legítima se levarmos em consideração, como orienta Douglas Kellner, que na maioria dos países capitalistas, a mídia, enquanto instituição, veicula "uma forma comercial de cultura, que é voltada para o consumo" (2001, p.50). Assim, as informações veiculadas pela mídia acompanhariam uma ideia equivocada da maternidade, mais relacionada à romantização do cotidiano da mulher mãe.

A utilização da internet pelos movimentos de gênero acompanha a pauta da agenda feminista desde o início da rede. Aqui, o trabalho da pesquisadora Vera Vieira, mais uma vez, contribui para delinear a relação da comunicação mediada por computador com o feminismo. De acordo com a autora, "as tecnologias da informação e comunicação não são um fim, mas um instrumento para a transformação social" (VIEIRA, 2012, p.12).

A partir de uma análise prévia da história dos movimentos emancipatórios femininos, pode-se observar que a questão da maternidade sempre se apresentou como ponto latente nas relações cotidianas estando diretamente ligada à construção do papel da mulher enquanto sujeito social. A partir da era do capital, com alguns direitos recém-adquiridos, a mulher mãe, principalmente branca, passa a ocupar espaços nos meios de produção e na vida pública

O movimento de mulheres, que atualmente se apoia nas ideias do feminismo promove a problematização da maternidade na internet, pode ser vista, segundo Manuel Castells (2013), como um movimento social em rede por se utilizar da autonomia disponível nestes espaços simbólicos. Embora o movimento tenha sua base no espaço urbano, sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet.(p.129)

O que chamamos neste trabalho de ativismo digital materno é analisado a partir deste contexto e ganha força mais precisamente a partir da segunda década do século XXI, com o fervilhar de páginas voltada para temáticas e campanhas femininas nas redes sociais.

O ativismo digital materno deste trabalho surge de um projeto que pretendia falar sobre ativismo digital de gênero. O direcionamento confluiu para algumas problematizações constantes por minha parte - enquanto jornalista, pesquisadora e mãe - que tiveram raízes no estudo sobre gênero e ativismo digital para o projeto inicial. A primeira delas era por quê a mídia representa a maternidade de uma forma tão distante da real? E a segunda - que seguia o mesmo questionamento na pesquisa anterior - era por quê as mulheres mães precisam se apropriar da internet para falar de uma maternidade real? No entanto, observei que uma pergunta respondia a outra.

Aqui, me alinho à narrativa da plataforma que foi escolhida como objeto – o *CQVM* - em uma tentativa de encontrar respostas para os questionamentos colocados acima. A autora e fundadora do *CQVM*, Lígia Sena, defende que a mídia institucional tem uma nova forma de comunicar as questões da maternidade como um produto, propondo uma representação baseada em imagens idealizadas e distante da realidade daquela mãe que vive em uma sociedade moldada por valores impostos pelas diretrizes do sistema capitalista.

Com isso, as mulheres mães tiveram que se apropriar da internet para comunicar suas questões sociais, pois estavam sendo invisibilizadas pela mídia e pela sociedade, já que a mídia não permite a representação real da situação materna hoje e a sociedade diminui o espaço da mulher mãe a partir das micros e das macrorrelações cotidianas e suas subjetividades.

Todas as questões aqui abordadas surgem de uma pesquisa de caráter exploratório que, como já afirmei, teve início no ano de 2013 com a observação participante que realizei, mesmo que naquela época não utilizasse essa técnica de uma forma sistemática, como membro da comunidade do ativismo digital materno em páginas das redes sociais Facebook e Instagram. Naquele momento, mesmo sem o conhecimento devido, já estavam sendo utilizados instrumentos da pesquisa etnográfica. Duas coisas chamavam minha atenção, já que eu estava grávida: o movimento de coletivos feministas no Facebook e os inúmeros perfis de maternidade no Instagram. Com o tempo, pude perceber que o ativismo digital materno vinha exatamente das forças opositoras contidas nessas duas frentes de ocupação do espaço da internet.

Em 2013, de um lado, no Facebook, estava o "*think thank" Think Olga* promovendo campanhas contra o machismo e o abuso e, de outro, no Instagram, perfis de "*digital influencers*" maternas como "*Lindas mães*", que davam dicas de produtos com publicidade paga. Esta oposição alimenta o questionamento sobre a condição social da maternidade hoje e sua representação na mídia. E corrobora para a afirmação da autora do *CQVM* sobre as mães precisarem de informações isentas das ações de publicidade.

A estrutura de uma rede de mulheres mães trocando saberes em forma de informação especializada e remunerada orienta para uma tentativa de construção de um poder coletivo, como argumenta Lígia Sena. Estes espaços virtuais apropriados para as questões da maternidade podem ser vistos como difusores de uma nova consciência com relação ao papel da mulher mãe na sociedade.

Outro ponto observado é que o *CQVM* segue uma das premissas dos grupos de mulheres na internet, que é o "empoderamento por meio da informação"[34]. A ideia do direito à informação e da informação como arma contra a desigualdade e pelas garantias fundamentais também permeia o discurso do movimento materno. As atividades da plataforma Cientista que virou mãe caminham em direção ao direito de comunicar, já que esta estaria mais próxima da ideia de que todos os indivíduos devem ter oportunidades de participação ativa nos meios de comunicação e que o direito a comunicar é uma extensão do direito à informação (HAMELINK, 2005, p.145).

---

[34] O "empoderamento feminino por meio da informação" foi largamente difundido como um dos princípios do *think tank* Think Olga. thinkolga.com

A partir desta constatação, o projeto de uma plataforma de mídia independente, como é proposta pelo *CQVM*, se aproxima da ideia de um exercício do direito a comunicar no seu sentido mais amplo e alinhado ao Direito Humano à Comunicação e ao ideal de comunicação democrática, já que um canal independente fugiria da agenda hegemônica dos grandes conglomerados comunicacionais.

## 2.5 – Feminismo interseccional e as múltiplas perspectivas dentro do ativismo digital materno

Como mencionei no início do capítulo, outro ponto que considero importante neste trabalho é o feminismo interseccional e sobre a questão interseccional da maternidade.

A origem do termo feminismo interseccional é atribuída à professora de Direito Kimberlé Crenshaw, em 1989, embora ela reconheça que essas discussões já vinham ocorrendo entre feministas negras há muito tempo. Para citar a própria Crenshaw:

> Considero a interseccionalidade como um conceito que conecta a política contemporânea com a teoria pós-moderna. Ao mapear as interseções de raça e gênero, o conceito desafia a premissa dominante de que raça e gênero essencialmente representem categorias separadas. Ao associar tais categorias às suas interseções, gostaria de propor uma metodologia que interrompa essa tendência de enxergar raça e classe como sendo exclusivas ou separáveis. Enquanto analiso predominantemente interseções entre raça e gênero, o conceito pode e deve ser expandido para levar em consideração questões como orientação sexual, idade e cor da pele. (1991, p.1244-1245)

Como afirma a autora, embora essa definição inicial estivesse ainda muito centrada nas interseções entre raça e gênero, a perspectiva da interseccionalidade traz à tona as múltiplas facetas de opressão que diferentes mulheres, em contextos distintos, precisam lidar e lutar contra, em diferentes camadas. Em outras palavras, não é possível encontrar um feminismo de tamanho único, que caiba em todas as mulheres, sem levar em consideração a diversidade entre suas realidades. Cabe notar que, embora esse conceito já circule dentro do movimento feminista há décadas, ele vem ganhando um lugar de destaque, especialmente no contexto da blogosfera brasileira, nos últimos anos.

Aqui, nos interessa particularmente como esse conceito vêm circulando no ciberespaço, em iniciativas de ativismo digital materno. Para compreender melhor essa perspectiva do feminismo interseccional, vou analisar em profundidade, com base em observações etnográficas, um caso particular em que os olhares distintos sobre o ativismo materno se evidenciaram. Durante a fase exploratória (entre abril de 2017 e setembro de 2018), me deparei com um

evento que ocorreu em 2015, mas que merecia ser incluido ma pesquisa com o intuito de fundamentar as ideias sobre a questão interseccional que trabalhamos aqui. No dia 12 de junho de 2015, o blog *CQVM* publicou o texto "Você é gentil, você é inteligente, você é importante - O Poder do Discurso de Todos Nós", que trazia uma referência ao filme Histórias Cruzadas (The Help, 2011). O filme conta a história de uma jovem branca, aspirante a jornalista, que estabelece um relacionamento com duas empregadas domésticas negras, as personagens Aibileen Clark e Minny Jackson, em Jackson, Mississippi, estado do Sul Americano marcado por uma história de cultura escravagista e em um contexto de luta por direitos civis nas décadas de 1950 e 1960. A frase "você é gentil, você é inteligente, você é importante", contida no título do texto de autoria de Ligia Sena, foi proferida no filme pela personagem da empregada doméstica Aibileen, interpretada pela atriz Viola Davis para confortar a personagem de uma criança, uma menina negligenciada pelos pais e cuidada por ela.

A ideia central do texto de Ligia é destacar o quanto o discurso dos adultos têm poder e um possível impacto negativo e, no caso do filme, positivo sobre as crianças. O discurso que os adultos dirigem às crianças precisa ter, portanto, um caráter cuidadoso e amoroso, principalmente quando proferido por pessoas próximas.

> Você é gentil, você é inteligente, você é importante. Aibileen fez questão de repetir isso inúmeras vezes para Mae, tantas vezes que ela incorporou ao seu próprio autoconceito. E isso é uma questão extremamente importante para mim. Todos os dias desde que me tornei mãe, busco fazer exatamente a mesma coisa: ensinar minha filha como é importante que ela saiba dos seus próprios valores. Mais que isso: que por meio do meu discurso sobre ela mesma, ela possa se constituir como criança, menina e futura mulher consciente dos valores que tem.
> ...
> Dedicar-se a fazer com que um filho e uma filha saibam que sua mãe e/ou seu pai os amam é contribuir para criar crianças seguras de si mesmas. E esse amor não pode vir misturado com violência física, verbal, emocional ou moral, pois que, desta maneira, ensinamos às crianças que violência e amor podem, sim, caminhar juntos. E não podem. Quantos de nós aprendemos isso... Quantos de nós nos esforçamos ativamente para nos livrarmos dessas correntes... Dedicar-se a transmitir um bom conceito sobre elas mesmas é parte indelével de uma criação empática e respeitosa. Por um motivo muito simples: sim, os discursos têm poder. É a partir dos discursos que ouvem que as crianças introjetam valores sobre os outros e também sobre si. Que elas alimentam em si mesmas valores preconceituosos e discriminatórios sobre as outras pessoas, que elas criam crenças limitantes, que constroem sua visão de mundo. Que elas se sentem mais. Ou se sentem menos... (SENA, 2015)

O texto foi recebido com duras críticas por feministas negras e, neste artigo, apresentamos, em maior nível de detalhe, as colocações de uma dessas mulheres, Guaraciara

Gonçalves, discutindo como essas críticas apontam a pertinência da perspectiva do feminismo interseccional para o ativismo digital materno. No texto, publicado em 02 de julho de 2015 e intitulado "Sobre a Polêmica com o Blog Cientista Que Virou Mãe", Gonçalves problematiza duas questões principais. A primeira diz respeito ao recorte escolhido pela cientista para o texto. Ao optar por dar ênfase a como uma empregada doméstica negra empodera uma criança branca com sua citada frase "você é gentil, você é inteligente, você é importante", Lígia Sena, talvez de forma inconsciente, acaba contribuindo para silenciar a opressão que a própria negra sofre. As referências ao contexto histórico de opressão e exploração das mulheres negras no qual o filme se passa, acrescenta Gonçalves, se mostram um tanto sutis no texto da cientista, resumindo-se a uma frase que identifica tal contexto como "o tão problemático período de explosão da luta pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos" (MOREIRAS SENA, 2015). Assim, segundo Gonçalves, após fazer essa breve menção ao contexto histórico que serve de pano de fundo para o filme, a cientista não aborda questões de raça e gênero, dando enfoque somente à questão de como os discursos positivos e negativos dos adultos têm um impacto na autoestima e construção da identidade das crianças (e no caso do filme, de uma criança branca).

Para ilustrar como uma fala proveniente de um filme que fala de racismo (muitas vezes, de forma problemática, como apontam feministas negras) é retirada do debate racial e utilizada para outro propósito, citaremos aqui a própria Guaraciara Gonçalves:

> A autora Lígia Sena, parece que não conseguiu perceber que a história que ela utiliza como gancho para o seu texto é racista, e que ela ainda por cima reforçou esse racismo ao identificar a babá com o estereótipo da "mãe de criação", aquela que é quase da família porque não tem o direito de ter a sua própria
> ...
> A Cientista, embora tenha tentado apresentar o contexto da luta dos negros pelos direitos civis, no qual se deu a relação entre a empregada e a criança, se esquiva do debate e cria um problema ao valorizar a relação entre a babá e a criança por ela cuidada, sem reconhecer a exploração e sem reconhecer que aquela criança que naquele momento está sendo empoderada futuramente será opressora. O texto da Cientista, dessa forma contribui para a reprodução de um estereótipo muito caro as mulheres negras, o estereótipo da Mammy, um dos mais racistas da história dos Estados Unidos, que mesmo construído no contexto da escravidão, insiste em manter uma caricatura da mulher negra como submissa e satisfeita com a sua condição de escrava, até os dias de hoje. Uma mulher que não tem história, não tem vida própria, não tem família e que a única função é servir aos seus patrões. Aliás, The Help me parece uma espécie de saudosismo, de tentativa de reatualização desse estereótipo. (GONÇALVES, 2015)

O que Gonçalves aponta é uma certa inabilidade das ativistas feministas brancas, que se manifesta em três níveis principais: 1) dificuldade para enxergar e problematizar questões de

raça; 2) dificuldade de empatizar com situações de opressão que as mulheres brancas, embora também oprimidas de outras formas, simplesmente não vivenciam com a mesma intensidade que as mulheres negras; 3) mesmo quando apontadas essas questões, dificuldade de lidar com as mesmas e enfrentar um necessário embate de ideias. Kimberle Crenshaw aborda de forma brilhante esses aspectos, oferecendo uma reflexão crítica acerca dos debates de política de identidade:

> O problema com a política de identidade não é tanto que ela falhe em ir além das diferenças, como alguns críticos argumentam, mas sim, o contrário – que ela frequentemente confunda ou ignore as diferenças intra grupo. No contexto da violência contra a mulher, essa supressão da diferença na política de identidade é problemática, fundamentalmente porque a violência que muitas mulheres vivenciam é frequentemente moldada por outras dimensões da identidade delas, como raça e classe. Além disso, o ato de ignorar as diferenças que existem *dentro* dos grupos contribui para uma tensão *entre* os grupos, que representa um outro problema de política de identidade que apresenta esforços para politizar a violência contra as mulheres. Os esforços feministas para politizar as experiências das mulheres e os esforços anti racistas para politizar as experiências das minorias raciais têm frequentemente sido realizados como se as questões e experiências que cada um deles apresenta ocorresse em terrenos mutuamente exclusivos. Portanto, embora o racismo e o sexismo se cruzem facilmente nas vidas das pessoas reais, eles quase nunca figuram nas práticas feministas e anti racistas. Assim, quando as práticas identificam as identidades - feminina ou de minoria racial – como uma proposição de esta ou aquela identidade, elas relegam a identidade da mulher de cor para um local que não pode ser situado. (CRENSHAW, 1991, P. 1241)

Dessa forma, podemos perceber que, no caso da polêmica entre os blogs Materna Preta e *Cientista que Virou Mãe*, a opressão vivenciada pela ativista feminista Lígia Sena parece mais associada à sua experiência como mulher mãe branca, denunciando a questão do impacto, principalmente a longo prazo, dos discursos violentos dos adultos contra crianças. Já Guaraciara, com sua vivência de mulher mãe negra, enxerga outras questões tão urgentes quanto a violência do discurso contra crianças, como, por exemplo, a violenta exploração e invisibilidade das mulheres negras que atuam como empregadas domésticas em contextos racistas como os Estados Unidos da década de 1950 e 1960 (e também dos tempos atuais) e o Brasil daquele tempo, mas também dos tempos atuais. Isto é colocado com o intuito de confirmar que o ativismo digital materno que exploramos aqui deve englobar todos estas questões. Talvez passemos a compreender que em função de suas várias frentes e causas, o ativismo digital materno possa vir a ser chamado, assim como os feminismos, de "ativismos digitais maternos".

## 3. CIBERCULTURA, ATIVISMOS E AS TECNOLOGIAS PARA AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo principal compreender o ativismo digital materno como uma forma distinta de ativismo praticado por um movimento de mulheres mães em rede Para isto, nele, exploro três áreas teóricas, começando com autores: a) da cibercultura, incorporando discussões de conceitos como inteligência coletiva (LEVY, 2000; e BRAGA, 2009), b) movimentos sociais em rede (CASTELLS, 2013 e BENNETT & SEGERBERG, 2012) e c) mídias alternativas (GOHN, 2010;  e ROCHA & BARBOSA, 2018). Aqui, o enfoque é analisar o fenômeno do ativismo de mães em rede e a atuação da plataforma *CQVM,* objeto de análise desta pesquisa. O tema guarda-chuva deste capítulo é investigar como a tecnologia vem sendo utilizada para as mobilizações sociais de mulheres mães dentro do universo do ativismo feminista brasileiro.

A proposta é compreender como a internet, enquanto espaço simbólico de troca entre sujeitos, pode servir para difundir ideias e promover ações que desencadeiem mudanças na realidade de quem sofre com as desigualdades sociais. No caso deste trabalho, por tudo que foi analisado até este ponto, observamos as múltiplas maneiras em que, historicamente, a mulher com filhos pequenos sempre perdeu direitos e espaços na sociedade. Quando fazemos um recorte de classe e raça, essa perda de direitos é ainda mais intensa. A mulher negra, que vive com baixa renda, é frequentemente invisibilizada e calada em subempregos que sustentam a estrutura da sociedade capitalista. Por isso, precisamos enquadrar a categoria materna na lista de grupos que sofrem com as desigualdades sociais. Logo, a mobilização de grupos de mães na internet pode ser reconhecida como uma forma de ativismo. Reconhecendo este fenômeno desta forma, podemos passar a falar sobre um movimento social em rede que foi sendo alimentado pela troca de saberes. Deste ponto, é necessário discutir o conceito de inteligência coletiva (LEVY, 2000). As perspectivas de Lévy têm sido criticadas por um excesso de romantismo, já que sua premissa geral é de que o acesso às tecnologias resulta na troca de saberes para a construção de um mundo melhor e menos desigual. No entanto, suas noções acerca da existência de uma espécie de cérebro planetário para produzir conhecimento coletivo remete, de certa forma, às intensas interações de e entre mulheres mães na internet. Dessa forma, a troca de informações, de saberes populares e conhecimentos científicos dão a

tônica para a formação de uma rede que vê neste dar e receber um poder capaz de construir uma nova consciência em relação à condição materna.

Duas características da cibercultura, ou da cultura da internet, são trabalhadas nos dois primeiros subcapítulos para servir de apoio teórico para iniciar a discussão sobre a ideia das mães em rede. São elas: a inteligência coletiva de Lévy (2000), como já afirmei, e a ação conectiva, de Bennett e Segerberg (2012). Compreendo aqui que a base para redes, movimentos sociais em rede e ativismo digital é o princípio da interação. Por isso, esses dois conceitos são trazidos para o contexto do ativismo digital materno para que possamos compreender como é possível que mães se conectem para problematizar a condição materna.

## 3.1 Inteligência coletiva e crítica à rede

Para a compreensão do que pode ser uma rede digital de mulheres mães que trocam ideias sobre uma nova forma da sociedade olhar para a maternidade optei aqui por seguir o caminho de uma sequência de ideias. Inicio a discussão com um olhar otimista, inspirado pela noção da inteligência coletiva, um conceito muito criticado, mas que, no entanto, traz o caminho para o pensamento sobre a troca de saberes em rede – ideia importante para esta pesquisa. Depois, ofereço uma perspectiva mais crítica à rede, a partir da perspectiva marxista de Cristian Fuchs (2012). Opto por nomear a internet de "rede" e, para melhor compreender seu papel e sua ação conectiva nas ações de movimentos como o de mulheres mães, começo a discussão abordando o conceito de inteligência coletiva, porque a troca de saberes é considerada uma prática do ativismo digital materno.

Esta troca de conhecimentos teóricos ou empíricos é fomentada pela ideia do "empoderamento por meio da informação". Ou seja, uma mulher mãe que tenha acesso a uma série de conhecimentos em relação à maternidade é uma mulher imbuída de uma força a mais para enfrentar os desafios do cotidiano. Este exercício do direito à informação é plenamente exercido se pensarmos que na internet é possível que uma mulher possa ter acesso desde informações sobre direitos em relação ao parto até orientações sobre como voltar ao mercado de trabalho. E isso ocorre de uma maneira muito simples e rápida. Basta que a mulher utilize suas múltiplas conexões para acessar conteúdo relevante. Isto parte da premissa que só nos conectamos com pessoas que compartilhem de um mesmo conjunto de ideias. E é aí que encontramos um primeiro limite para a aplicação da inteligência coletiva nas práticas atuais. A

interconexão entre núcleos de saberes acaba ficando limitada a uma única forma de ver o mundo se não nos conectamos a pensamentos antagônicos. Um exemplo se manifesta quando fazemos parte de uma rede de mulheres, aderimos às suas articulações e discussões sem olhar para como outros grupos pensam e debatem o mesmo tema. Esta possibilidade de que redes de pessoas interconectadas criem pontos de intersecção entre grupos distintos pode ser um forma de expandir saberes que ficam restritos a grupos que detêm o acesso a conhecimentos valorosos para o desenvolvimento da sociedade.

Portanto, reconheço questões problemáticas em relação aos limites da visão demasiadamente positiva em relação à função da rede nas práticas de grupos que buscam alguma mudança na sua condição social. Ao mesmo tempo, também é importante aprofundar o debate acerca da ideia de uma inteligência coletiva materna e de como a troca de saberes pode promover uma ação conectiva capaz de mobilizar sujeitos em direção a ações que desencadeiem transformações que de fato diminuam as desigualdades sociais.

Quando aqui me refiro a saberes, falo de um conjunto de conhecimentos imanentes a determinado sujeito ou a um grupo específico. Ele surge a partir de cada cultura. O pensamento que foi tecido em direção à compreensão de toda a formação do que considero aqui como o ativismo digital materno parte da ideia da formação de uma rede de mulheres mães que trocam saberes e se articulam formando um movimento digital que tem como objetivo desconstruir a figura da mulher com filhos na sociedade de hoje e afirmar direitos e necessidades das mulheres mães e suas crianças.

Diante deste conjunto de pressupostos, opto por partir para o entendimento sobre o como se dá esta troca de saberes e sua importância, partindo de uma estrutura teórica que sustente a ideia de um grupo de mulheres mães ativistas digitais que trocam saberes em rede e fortalecem a própria rede ativista materna. A troca de informações gerais, conhecimentos cotidianos, conhecimentos científicos, notícias e reflexões sobre a maternidade é considerada expressão destes “saberes”. E no grande cérebro planetário materno, a expansão do alcance destes conhecimento pode aumentar também o alcance de abrangência do ativismo materno na internet. É importante observar que esta inteligência compartilhada, por nascer da cultura, reflete os interesses e descontentamentos relativos ao cotidiano desta mesma cultura, o que faz com este conjunto de ideias esteja sempre negociando com a ordem estabelecida. Como afirma Lévy:

> O coletivo inteligente não se identifica mais simplesmente com o estágio de cultura usual. Em um coletivo inteligente, a comunidade assume como objetivo uma negociação permanente com a ordem estabelecida, de sua linguagem, do papel de cada um, o discernimento e a definição de seus objetos. A reinterpretação de sua memória. (2000, P. 29)

O espaço do saber, pensando neste aspecto, é o espaço do conhecimento enquanto capital. Aprender e ensinar são práticas que movimentam estas conexões. Dentro desta perspectiva, o que posso destacar é o fato do compartilhamento de saberes dinamizar o crescimento das redes de ativismo materno na internet. A ideia de empoderamento por meio da informação acompanha o pensamento de Lévy (2000) se levarmos em consideração que a informação deve ser coletivizada na rede para que alcance um número cada vez maior de mulheres mães. Dessa forma, elas podem saber mais sobre seus direitos, sobre política, sobre saúde, trabalho, assim também como se engajar em questionamentos sobre a ocupação da mulher mãe no espaço público e privado, independentemente da sua condição materna, mas também pensando nas responsabilidades que envolvem o gerar, o cuidar, o educar e o manter.

Trocas de conhecimentos sobre todas estas funções e sobre os direitos sociais da mulher com filhos é um ponto forte da articulação das mulheres mães do ativismo digital materno. As informações – científicas, jornalísticas, médicas ou de caráter popular – são compartilhadas em blogs e páginas de redes sociais de todas as iniciativas que consideramos fazer parte do ativismo digital materno. Algumas das principais iniciativas são: o blog *Cientista que virou mãe(CQVM)* , o blog *Não me chamo mãe*, o blog *Preta materna*, o blog *Mãe Preta* ( desativado ), a youtuber *Hell Mother*, a página do Facebook *Militância Materna Ativa* e a página do facebook *Feminismo Materno.* A ideia de compartilhar conhecimento como forma de geração de potência para os movimentos maternos na rede pode ser observada nas iniciativas que considero aqui, oferecendo um pequeno recorte das iniciativas ativistas maternas presentes na rede no período de investigação deste trabalho.

Diante deste horizonte, trago para a análise uma postagem do objeto desta dissertação, o *CQVM,* em um momento em que o projeto ainda funcionava só como blog, mas no entanto, já era bem conhecido na blogosfera e no Facebook. Inclusive, no mesmo ano da postagem, o *CQVM* ganhou sua página nesta rede social. Em função disso, me detive ao conteúdo do que foi publicado no blog sobre um tipo de saber que era ligado às competências desenvolvidas pela Lígia Sena, autora do post e dona da página. Quando uso o termo competência também

me refiro à competência  que Levy se refere ser característica dos sujeitos que compartilham saberes. “É uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LEVY, 2000, P. 28)

Ainda sem funcionar como plataforma de mídia independente, em setembro de 2012, Lígia Sena publica em seu blog o texto “*Reflexão sobre o excesso de cesarianas no Brasil e a autonomia das mulheres - leitura fundamental*”como pode ser observado na Imagem.

**Figura 8 – Postagem do período em que a *CQVM* funcionava como blog**

*Fonte: Plataforma Cientista que virou mãe* – Acesso em abril de 2017. https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/reflexao-sobre-o-excesso-de-cesarianas-no-brasil-e-a-autonomia-das-mulheres-leitura-fundamental

Entre os anos de 2011 e 2012, o blog *CQVM*  via seu número de seguidores crescer consideravelmente, tendo mais de 500 visitas diárias. Nesta mesma época Lígia Sena cursava doutorado em Saúde Pública, tendo como tema de pesquisa a violência obstétrica e a medicalização do parto. É possível concluir que o conteúdo da postagem descrito abaixo representa um saber científico e legal sobre um assunto – o parto – que interessa à uma grande quantidade de mães e ilustra as noções de trocas de saberes dentro de uma filosofia de inteligência coletiva que discuti anteriormente. A autora do blog, enquanto detentora da competência – e porque não dizer, do privilégio – do conhecimento científico e legal sobre o parto passa a então compartilhá-lo com o intuito de imbuir outras mulheres deste aprendizado

fortalecendo seus laços sociais na rede, criando audiência e expandindo a problematização que confronta a realidade materna e propõe mudança.

> Meu orientador, professor Charles Tesser, um dos principais autores no Brasil sobre medicalização da vida, acaba de me enviar um artigo excelente sobre o excessivo número de cesáreas no Brasil. Considero como leitura fundamental para quem quer saber mais sobre a situação obstétrica brasileira. Menciona como começaram os movimentos de mulheres em prol do respeito à autonomia no parto, as listas de discussão das quais fazemos parte, os grupos organizados de militância no Brasil, a rede Parto do Princípio (salve, companheiras!), e a importância do que temos feito na internet pela recuperação do direito de bem parir e de ser respeitada nesse momento.Compartilho aqui na íntegra. Tem trechos de fundamental relevância, como "A medicalização do parto é um reflexo da medicalização social, descrita como um processo sóciocultural complexo que transforma em necessidades médicas as vivências, os sofrimentos e as dores que antes eram administradas no próprio ambiente familiar ou comunitário. A medicalização transforma culturalmente as populações, com um declínio na capacidade de enfrentamento autônomo das dores e adoecimentos. Esta contribuiu para o declínio da capacidade da mulher em lidar com o fenômeno do parto, sua imprevisibilidade e as dores do trabalho de parto." (SENA, 2012)[35]

O artigo mencionado por Ligia, que dá nome ao título da postagem, é das pesquisadoras da Universidade de São Paulo Míriam Rêgo de Castro Leão, Maria Luiza Gonzalez Riesco, Camila Schneck e Margareth Angelo. Trata-se de um trabalho acadêmico que alerta para a necessidade de maior autonomia da mulher em relação ao seu parto. De acordo com as pesquisadoras, em 2006, 44% dos partos, no Brasil, foram cirúrgicos, sendo essa taxa maior nas regiões Sudeste (52%) e Sul (51%), entre as mulheres com mais de 35 anos (61%), brancas (49%) e com 12 ou mais anos de estudo (83%); no sistema de saúde suplementar foi de 81%3. Em 2008, a taxa chegou a 84,5%4. Este cenário expõe uma situação em que houve a necessidade das mulheres se mobilizarem e se informarem melhor sobre o parto. O próprio artigo salienta a importância de frentes que se organizaram pela internet para esclarecer sobre os direitos em relação ao parto e sobre a autonomia de escolha da mulher que não quer se submeter à cirurgia de cesariana para ter filho. Como explicam as autoras, as redes e movimentos sociais são possíveis facilitadores da autonomia das mulheres, na medida em que possibilitam apoio mútuo e compartilhamento de experiências. A participação nessas redes possibilitaria a mobilização coletiva das mulheres para reivindicarem seus direitos sociais.

---

[35] Postagem feita em 14 de setembro de 2012. https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/reflexao-sobre-o-excesso-de-cesarianas-no-brasil-e-a-autonomia-das-mulheres-leitura-fundamental

Como podemos observar, com o compartilhamento deste artigo, nos primeiros anos da segunda década do século XXI, a temática do parto natural humanizado, ou seja, aquele que não emprega hormônio sintético (ocitocina) e nem procedimentos médicos no momento do trabalho de parto e do nascimento, ganhou espaço nos blogs e páginas de rede social que tratavam a maternidade a partir da perspectiva crítica. A troca de saberes em relação ao parto, ao tipo de parto que se quer ter, como viabilizá-lo sem correr o risco de passar por violência obstétrica e atendimentos orientados para procedimentos que visem menos a operacionalidade do sistema de saúde e mais a vida da mulher e da criança, dão a tônica da vertente do ativismo digital materno que se ocupa com a temática dos direitos em relação ao parto. É como se, aplicando a ideia de compartilhamento de saberes a partir de competências de sujeitos conectados no grande cérebro da inteligência coletiva das mulheres do ativismo digital materno, pudéssemos ter uma área destinada às ativistas do parto, outra para as ativistas da amamentação, outra para as ativistas da educação positiva, outra para as ativistas criação com apego, outra para as do indeterminismo materno[36] e outra para as que militam pelos direitos das mães no mercado de trabalho e nos estudos. Há ainda as ativistas que abordam todos estes temas em seu repertório de militância e compartilhamento de saberes. Estes subgrupos temáticos foram emergindo e constituindo uma rede que, mesmo com pautas distintas, compartilham pontos de intersecção no grande cérebro do ativismo digital materno.

Estas formulações são colocadas desta forma a partir da ideia do "grande cérebro planetário" da inteligência coletiva de Levy, visto pelos autores que se alinham à perspectiva do ciberotimista como fator que contribui para a economia do conhecimento. Da perspectiva das ferramentas disponíveis no mundo digital, o compartilhamento de conhecimento via blogs e redes sociais pode ser considerado um ponto de transformação na história da web. A ideia de produzir e compartilhar conteúdo revoluciona a forma como as interações passam a funcionar, ou seja, a partilha de um trabalho imaterial passa a contribuir para a formação de coletivos produtores de informação.

> A noção de Inteligência Coletiva tende a tomar uma importância notável no quadro mais amplo da economia do conhecimento. Esforços para desenvolver uma Inteligência Coletiva na Internet podem ser observados no desenvolvimento da "Web 2.0"5 , "Web Semântica", "espaços de interação" como Wiki e social bookmarks. Atualmente, na Web, estão se desenvolvendo poderosos motores de

[36] Reivindicação de um subgrupo do ativismo digital materno. Quer dizer que uma mulher não deve ser determinada/ reconhecida/ classificada apenas pela sua condição de mãe.

> pesquisa social e relacional, os quais favorecem em muito a troca e partilha dos conhecimentos. A Inteligência Coletiva e a produção econômica, como assinalam diversos teóricos, a cena contemporânea do trabalho e da produção tem sido transformada pela presença do trabalho imaterial, ou seja, a produção de informação, conhecimento, ideias, imagens, relacionamentos e afetos. (BRAGA, 2009, p. 5)

Diante desta noção positiva do conceito de Levy, é possível concluir que a partilha de saberes é uma potência articuladora dos movimentos ativistas maternos na internet. E que neste sentido, a publicação de conteúdos em sites e páginas de redes sociais e a interação que surge desta prática conecta sujeitos com os mesmos interesses. E, em muitos casos, o caminho para descobrir esta rede de sujeitos é através do campo de busca do Google, por meio de um termo, ou palavra-chave, que pode expor um ranking que direcione a sua busca para um site com um texto como o da Lígia Sena (mencionado neste subcapítulo). Entrar em contato com informações esclarecedoras sobre o parto pode de fato mudar algo na realidade de uma mulher mãe? A internet de fato pode promover uma mudança no cotidiano materno? O acesso ao meio digital está democratizado para todas as mães para que está transformação seja de fato efetiva?

Estas e muitas outras questões surgem neste ponto do trabalho. Questões que apontam para lacunas no pensamento dos autores otimistas. Quando pensamos na web 2.0, não há como dissociar a ideia de que, enquanto meio dominado por grandes empresas, ela está, em primeira instância, atendendo aos interesses dos donos destas corporações. E até mesmo quando achamos que estamos nos aproveitando do suposto trânsito livre que temos na rede, toda a nossa atividade é revertida para a própria manutenção do controle da web por estes conglomerados tecnológicos, como coloca Christian Fuchs.

> Assim, por exemplo, os serviços criados pelo Google antecipam uma internet de base comum pública a partir da qual todos se beneficiam, criando novos potenciais para a cooperação humana, embora a liberdade (acesso ao serviço gratuito) fornecida por essa empresa seja agora disponibilizada por meio de vigilância on-line e "mercadorização" do usuário, ameaçando a privacidade do consumidor e resultando na exploração econômica dos usuários. A solução não é exigir a abolição ou a substituição do Google, mas defender a sua transformação em uma ferramenta de busca organizada e controlada publicamente (que poderia, por exemplo, ser executada como um projeto colaborativo gerido com a participação de universidades públicas). (FUCHS, 2012, p. 79)

Aqui recorro aos estudos críticos do autor sobre cibercultura para discutir os limites da internet a partir da perspectiva marxista. Segundo Fuchs, os estudos sobre a rede precisam levar em consideração, em primeiro plano, a existência das classes sociais e da exploração e, portanto, devem ser mais adequadamente chamados de "estudos de cibercultura de uma perspectiva tradicional e não crítica". (2012, p. 85)

> A teoria crítica e a economia política crítica da internet são baseadas no entendimento de que as classes são cruciais para a compreensão das estruturas de exploração e dominação que se expressam na internet e em outros meios de comunicação e que, no capitalismo, todas as formas de dominação estão relacionadas e condicionadas por formas de exploração econômica. Implícita ou explicitamente, uma série de conceitos marxistas tem sido recuperada nos estudos críticos sobre internet. (IBIDEM, p.85)

Dentro desta perspectiva, Fuchs propõe a aplicação dos onze conceitos marxistas aos estudos críticos sobre a internet partindo das seguintes perguntas:

> 1) Como é possível a criação, o desenvolvimento e as contradições da internet serem compreendidas por uma teoria crítica dialética e histórica? 2) Qual é exatamente o papel da internet no capitalismo? Como esse papel pode ser teorizado e empiricamente medido? Quais modelos de acumulação de capital baseados na internet aí residem? 3) Quais são as formas de "mercadorização" que vamos encontrar na internet e como elas funcionam? 4) Quais são as diferentes formas de criação de valor excedente existentes na internet, como funcionam? O que os usuários pensam sobre elas? 5) Como a internet interage com os processos de globalização? 6) Quais são os mitos e ideologias existentes em relação à internet? Como eles podem ser descobertos, analisados e criticados? 7) Qual o papel da internet na luta de classes? Quais as potencialidades, realidades e limites das lutas por uma internet alternativa? 8) O que são bens comuns da internet? Como a "mercadorização" dos bens comuns da internet funciona? Que modelos para o fortalecimento dos bens comuns da internet existem? 9) Quais as potencialidades e limites da internet em originar uma esfera pública? 10) O que é uma internet com base em bens comuns? Que formas e modelos de internet com base em bens comuns existem? Como é possível reforçar o estabelecimento de uma internet baseada em bem comuns? 11) Como a internet muda a arte e a estética? Há potenciais de arte on-line e estética on-line para desafiar a lógica do capitalismo e ajudar a desenvolver uma lógica diferente? (FUCHS, 2012, p.86)

Segundo o autor, a proposta de estudar criticamente a internet a partir da perspectiva marxista é necessária para que se identifique as estruturas de dominação do capitalismo que estão presentes na rede. Além disso, os estudos críticos procuram encontrar formas de utilizar a internet para libertar os seres humanos da opressão, desigualdade e exploração. Estas ideias sobre utilizar a internet a partir de um olhar crítico para as desigualdades sociais podem ser

observadas na perspectiva da articulação dos sujeitos no ativismo digital materno. Partindo da análise do *CQVM,* podemos observar que há uma autoconsciência com relação à opressão capitalista. Até mesmo com a proposta de oferecer informação que não usa a propaganda de grandes empresas para sua produção e veiculação. A plataforma, quando conta com o financiamento feito pelas próprias leitoras, garante a autonomia editorial do *CQVM* enquanto veículo de informações. Certamente, em outros pontos, a plataforma talvez não tenha conseguido fugir da lógica do capital, até porque isso seria inviável e quase utópico. No entanto, o sistema de financiamento coletivo utilizado pelo projeto representa uma tentativa de não interferência no conteúdo veiculado, garantindo maior autonomia para que as editoras possam escolher pautas que atendam apenas ao público da plataforma, e não, aos interesses das grandes corporações.

Porém, pensando na lógica da "mercadorização" dos bens comuns colocada por Fuchs (2012) e de como o capitalismo pode se apropriar de movimentos e ideias para a manutenção do seu próprio funcionamento, foi possível observar, por meio de experiências empíricas vivenciadas pela própria pesquisadora e pelo acompanhamento das ativistas que militam na internet pela humanização do parto e contra a violência obstétrica, como é o caso de Lígia Sena, que a perspectiva dos estudos críticos da cultura digital nos guia para a constatação de uma "indústria de doulas" neste segmento do ativismo materno, como vou explicar a seguir.

Como observamos com o material analisado neste subcapítulo, o *CQVM,* em 2012, fez uma postagem sobre um artigo que falava sobre violência obstétrica. O tema da humanização do parto e da violência obstétrica, como aponta o próprio artigo, era pauta em páginas de redes sociais, sites e blogs sobre maternidade. A problemática do crescente número de cesarianas no brasil movimentava discussões sobre a necessidade em relação a um esclarecimento sobre as possíveis formas de uma mãe parir. Dentro destas perspectivas, os movimentos sociais pró-parto humanizado passaram a ter uma atuação mais maciça nos meios digitais difundindo a ideia da autonomia da mulher de escolher pelo parto vaginal como opção segura e natural. De acordo com as autoras do artigo, os grupos organizados que mais se destacam nesta vertente do ativismo materno são: as ONGs "Amigas do Parto" e "Bem Nascer"; as listas de discussão "Parto Natural", "Parto Humanizado", "Parto Nosso", "Materna", dentre outras; a rede "Parto do Princípio"; e os grupos apoiados pela rede "Parto do Princípio" (GAPP), como os "Ihstar". Os Isthars são núcleos regionais que reúnem mães para a troca de informações sobre o parto humanizado. Estes encontros são marcados por

meio de listas de e-mail e eventos na rede social Facebook. Nestes encontros, é possível conhecer uma doula que possa ajudar a mulher que espera por um filho a realizar o parto por via vaginal sem medicalização.

A doula é uma figura central no contexto do parto humanizado, principalmente quando o parto é realizado em casa, quando é conhecido como parto humanizado domiciliar. Sua presença neste processo de nascimento é vista como essencial pelos grupos ativistas do parto natural, porque é nela que a mulher grávida encontra apoio em todos os estágios do trabalho de parto. A palavra vem do grego e significa "a mulher que serve". Seu papel é confortar e encorajar a mulher no parir, além de dar suporte físico, emocional e informativo para cada etapa do processo. Com a disseminação da ideia de que é possível realizar um parto vaginal sem tanta dor, sem episiotomia (laceração vaginal realizada pelo médico para a passagem da cabeça da criança), sem medicamentos que induzam a contrações e sem violência obstétrica, a figura da doula passa a ser valorizada no meio das ativistas pró-parto da internet e das mulheres que sonhavam com o parto natural. Muitas mulheres que se identificavam com a função passaram a buscar especialização na área, o que acontecia em cursos e palestras com doulas mais experientes. Nas reuniões de grupos de humanização do parto era possível perceber que muitas mães os frequentavam não só para saber mais sobre parto humanizado, mas também para encontrar uma doula para chamar de sua. De fato, as doulas exercem papel fundamental por oferecerem suporte físico e emocional para as mulheres em um contexto de extrema medicalização do parto e de ocorrência significativa de casos de violência obstétrica. O problema observado neste ponto é a questão da mercadorização da figura da doula, já que passou a ficar entendido que, para a realização de um parto humanizado, a figura da doula passou a ser essencial. Sendo assim, o serviço de acompanhamento do parto passou a ter uma procura crescente, com um maior número de doulas formadas ou em formação, como podemos observar no conteúdo da postagem (Figura 8) feita no *CQVM* no dia 3 de fevereiro de 2013.

**Figura 9: Postagem de Ligia Sena na plataforma *CQVM* sobre uma manifestação pelo direito de acompanhamento de uma doula no momento do parto**

## DOULAS! Aqui, agora, em qualquer lugar. Doa a quem doer.

03 de Fevereiro de 2013 | Categoria: Outros temas | Ranking:

Hoje, logo mais, vai haver manifestação nos arredores da Paulista. Pelo direito de ser acompanhada por uma doula sem precisar escolher entre ela e o companheiro. Pelo direito de ter autonomia no parto. Contra as instituições que proíbem a presença dessas profissionais como forma de tolher o direito das mulheres e manter suas taxas absurdas de mais de 90% de cesarianas. Em prol dos direitos reprodutivos das mulheres!
Faça seu cartaz e corra para lá!
Mais informações aqui: **Movimento das mulheres e homens pelo direito a uma doula (em qualquer hospital brasileiro durante o pré parto, parto e pós parto)**.

E hoje saiu uma bela entrevista no Estadão com a **Ana Cristina Duarte**. Quem se interessa pela humanização do parto e vê isso como direito inalienável de qualquer mulher e bebê, sabe quem ela é. Ela é obstetriz, ativista, instrutora de doulas, criadora do GAMA (Grupo de Apoio à Maternidade Ativa), gente boa, gente querida, lutadora. Não deixe de ler:

Fonte: Cientista que virou mãe. Acesso em: janeiro de 2019. Disponível em:https://www.cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/doulas-aqui-agora-em-qualquer-lugar-doa-a-quem-doer

Na postagem, Ligia cita uma entrevista que saiu no jornal *Estadão* com a instrutora de doulas e ativista Ana Cristina Duarte. A mesma publicação também serviu para convocar as leitoras do blog (em 2013, a *CQVM* ainda funcionava como blog) para uma manifestação no centro de São Paulo que reivindicava a presença de uma doula no parto em qualquer hospital brasileiro. O conteúdo da postagem traz a fala de Ana Cristina Duarte, que diz que a presença de uma doula nos partos realizados no setor privado reduziram 20% nas taxas de cesariana e de 30% nos nascimentos de bebê com baixa nota nos primeiros minutos de vida. No entanto, segundo a ativista, alguns hospitais da rede privada vinham se opondo a presença da doula no momento do parto e, por isso, haveria a necessidade de organização de frentes que reivindicassem o direito da mulher ter autonomia sobre o seu parto, levando consigo a sua doula. Ainda segundo Duarte, no Brasil existia, naquele momento, em 2013, entre 2 mil e 4 mil doulas e o Ministério do Trabalho havia acabado de lançar, neste mesmo ano, a nova versão da Classificação Brasileira de Ocupações onde, pela primeira vez, a ocupação de doula era reconhecida. Sendo assim, por mais que houvessem doulas voluntárias nos hospitais públicos, como também coloca a ativista, o número de mulheres que passaram a abraçar a profissão de doula cresce com o reconhecimento da ocupação.

Dessa forma, a presença de doulas como profissionais que podem garantir um apoio importante às mulheres em um contexto marcado pelo desrespeito às escolhas da mulher no parto, algo legítimo para o combate à violência obstétrica, acaba sendo cooptada pelo sistema capitalista. Isso acaba contribuindo para uma visão crítica que aponta para as maneiras em que o capital se apropria de ideias que visam confrontá-lo e subvertê-lo. No caso da indústria de doulas, há outro agravante que acaba contribuindo para alinhar mais essa indústria às premissas capitalistas do que as de ativismo: a disseminação de uma ideia de que o parto humanizado é a melhor opção e que todas podem realizá-lo bastando apenas ter uma boa doula. Esta ideia exclui um outro grupo de mulheres que não deseja ter parto por via vaginal e, por dotarem da autonomia defendida no artigo citado neste subcapítulo, preferem realizar a cirurgia de cesariana. Além disso, há as mulheres mães, que por questões econômicas, não têm acesso a recursos médicos e hospitalares, não tendo assim direito de escolha e nem exercício de autonomia. A ideia de dominação e opressão pode estar associada de forma sutil a uma ideia que visa transformar e libertar. São os tentáculos invisíveis do capitalismo que insistem em querer penetrar nas práticas mais revolucionárias, como bem nos apontou Fuchs (2012).

## 3.2 As novas tecnologias como ferramenta para as mobilizações: movimentos sociais em rede a partir da perspectiva do ativismo materno

Neste subcapítulo, será aprofundado o conceito de movimento social em rede (CASTELLS, 2013) aproximando-o da possibilidade da existência de um movimento de mulheres mães em rede. Este movimento seria responsável por um tipo distinto de ativismo: o ativismo digital materno. Como características deste fenômeno temos, a partir deste ponto do trabalho, a interface com o ativismo digital feminista; a visão crítica da maternidade; a exaltação da maternidade real/ do cotidiano, a maternidade como ato político, a defesa da ocupação dos espaços públicos, e a articulação de agenda e o compartilhamento de saberes na rede. Por estas característica é possível pensar neste fenômeno social a partir da definição de movimentos sociais em rede com forte presença de ativismo digital, de Manuel Castells, já que segundo o autor, as característica deste tipo de movimento social são: 1) “conectados de múltiplas formas”, o que incluiria redes sociais online e offline, assim também como redes preexistentes; 2) “simultaneamente locais e globais porque começam em contextos

específicos mas também estão conectados ao mundo inteiro e aprendem com outras experiências"; 3) "espontâneos em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação"; 4) "horizontais e multimodais", criando um sentimento de companheirismo e favorecendo a cooperação e solidariedade; 5) "profundamente autorreflexivos", questionando-se permanentemente e consultando seus membros sobre o que desejam e o que pretendem realizar"; 6) "raramente programáticos", ou seja, têm múltiplas demandas e ilimitadas motivações; 7) "voltados para a mudança de valores na sociedade". (CASTELLS, 2013, p. 162).

Diante destas categorias, podemos considerar que os grupos de mães que se articulam na rede mediando a crítica à maternidade se aproximam da ideia de movimento social em rede a partir de várias categorias descritas por Castells. Sua articulação é tão fundamental no on quanto no offline, são horizontais fortalecendo a solidariedade entre os membros, no entanto também se questionam, são autorreflexivos e tem múltiplas demandas como observamos com as diversas vertentes de militância materna. Além disso, há a característica principal, que é estar voltado para a transformação social.

**Figura 10 – Manifestação de mulheres mães em São Paulo no ano de 2016**

Fonte: https://cbn.globoradio.globo.com/sao-paulo/2016/09/10/MAES-REALIZAM-ATO-CONTRA-MICHEL-TEMER-EM-SAO-PAULO.htm Acesso em 10 de maio de 2017

No entanto, antes de enquadrar o movimento de mães em rede como movimento social é necessário entendê-lo a partir da perspectiva do que Gohn (2010), chama de "novos movimentos sociais"; grupos que se caracterizam principalmente pelo uso da tecnologia, pela questão identitária e de geração de saberes, como podemos observar na Imagem. A fotografia da Figura 10, veiculada pelo portal da CDN de São Paulo, mostra uma manifestação de mulheres mães contra o Governo Federal no ano de 2016. A articulação da manifestação foi feita via página de eventos de perfis de ativismo digital feminista. Na faixa carregada por mães com seus bebês no colo é possível ler a frase: "Vai ter mãe na rua sim. Nenhum direito a menos."

Em sua análise sobre estes novos movimento sociais em relação aos antigos movimentos sociais, Maria da Glória Gohn explica que os novos movimentos redefiniram sua identidade e sua forma de atuação. Esta mudança tem menos caráter ideológico, como no passado, e mais relação com algumas esferas da sociedade que se apresentam organizadas de acordo com critérios como cor, raça, gênero, habilidades e capacidades. Além disso, há uma exaltação da consciência e da geração de saberes. Outra característica que a autora credita aos

movimentos sociais da atualidade é a problematização da esfera pública com o objetivo de construir novos modelos organizativos.(2010, p.17)

Desta constatação da autora, podemos observar um ponto que tangencia à ideia de ocupação do espaço público pelas mães ativistas da rede. A questão da presença de uma mãe com seus filhos nos espaços públicos é uma forma de questionar o sistema e pensar até que ponto a sociedade consegue acolher, apoiar e entender a condição materna. E quando uma mãe ativista desafia os limites sociais ocupando os espaços do cotidiano ela representa um ser coletivo, o mesmo que se articula na rede para difundir a ideia da fundamental presença da mulher mãe em todos os espaços da sociedade. Neste sentido, a autora coloca que a profusão destes sujeitos coletivos fez com que os movimentos sociais passassem agora a estar dispostos em redes associativas conectadas pelas novas tecnologias de comunicação.

Bennett e Segerberg (2012) acrescentam que uma importante característica dos movimentos sociais em rede é que eles desconstroem a ideia deste sujeito ser só coletivo. Segundo os autores, os movimentos sociais contemporâneos que surgem a partir da segunda década do século XXI, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, têm como modo de funcionamento também a articulação em rede. Os movimentos Occupy e 15M, de 2011, são referências tanto para Bennett e Segerberg quanto para Castells como exemplos de movimentos sociais em rede. No entanto, Bennett aprofunda a discussão trazendo para o debate o conceito de "Connective Action" (ação conectiva), ou uma forma particular de interação para mobilização social, que surge com a globalização e com a individualização do sujeito na sociedade pós-industrial, sendo ela observada na maioria dos movimentos sociais contemporâneos que usam a internet para se articular e trocar saberes.

Segundo os autores, com a globalização, houve uma " mudança de sociedades baseadas em grupos para sociedades individualizadas" e esta transição foi acompanhada dos surgimento de redes. Esta individualização do sujeito fez surgir uma "comunicação personalizada" (BENNETT & SEGERBERG, 2012, P. 746) no contexto das interações entre os atores dos movimentos em rede. Os autores identificaram dois elementos desta "comunicação personalizada" que são importantes na dinâmica da ação conectiva, ou ação conjunta, que caracteriza as formas de interação dos movimentos sociais em rede:

> 1- Conteúdo político sob a forma de ideias facilmente personalizadas. Estes quadros de ação pessoais são inclusivos de diferentes razões pessoais para contestar uma

situação que precisa ser mudada. 2- Várias possibilidades tecnológicas de comunicação pessoal que permitem compartilhar os temas. Seja através de textos, tweets, compartilhamento de redes sociais ou postando mashups do YouTube, o próprio processo de comunicação envolve maior personalização através da disseminação de conexões digitais. (BENNETT & SEGERBERG, 2012, p. 744) (TRADUÇÃO PRÓPRIA)

Para aproximar este conceito da atuação da iniciativa *CQVM,* entendendo que ela faz parte de um movimento de mães em rede, usamos uma postagem que não pertence ao período de análise em profundidade, mas que faz emergir as duas características que Bennett e Segerberg consideram parte de uma "comunicação personalizada" que contribuiria para a ação conectiva (2012, p. 744) Neste trabalho, é abordada apenas a ideia de comunicação personalizada, característica da ação conectiva, por ser aquela que melhor facilita a compreensão do tipo de interação e ação praticada no ativismo digital materno.

Neste sentido, a postagem da página do Facebook do *CQVM* do dia 4 de abril de 2019 mostra uma charge com conteúdo evidentemente político, sob a forma de informações facilmente personalizáveis, que são utilizadas para conclamar uma mudança na sociedade, ou seja, na forma como a sociedade vê e se relaciona com mulher mãe, principalmente aquelas com filhos na primeira infância.

**Figura 11 – Postagem de charge na página do Facebook da CQVM**

Fonte: Facebook do *CQVM* - *https://www.facebook.com/cientistaqueviroumae/* - Acesso em 15 de abril de 2019

A postagem da imagem trata-se de um compartilhamento de uma charge da página Mãe Solo publicada no mesmo dia do compartilhamento. Na ilustração, uma pessoa está chamando uma mulher com um bebê no colo pelo nome de "mãezinha". A mulher com o bebê expressa insatisfação com a forma como é tratada e responde: "É o que?!!!". A autora da ilustração, Thaiz Leão, responsável pela página Mãe Solo[37], e ilustradora de diversas tirinhas que problematizam questões da maternidade, publicou na página Mãe Solo do Facebook a ilustração reproduzida na Figura 11 e escreveu:

> Mãe Solo: Aquela dúvida eterna…
> Como é que você prefere que uma pessoa adulta - que não é sua cria – se refira a você enquanto mãe? É para o meu TCC.

Lígia Moreiras Sena, por meio da página do Facebook do *CQVM ,* compartilhou a publicação respondendo à pergunta de sua companheira de ativismo materno:

> CQVM: Lígia. Se me chamar de mãe e não for minha filha eu nem atendo.

Além do alinhamento à caracaterística de ação conectiva citada por Bennett e Segerberg, ao compartilhar uma charge feita por uma outra integrante do movimento de mães em rede - a página do Facebook Mãe Solo - a charge evidencia o uso em larga escala das possibilidades tecnológicas para compartilhar uma informação que se refere à uma questão pessoal – não gostar de ser chamada de "mãezinha". Isso evidencia um ponto comum a um grupo de mulheres que se alinha à ideia do indeterminismo materno, ou seja, não ser identificada apenas pela sua condição materna. O indeterminismo materno é um tema que sempre é mediado pelo movimento de mães em rede como forma de conscientizar em relação ao valor da mulher a partir de outras perspectivas da sua vida, que não só a maternidade. A mediação deste tema pode ser observada a partir da ideia de comunicação personalizada nas

[37] https://revistacrescer.globo.com/Curiosidades/noticia/2016/07/mae-solo-tirinhas-sinceras-acidas-e-bem-humoradas-sobre-maternidade-real.html

ações conectivas de Bennett e Segerberg (2012), pois é um assunto que se refere a um grupo de interesse, mas que disseminada para toda uma rede, pode ser pauta para mobilizações e debates que podem transformar a consciência de um grupo maior de mulheres mães, além de outras esferas da sociedade.

O ponto tocado pelas ativistas mães se refere à problemática de determinar a mulher apenas pela sua condição de mãe chamando-a de "mãezinha", um nome que soa pejorativo e preconceituoso se pensado da perspectiva de que as mulheres vêm lutando há mais de um século para ocupar posições na sociedade que possam garantir o exercício dos seus direitos fundamentais. Usar apenas a especificação materna para se referir a uma mulher com filhos, segundo a perspectiva do feminismo materno, é restringi-la a espaços pré-determinados pelas convenções sociais que alimentam as desigualdades, excluindo-a da esfera pública e anulando suas competências profissionais. Por isso, o compartilhamento de uma informação relativa a um campo de interesse dentro de um movimento social em rede pode mobilizar opiniões e ações no caminho da criação de alternativas para a transformação da sociedade.

### 3.3 Ativismo midiático, mídia alternativa e o direito à informação e à comunicação

Neste último subcapítulo, o objetivo é observar como o ativismo digital materno tem na mídia alternativa um caminho para o seu ideal de informar, despertar, mobilizar e transformar o lugar da mulher mãe na sociedade. Porém, primeiramente é proposta uma reflexão acerca de mídia e informação no contexto dos ativismos, partindo do conceito de ativismo midiático para aprofundar a compreensão em relação ao papel da mídia digital na ampliação da ação dos movimentos sociais contemporâneos. Paralelo a isso, é pensando de que forma uma iniciativa como o *CQVM* pode ser analisada a partir desta definição.

Uma das principais características do ativismo das mulheres mães em rede é a utilização da rede para a troca de informações e saberes. Estes saberes e informações são disseminados pela internet, esclarecendo e fortalecendo o grupo. Isto pode ser observado em todas as iniciativas que foram mapeadas neste trabalho. Blogs e páginas de redes sociais passam a funcionar como plataformas de informação independente. A mídia digital ganha, dentro deste aspecto, uma função de suporte para veículos alternativos. E por que utilizamos aqui o termo informação independente? Porque ela não depende de um veículo institucional para que seja

mediada, sendo assim, independente dos interesses comerciais dos grandes anunciantes e, ao mesmo tempo, independente também do controle governamental e estatal.

A escolha do blog *CQVM* levou em consideração a possibilidade de falar sobre ativismo midiático (BRAIGHI; e CÂMARA), mídia alternativa e informação independente (PERUZZO, 2009).

A partir da perspectiva do uso das mídias para ações sociais, é possível compreender que a informação mediada no ativismo midiático tem dupla função: ela informa e mobiliza. E é isso que é possível entender com a problematização do termo proposta pelos autores Braighi e Câmara (2018).

> Podemos problematizar sobre a construção "ativismo midiático". Tal expressão não se refere propriamente a um conceito, mas seria uma construção substantiva (quase adjetiva, às vezes, se considerarmos a lógica do valor envolvido que pode designar um conjunto de ações sociais que se valem das mídias (sejam elas físicas ou veiculares). Em português, tal reflexão parece mais fácil do que ao pensarmos com o inglês (media activism x mediactivism), posto que não se vê, em geral, a ocorrência mediatic ativism. Mas o que ela realmente revela sem uma relação direta com a ação que classifica? (BRAIGHI & CÂMARA, 2018, p.28 )

Sendo assim, é possível considerar que a proposta de atuação da plataforma *CQVM* pode classificá-la como uma iniciativa de ativismo midiático a partir do momento em que as fundadoras transformam o blog de maternidade *CQVM* no que preferimos chamar de veículo alternativo de informação independente. Seguindo este raciocínio, é definido também que podemos nos referir à ela também como mídia digital alternativa, ou apenas mídia alternativa, considerando como mídia tudo que serve de suporte para uma mensagem.

Esta compreensão em relação a uma categoria de atuação do *CQVM* surge a partir do que colocam Rocha e Barbosa (2018). Para as autoras, a mídia alternativa mobiliza-se no combate ao pensamento único difundido pela grande mídia hegemônica.

> Esse pensamento impede uma reflexão "livre" e à margem do que foi estabelecido pelas grandes instituições econômicas, que impõem seus preceitos. Assim, intelectuais, políticos, jornalistas e publicitários inserem e difundem nos meios de comunicação ideais, ideologias, opiniões, hábitos de comportamento e modos de vida como normas. (ROCHA & BARBOSA, 2018, p. 64)

Neste sentido, se colocam as justificativas de Lígia Sena sobre o porquê do *CQVM* passar a funcionar como plataforma de informação independente

> Indignada com a forma como essa mídia tradicional produz informação voltada para o público materno e demais cuidadores da infância, decidi, um dia, mobilizar esforços para valorizar o trabalho de mulheres mães que se dedicavam a produzir informação na mídia não hegemônica.
>
> A primeira plataforma brasileira de informação produzida exclusivamente por mulheres mães. São jornalistas, cientistas e demais produtoras independentes de conteúdo e, o mais importante, SEM O PATROCÍNIO DAS GRANDES CORPORAÇÕES. Nosso modelo de negócio se baseia no financiamento coletivo de todos os textos produzidos por essas escritoras. Como se fosse uma revista, mas com a grande vantagem de podermos escolher todo o conteúdo que vamos ler, não sermos expostas à publicidade (SENA, 2015) [38]

Cicilia Peruzzo nos ajuda a ir além para pensarmos que de fato a *CQVM* pode ser considerada uma iniciativa de mídia alternativa.

> Em suma, as mídias alternativas são veículos, plataformas, perfis e formatos que atuam no sentido da comunicação contra-hegemônica, a fim de possibilitar uma participação plural, horizontal, efetiva e democrática. Representam uma opção como fonte de informação porque apresentam temas negligenciados pela grande mídia com uma abordagem crítica. Estão, sobretudo, vinculadas às práticas dos movimentos sociais que podem utilizá-la para fins de emancipação e articulação social, constituindo-se em "[...] um grito antes sufocado de denúncia e reivindicação por transformações (PERUZZO, 2009, p.50).

No entanto, Peruzzo alerta para a questão de que nem toda mídia independente é alternativa, já que há meios que produzem informações que visam apenas interesses individuais ou que atendam apenas a demandas de setores privados-mercantis. Este é um ponto importante se considerarmos que Ligia Sena auto denomina o *CQVM* de plataforma de mídia independente. Diante do que foi colocado pelas autoras citadas, a melhor classificação para a plataforma deve ser observada a partir de um modelo de mídia alternativa que veicula uma informação que não depende da mídia institucional para ser divulgada.

Isto se justifica por Lígia Sena defender a possibilidade da transformação social a partir de uma nova maneira de se comunicar as questões da maternidade de forma a se criar uma alternativa às informações veiculadas pelas grandes empresas de comunicação, que tratam a mulher mãe, como afirma a autora do projeto, como produto, propondo uma representação baseada em imagens de uma maternidade idealizada e distante da realidade daquela mãe que vive em uma sociedade moldada por valores impostos pelas diretrizes do sistema capitalista.

---

[38] https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre

Neste aspecto, a ideia de um espaço na internet que funcionasse como veículo alternativo e que desse à mulher mãe a possibilidade de uma informação que pense seu papel a partir dos desafios de seu cotidiano é legítima se levarmos em consideração que a mídia, enquanto instituição, veicula "uma forma comercial de cultura, que é voltada para o consumo" (KELLNER, 2001, p.50). Assim, as informações veiculadas pela mídia acompanhariam uma ideia equivocada da maternidade, mais relacionada à idealização do cotidiano da mulher mãe.

A necessidade de transformar um blog de maternidade em veículo de informação alternativo à mídia/instituição e independente da publicidade das grandes empresas, como é proposto por Ligia Moreiras Sena, estaria relacionada à ideia de se desarticular a "midiatização da maternidade". Aqui, este conceito acompanha a concepção de midiatização como a mediação de uma concepção idealizada da maternidade, que serve mais às ações de publicidade das grandes organizações empresariais do que para esclarecer e informar mulheres mães. Esta colocação pode ser compreendida a partir da abordagem de Stig Hjarvard, que argumenta que uma das características da midiatização é a institucionalização da mídia.

> A teoria de midiatização, entretanto, aponta para um importante desenvolvimento adicional, mais especificamente que as mídias, como estruturas, ou seja, práticas institucionalizadas, conseguiram impulso próprio, o que cada vez mais influencia outras esferas sociais. De um ponto de vista institucional, a midiatização é caracterizada por um desenvolvimento bilateral, no qual a mídia se tornou institucionalizada dentro de outros domínios sociais, ao mesmo tempo em que adquiriu o status de instituição social em si mesma. (HJARVARD, 2014, p.26)

A partir de sua institucionalização, a mídia também institucionaliza ideologias e comportamentos. Sob este aspecto, a midiatização da maternidade teria relação com a institucionalização de uma maternidade que atende, em primeira instância, à lógica de funcionamento do motor da sociedade onde a mulher mãe está inserida. Esta proposição responde, num primeiro momento, ao porquê da necessidade de existirem veículos alternativos voltados para a questão da maternidade no cotidiano dos dias de hoje.

Da mesma forma, a estrutura de uma rede de mulheres mães trocando saberes em forma de informação especializada orienta para a construção de um poder contra-hegemônico coletivo. Espaços virtuais apropriados para as questões sociopolíticas da maternidade e podendo ser vistos como difusores de uma nova consciência com relação ao papel da mulher mãe na sociedade. Toda esta articulação fomentada pela informação independente. Isto

confirma o alinhamento da *CQVM* a uma das premissas dos grupos feministas que se articulam na internet, que é o "empoderamento por meio da informação". A ideia do direito à informação e da informação como arma contra a desigualdade e pelas garantias fundamentais é um pilar do discurso do movimento materno.

Neste sentido, a proposta da plataforma também aponta em direção ao direito de comunicar, que garante que todos os indivíduos devem ter oportunidades de participação ativa nos meios de comunicação e que o direito a comunicar é uma extensão do direito à informação (HAMELINK, 2005, p.145). A partir desta constatação, o projeto de uma plataforma de mídia, como é proposta do *CQVM,* se aproxima da ideia de um exercício do direito a comunicar no seu sentido mais amplo e alinhado ao Direito Humano à Comunicação e ao ideal de comunicação democrática, já que um canal independente/alternativo fugiria da agenda hegemônica dos grandes conglomerados comunicacionais.

Conclui-se, a partir do que foi analisado neste capítulo, que a mídia digital e sua possibilidade de troca de saberes e articulação de agendas é, de fato, uma potência para os movimentos sociais. Dentro desta mesma perspectiva, a apropriação dos espaços simbólicos da rede para a criação de veículos alternativos de informação independente amplia a possibilidade de disseminação de ideias que fundamentam a própria existência destes coletivos. No entanto, é ingênuo pensar que a rede é neutra e que pode-se utilizá-la para ações contra-hegemônicas sem que por trás disso não haja interesses do sistema capitalista envolvidos, como nos ajuda a compreender Fuchs (2012).

## 4. DAS REDES PARA OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Neste capítulo, o objetivo é aprofundar alguns eventos que podem corroborar com a afirmação de que a maternidade deve ser vista como ato político. Além disso, por meio da perspectiva etnográfica, observo de que formas o ativismo digital materno pode se articular "dentro e fora" da rede, levando em consideração o que foi colocado por Castells (2013) como uma das características de um movimento social em rede: o estar "conectado de múltiplas formas", o que incluiria redes sociais online e offline. Para isso, trouxe para este trabalho duas iniciativas que emergiram durante a pesquisa e que servem para que possamos observar como estas mães conectam-se e articulam-se dos espaços simbólicos da internet para os espaços públicos físicos da sociedade. A partir da observação do objeto de análise desta dissertação – a *CQVM* – e da candidatura de sua fundadora ao cargo de deputada estadual, pude constatar que havia uma onda de mulheres mães que se candidataram a cargos políticos nas eleições de 2018 no Brasil. Este movimento aponta para a necessidade de se levar para os espaços políticos as pautas maternas na tentativa de se repensar as políticas públicas voltadas para a condição da mulher com filhos na sociedade atual.

A relação do *CQVM* com o tema da política entra nesta análise sob dois vieses: a partir da crítica política, temática contida nos textos e ideias encontradas em seu site e redes sociais. E aqui me refiro à temática que traz a proposta de olhar para os problemas da maternidade e levá-los às arenas sociais e políticas para que haja alguma transformação na condição social da mulher mãe. Essa perspectiva foi marcada por um evento específico – a candidatura da fundadora do *CQVM* ao cargo público de deputada estadual pelo seu estado, Santa Catarina. A constatação da candidatura de Lígia Sena, e o acompanhamento das ações em torno dela a partir do anúncio, trouxeram para a investigação uma ação que corrobora para a ideia da apropriação das mídias digitais como uma subversão da rede para ações contra-hegemônicas. As hashtags *#mãesnapolítica e #lutecomoumamãe* revelaram uma rede de mulheres mães que se candidataram a cargos políticos com o objetivo de inserir em suas pautas de projetos que também olhassem para condição social da maternidade. Essas mulheres pretendiam, assim, levar para os espaços de tomada de decisão propostas que levassem em consideração as subtrações de direitos denunciadas pelas ativistas mães, como o direito a creches públicas em horário integral, o aumento do tempo da licença a maternidade, a autonomia em relação ao

parto e a garantia dos direitos trabalhistas. Em função do que propõe este movimento, decidi abordar esta relação da maternidade com a política.

A outra iniciativa apresentada neste capítulo leva em consideração o ativismo materno a partir da perspectiva da mulher mãe que ocupa o espaço público da universidade. Ao longo da fase exploratória desta pesquisa foi possível conhecer o projeto *Parent in Science* – uma inciativa que se propõe a discutir a maternidade no ambiente acadêmico a partir de sua perspectiva crítica. Uma das vozes mais ouvidas neste trabalho foi a de Ligia Sena, que criou o *CQVM* como um blog de maternidade, em um primeiro momento, e o transformou em uma plataforma de mídia independente materna exatamente no momento de sua vida em que cursou o mestrado e o doutorado. Portanto, me parece importante reconhecer que a perspectiva de Lígia, fundadora do *CQVM*, corresponde precisamente à perspectiva de uma mulher mãe acadêmica, que tem formação ligada às Ciências. Pensar a maternidade de forma crítica no ambiente científico, a partir da perspectiva do ativismo materno de ocupar os espaços offline, é uma forma que potencializar o raio de ação das pautas e reivindicações do movimento de mulheres mães em rede.

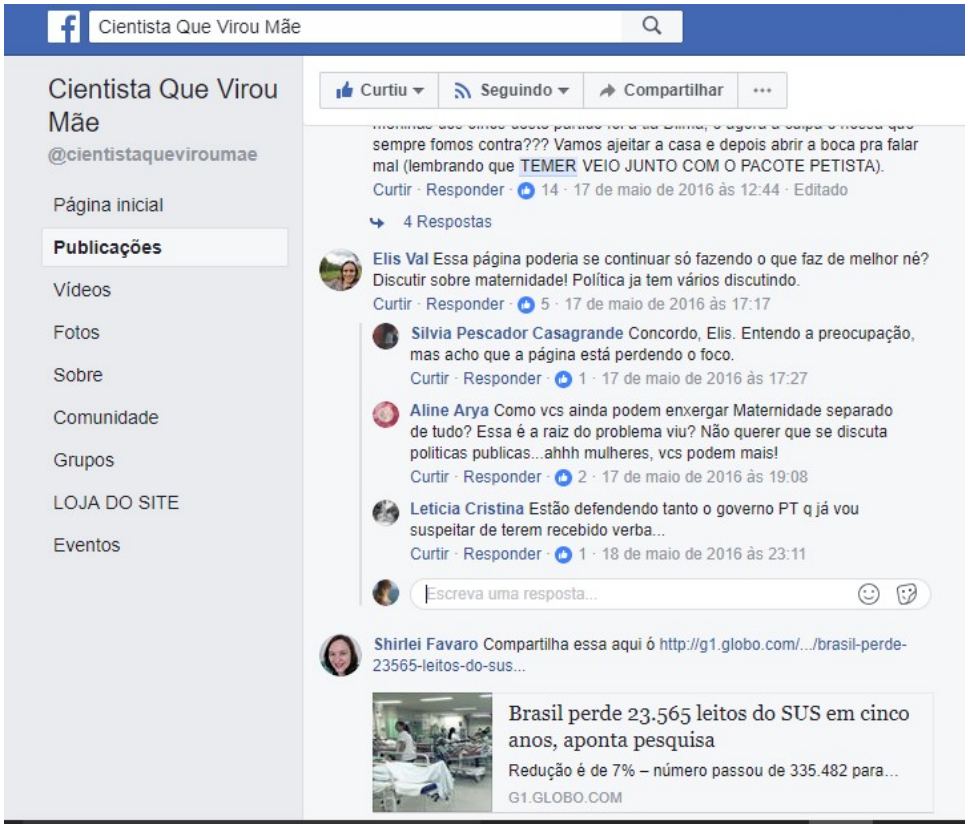
## 4.1 *#mãesnapolítica* e *#lutecomoumamãe*: o ativismo materno nas eleições de 2018 no Brasil.

Neste subcapítulo, são analisados dois pontos que contribuem para a compreensão do ativismo materno e de como a mídia digital vem potencializando as ações políticas dentro do movimento de mulheres mães. Para isto, observei a dinâmica de candidatura e campanha de Ligia Sena a deputada estadual pelo estado de Santa Catarina nas Eleições Gerais que ocorreram no Brasil no ano de 2018 e sua relação com a circulação das hashtags *#mãesnapolítica* e *#lutecomoumamãe* na rede social Instagram. A opção por esta rede social especificamente para observar estes marcadores digitais se deu em função do Instagram ter sido mais usado do que Twitter e Facebook em campanhas on-line de candidatas que usaram a maternidade como pauta. No entanto, também observei especificamente uma postagem na rede social Facebook do *CQVM,* já que esta publicação traz uma discussão importante para se pensar na questão política inserida no ambiente de uma iniciativa de maternidade.

Assim como as questões políticas relativas à mulher mãe, o olhar crítico em relação à situação política do país sempre esteve presente na pauta da plataforma *CQVM.* Trago aqui

uma postagem da rede social Facebook da plataforma de maio de 2016 com o intuito de demonstrar esta colocação. A publicação compartilhava uma notícia sobre a diminuição do número de leitos no Sistema Único de Saúde brasileiro, o SUS. O assunto, de alguma forma, estava na página do Facebook da *CQVM* porque expressava uma crítica em relação às políticas públicas voltadas para a área da Saúde. A formação da fundadora do projeto é na área da Saúde Coletiva, logo a identificação faz sentido. No entanto, a publicação provocou uma discussão nos comentários sobre o porquê de se falar de política em uma página de maternidade e sobre posicionamentos contrários em relação aos partidos envolvidos na cena política.

**Figura 12 – Discussão sobre política nos comentários da página do Facebook do *CQVM***




Fonte: Facebook Disponível em: https://www.facebook.com/cientistaqueviroumae/?epa=SEARCH_BOX Acesso em: outubro de 2018

Permeando a discussão, veio uma reação a negativa de algumas leitoras com relação a conteúdo político na plataforma por acreditarem que maternidade e política não se

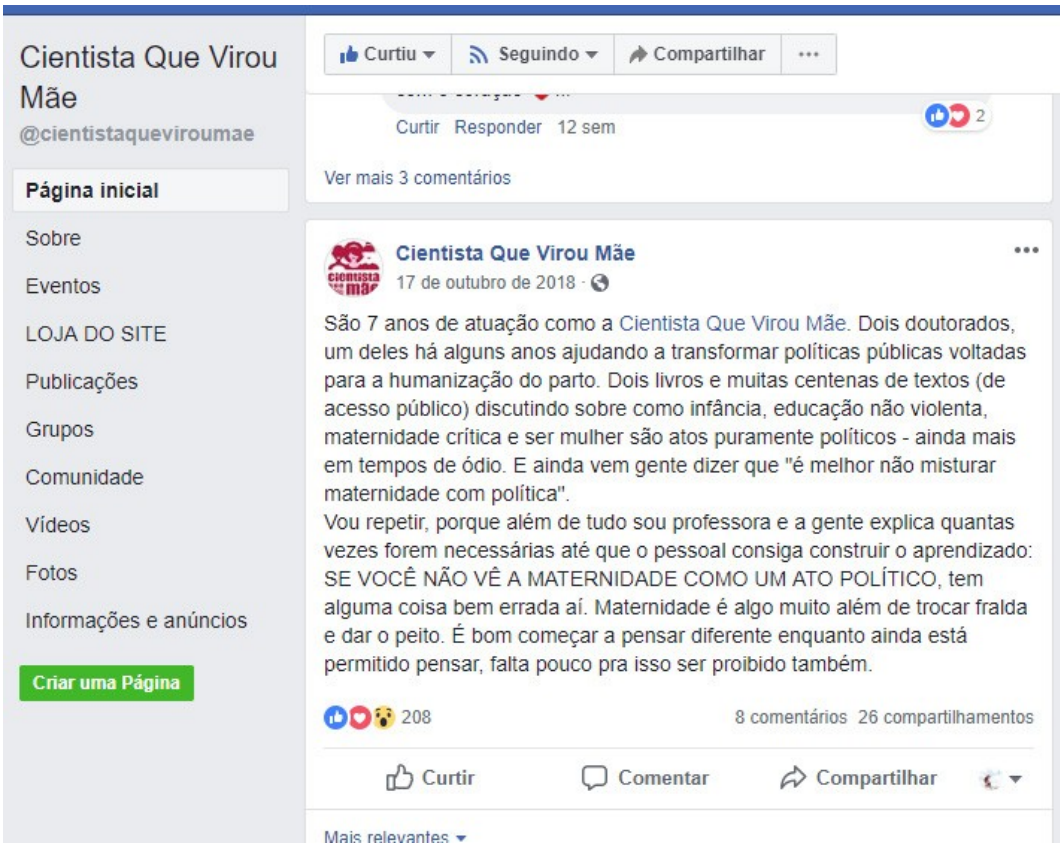
relacionam. Em contrapartida, outro grupo de seguidoras acredita que é necessário enxergar política e maternidade caminhando lado a lado.

> Seguidora 1: Esta página poderia continuar a fazer o que faz de melhor, né? Discutir sobre maternidade! Sobre política já tem vários discutindo.
>
> Seguidora 2: Como vocês podem enxergar maternidade separado de tudo? Essa é a raiz do problema, viu? Não querer que se discuta políticas públicas...ah. Mulheres, vcs podem mais!

A discussão, em alguns momentos, passa a receber comentários irônicos e depreciativos sobre o alinhamento político da página, uma prática observada com mais ênfase no período que se inicia com a crise no cenário político brasileiro no ano de 2016. O ataque à opinião e posicionamento político do *CQVM* veio como consequência da extrema polaridade política e propagação de discurso de ódio que foi característico daquele momento. Esse cenário também favoreceu o ataque a muitas páginas da internet que defendem causas sociais.

A resposta da fundadora do *CQVM* para a polêmica acerca da intersecção entre política e maternidade foi amadurecida e pode ser observada em uma publicação no Facebook feita três anos depois, no dia 17 de outubro de 2018, data compreendida dentro do período da análise empírica em profundidade.

**Figura 13 – Postagem de Ligia Sena na página da *Cientista que virou mãe* na rede social Facebook sobre a maternidade ser um ato político.**



Fonte: Facebook. Acesso em novembro 2018.

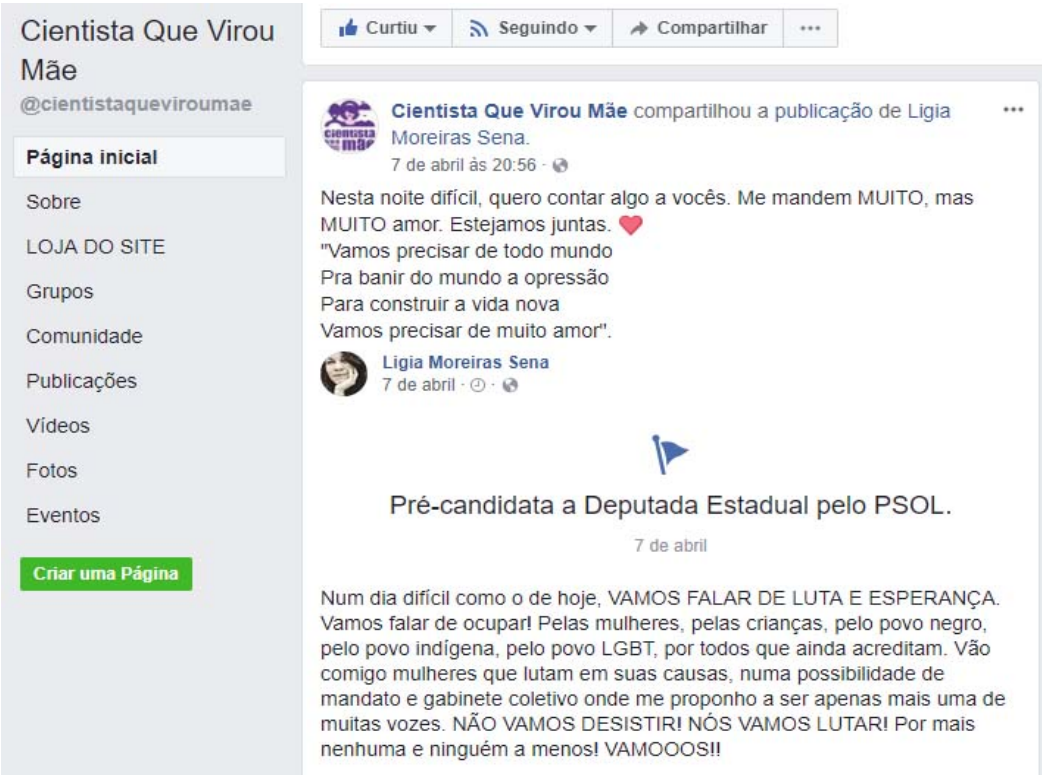
Nele, Ligia atenta para a necessidade de entender a maternidade como um ato político, algo que se deve exercer com a consciência de se lutar por espaços e direitos.

> São sete anos de atuação como a Cientista que virou mãe. Dois doutorados, ajudando a transformar políticas públicas voltadas para a humanização do parto. Dois livros e muitas centenas de textos discutindo sobre como a infância, educação não violenta, maternidade crítica e ser mulher são atos puramente políticos - ainda mais em tempos de ódio. E ainda vem gente dizer que "é melhor não misturar maternidade e política". Se você não vê a maternidade como ato político, tem alguma coisa errada aí. Maternidade é algo muito além de trocar fralda e dar peito. (SENA, 2018)

A colocação da autora traz para este ponto do trabalho novamente a discussão da maternidade política. E, a partir daí, podemos pensar na relação entre política e maternidade a partir de dois aspectos: da consciência em relação à face política da maternidade, ou seja, compreender que a maternidade é uma condição social que implica em algumas lutas, como a do direito à escolha do parto, do direito a creches públicas, do direito à estabilidade trabalhista ao tornar-se mãe, entre outras; e da ocupação dos espaços públicos de tomada de poder para propor novas políticas públicas voltadas para necessidades de mulheres e mães.

No dia 7 de abril de 2018, Ligia Sena, que já se alinhava à atuação política materna por meio do ativismo, anunciou, em uma publicação no Facebook, que estava lançando sua pré-candidatura a deputada estadual pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de Santa Catarina, sul do Brasil. Pela importância do acontecimento, inserimos a publicação do anúncio da candidatura de Ligia Sena como auxiliar no contexto da análise do período entre outubro e dezembro de 2018.

**Figura 14 – Anúncio da candidatura de Ligia Moreiras na página do *CQVM* no Facebook**




Fonte: Facebook Disponível em: https://www.facebook.com/cientistaqueviroumae/?epa=SEARCH_BOX Acesso em: outubro de 2018

Na publicação (Figura 14), Ligia Moreiras Sena conclama outras mulheres para se unirem à proposta de um gabinete coletivo, onde muitas terão voz e onde todas as lutas terão espaço para colocar suas propostas para a transformação da realidade de mulheres, mães, crianças, negros, LGBTs e indígenas. A fundadora da *CQVM* teve a candidatura deferida em setembro de 2018, no entanto, sua pré-candidatura iniciou as ações de comunicação nas redes sociais desde maio de 2018. Ligia se lançou com o número 50180 e adotou o nome oficial de *Ligia Moreiras -A Cientista que virou mãe.* Seu slogan de campanha trazia três verbos na primeira pessoa do plural: "Ocupamos. Existimos. Transformamos." As ações de campanha eram divulgadas em canais exclusivamente utilizados para este fim. Por isso, optei por escolher uma única página de rede social da campanha de Ligia Moreiras. As informações sobre a campanha da então pré-candidata eram veiculadas pelas redes sociais da plataforma *CQVM* também, no entanto, era nas redes sociais de campanha que seu eleitor poderia acompanhar suas propostas, conhecer suas ações e acompanhar sua agenda política. Em função disso, buscamos na página de campanha da rede social Instagram[39] o conteúdo de suas

[39] https://www.instagram.com/ligiamoreiras

propostas e sua interlocução com o público que seguia e visitava as postagens compreendidas dentro do período de tempo escolhido para a análise em profundidade.

Em sua plataforma de campanha, a fundadora do *CQVM* propunha um diálogo direito com o seu eleitor, uma conversa franca, cara a cara. Diante disso, é possível dizer que a atividade atual de realizar rodas de conversa e palestras pelo *CQVM* podem ter origem nas atividades de campanha de Ligia Moreiras. Ao justificar sua candidatura, a autora defende sua atuação como ativista e o tempo que ela tem pensando temas críticos como a violência contra a mulher e a criança. "São oito anos de luta para que possamos parir com respeito, para que possamos vencer a violência obstétrica, para que não aceitemos mais a violência contra a mulher e a criança como se natural fosse."(SENA, Ligia. 2018) Além da proposta de vencer a violência contra a mulher, a candidata ao cargo executivo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina apresentou quais seriam as políticas públicas voltadas para a necessidades específicas da mulher mãe pelas quais ela ia lutar.

**Figura 15 – Postagem da página oficial da campanha de Ligia Moreiras no Instagram com propostas para o seu mandato em 3 de outubro de 2108.**

Fonte: Instagram Disponível em: https://www.instagram.com/p/BoZvi2GAUKl/ Acesso em: outubro de 2018.

Na postagem da página de campanha do dia 1 de outubro de 2018 (Figura 15), Ligia defende que "vida de mulher que é mãe é ainda mais difícil, precisamos de políticas públicas

que nos favoreçam!" (2018). Por isso, ela coloca a proposta de espaços de acolhimento e facilitação da vida materna no puerpério e na primeira infância, período em que a mulher mãe está em uma situação de maior vulnerabilidade social, como observamos a partir das reivindicações das ativistas maternas. Deste ponto é possível que pensemos este tipo de postagem a partir da perspectiva de uma "comunicação personalizada", como coloca Bennett e Segerberg (2012). A forma como Ligia comunica suas propostas políticas se aproxima do conceito da "Connective Action", uma forma particular de interação observada nos novos movimentos sociais. Como foi abordado no capítulo 3 desta dissertação, para os autores houve uma " mudança de sociedades baseadas em grupos para sociedades individualizadas" e esta indivualização vem acompanhada das dinâmicas comunicacionais observadas na rede.

> "1 Conteúdo político sob a forma de ideias facilmente personalizadas. Estes quadros de ação pessoais são inclusivos de diferentes razões pessoais para contestar uma situação que precisa ser mudada. 2- Várias possibilidades tecnológicas de comunicação pessoal que permitem compartilhar os temas. Seja através de textos, tweets, compartilhamento de redes sociais ou postando mashups do YouTube, o próprio processo de comunicação envolve maior personalização através da disseminação de conexões digitais". (Bennett e Segerberg, 2012, p.744) (TRADUÇÃO PRÓPRIA)

Retomando esta ideia, pudemos observar características desta "comunicação personalizada" na campanha da fundadora do *CQVM,* já que, segundo os autores, esta forma de interação envolve a mediação de conteúdo político com ideias personalizadas compartilhadas através de vários canais digitais, como observamos na campanha de Ligia, que associava as ideias já trabalhadas na plataforma às propostas de campanha, veiculando-as nos seus canais pessoais e nos canais da plataforma .

Ligia Moreiras Sena obteve 5.030 votos, quantidade que não foi suficiente para se eleger. Porém, o acompanhamento de sua campanha nos momentos finais das ações, em outubro de 2018, permitiu que esta pesquisa chegasse, por meio das hashtags usadas nas postagens da candidata, à uma rede de candidatas mães que defende uma bancada de mulheres mães para defender pautas que estão incluídas nas reivindicações das ativistas maternas. Foi a partir da hashtag *#BancadaDeMãesAtivistas,* usada nas postagens de Ligia, que cheguei a outras duas hashtags que foram utilizadas em larga escala durante as eleições de 2018 no Brasil e que exemplificam formas de comunicação personalizada que remetem ao "nós somos os 99%" (*we are the* 99%) ao qual se referem Bennett e Segerberg (2012): a hashtag

*#mãesnapolítica* e a hashtag *#lutecomoumamãe*. Ambas acompanham outras campanhas de mulheres mães que se candidataram a cargos no poder executivo. Entre elas, a da candidata à vice-presidência da república já citada neste trabalho, Manuela d'Ávila. Manuela, que iniciou sua campanha como candidata à Presidência da República pelo PCdoB do estado do Rio Grande do Sul, abriu mão da sua candidatura para integrar uma coligação com o candidato Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores(PT), passando a candidata a vice por uma chapa formada pelos principais partidos da esquerda brasileira. A pauta materna sempre permeou a campanha de Manuela d'Ávila. A candidata passou a campanha acompanhada de sua filha Laura e a imagem de uma mãe trabalhando em uma campanha levando consigo uma criança pequena causou estranhamento em muitas pessoas, mas também sensibilizou outras mães e fortaleceu a ideia de que a mulher mãe pode e deve lutar e ocupar os espaços de tomada de decisão política.

Sendo assim, é importante retomar a forma como o feminismo relaciona a maternidade à ocupação dos espaços públicos, já que Manuela sempre questionou a forma como a sua maternidade era vista, já que a ex-deputada sempre fez questão de levar sua filha para o trabalho. Por conta desta atitude, segundo a própria, sempre foi questionada e vista como se estivesse fazendo a coisa errada. Manuela ainda afirma, como vimos no capítulo 2, que o seu acesso ao lugar público do trabalho, quando ainda era deputada, sempre foi dificultado, como observamos em um trecho do texto já citado anteriormente capítulo e retomado agora para esta discussão.

> Voltei a trabalhar exatamente no dia em que Laura fez quatro meses...Foi ali também que percebi que há doze anos eu era submetida a processos de votação noturnos – e que isso era sexismo. Vou me deter à percepção que toda a política é feita para a inexistência de mulheres em espaços de tomada de decisão e, principalmente, mulheres com filhos. Toda ida com Laura a uma agenda, a uma sessão, a um compromisso virou, sem que eu percebesse, um gesto de resistência. Um gesto de ousadia. Percebi que, mesmo que eu explicasse que ela era amamentada, que ela estava feliz, agarrada comigo no sling, as pessoas se incomodavam com a presença dela. Na verdade, elas se incomodavam comigo. Comigo sendo mulher e mãe. À maternidade, tão "endeusada" pela sociedade, é reservado o espaço privado. A casa, a sala de amamentação. Percebi que o espaço público, sobretudo os espaços de poder, não tem espaço para nós (D'ÁVILA, 2017).

Desta fala de Manuela é possível retomar a abordagem feminista da maternidade que

citamos no capítulo 2 e o pensamento de Simone de Beauvoir (1949), que contesta todo o determinismo biológico reservado à mulher. Ou seja, a contribuição do feminismo está em questionar a função da maternidade observada pela perspectiva conservadora que surge no pós-guerra como algo que restringe a mulher mãe apenas aos espaços privados da casa, da família. A contribuição de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo* é oferecer elementos para se pensar a mulher como um sujeito, refutando seu determinismo biológico, já que com a prática da contracepção e do aborto, ser mãe passava a ser uma opção e não algo determinado pelo seu sexo biológico. E, a partir deste momento do movimento feminista, podemos passar a compreender a politização da maternidade, como sugere Scavone.

> A maternidade começava, então, a ser compreendida como uma construção social, que designava o lugar das mulheres na família e na sociedade, isto é, a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino. Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e consequentes cuidados com as crianças – determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. (SCAVONE, 2001)

A ocupação dos espaços públicos pode ser vista então, a partir desta influência das ideias feministas, o que já foi colocado no capítulo 2, como uma necessidade para as ativistas maternas. A mulher mães se candidatar a um cargo político é uma forma de contestar o sistema que as exclui, que as condiciona a ocupar apenas os espaços privados.

Uma imagem (Figura 16) emblemática desta proposta ideológica é o registro feito durante a campanha em que Manuela, com sua filha no colo, vai abraçar uma outra mãe apoiadora que também está com seu bebê em um carregador do tipo sling. Na descrição da postagem feita no Instagram da candidata ela diz: "O que mais me emociona na campanha é encontrar outras mulheres que são mães lutando pelos seus direitos e pelos direitos das crianças."(d'ÁVILA, 2018) Logo em seguida é usada a hashtag *#mãesnapolítica.*

**Figura 16 – A pauta materna acompanha a agenda política da candidata à vice-presidente Manuela d'Ávila.**

Fonte: Instagram Disponível em: https://www.instagram.com/manueladavila/?hl=pt-br

Acesso em: outubro de 2018

Como sabemos, *Hashtags* são palavras-chaves associadas à uma informação que se deseja indexar em algum aplicativo de rede social. No caso desta etapa do trabalho de análise, o Instagram foi a rede social de onde coletei a maior parte das publicações relevantes para se pensar os caminhos para a maternidade que quer ocupar os espaços de tomada de decisão política da sociedade. Nesta rede social, a partir da pesquisa da hashtag *#RedeDeMãesAtivistas*, que foi identificada nas postagens da campanha de Lígia Moreiras, pode-se chegar em outras hashtags, em outras palavras-chaves relacionadas, como é o caso dos indexadores *#mãesnapolítica* e *#lutecomoumamãe*. Durante a pesquisa etnográfica, optei por acompanhar o que surgia quando pesquisava estas duas tags no site Instagram no período dedicado à análise em profundidade. Em primeiro lugar, optei por destacar estes dois marcadores discursivos por eles resumirem todo um movimento que é fundamental de ser estudado para a compreensão do ativismo digital materno. Inclusive, a ordem "Lute como uma mãe" foi estampada em camisetas nos principais comícios de candidatas que carregavam a bandeira da maternidade na campanha eleitoral de 2018, confirmando o poder de conexão que uma ideia difundida via hashtag tem no contexto das articulações de resistência no ativismo político de mulheres mães na internet. Mais uma vez, podemos observar exemplos de comunicação personalizada nas dinâmicas das mães ativistas (políticas) em rede.

No mês de outubro, especificamente por ser o mês das eleições, a observação que levou à análise apresentada neste subcapítulo passou a ser feita com a frequência diária para descobrir outras integrantes desta rede de mulheres que quer formar uma bancada de ativistas

maternas e o que elas propõem como plataforma política. Foram, então selecionadas 2 candidatas do ativismo materno com propostas que apresentavam pontos de congruência com as de Ligia Moreiras em sua campanha. De acordo com as anotações registradas no diário de campo criado para a análise de fatos essenciais para a construção do conhecimento aqui proposto, pude verificar que a hashtag *#RedeDeMãesAtivistas* me levou à descoberta da hashtag *#mãesnapolítica* e, logo em seguida, à hashtag *#lutecomoumamãe*. Este caminho do discurso ativista materno por meio de palavras-chave da internet que aqui são usadas para a construção de uma ideia que aponta para a necessidade de se construir uma rede de fortalecimento materno para lutar e ocupar espaços e fazer valer diretos. E a ocupação das esferas políticas de poder pode ser caminho para que este ideário se estabeleça enquanto realidade.

**Figura 17 – Candidatas ativistas maternas**

Fonte: Instagram Disponível em : https://www.instagram.com/p/BohZfLDHGRK/ e https://www.instagram.com/alessandraminadakis/?hl=pt-br Acesso em outubro 2018

Observando as publicações do Instagram que traziam as hashtags citadas, pode-se

chegar aos perfis das candidatas ativistas da maternidade Laura Muller e Alessandra Minadakis (Figura 17). Foram utilizadas duas postagens feitas em outubro de 2018 pelas duas candidatas em suas páginas na rede social trabalhada nesta parte da pesquisa para coletar informações sobre suas propostas de campanha e observar se elas alinham-se às propostas da campanha de Ligia Moreiras e aos princípios da maternidade enquanto ato político. Laura Muller e Alessandra Minadakis se candidataram a cargos políticos pelo PSOL, assim como Ligia Moreiras. Laura Muller candidatou-se à vaga de deputada estadual pelo estado de Minas Gerais e se apresenta como doula[40] e ativista da humanização do parto[41], ou seja, adota uma proposta que se aproxima do combate à violência obstétrica, tema integrante da plataforma política da fundadora do *CQVM.* Já Alessandra Minadakis candidatou-se à deputada federal pelo estado de Goiás. O slogan de campanha que ilustrava a imagem que acompanha a postagem de Alessandra utilizada aqui dizia: "Sonhar para realizar; lutar para realizar". A candidata, que é procuradora pública e militante sindical, abraça a campanha dos direitos humanos e se autointitula feminista. No texto que acompanha a imagem da publicação da candidata, a defesa da mulher é colocada como principal projeto político.

Assim como Ligia Moreiras, as duas candidatas que foram apresentadas com o intuito de ilustrar o cenário de candidaturas que se estruturam em pilares do ativismo digital materno não obtiveram votação necessária para serem eleitas.

Deste ponto, retomo o pensamento de Castells (2013) sobre os movimentos sociais em rede. Ao longo desta dissertação, tomo o conceito do autor para compreender o ativismo digital materno como prática de um movimento de mulheres mães em rede, ou seja, reconhecendo-o como um novo movimento social. Para reconhecê-lo desta forma, coloco novamente aqui as características citadas pelo autor, ou seja, para ser um movimento social em rede, ele deve estar "conectados de múltiplas formas", o que incluiria redes sociais online e offline, - e por isso trago neste subcapítulo a atuação destas mulheres mães fora dos espaços da rede - ; ser "simultaneamente locais e globais"; ser "espontâneo em sua origem, geralmente desencadeados por uma centelha de indignação"; ser "horizontal e multimodal"; "profundamente autorreflexivo"; "raramente programático" e "voltado para a mudança de valores na sociedade"(IBIDEM, p. 162-165). No entanto, há um porém logo após esta

[40] Doula é uma assistente de parto que não necessariamente precisa ser da área médica. Acompanha a gestante com o objetivo de manter o foco no bem estar da mulher. Acompanha o parto humanizado.

[41] Parto humanizado é um conjunto de práticas que buscam adequar o parto dentro de uma perspectiva menos hospitalar e medicalizada.

definição do autor que cabe neste ponto da análise. Para Castells, o papel destes novos movimentos sociais não é o de ocupar os espaços de tomada de decisão política; e sim, transformar a consciência da sociedade em relação a um determinado problema social. Segundo o autor, os movimentos sociais em rede "pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos políticos, nem apoiam governos...Mas são muito políticos num sentido fundamental." (p. 165) Sendo assim, para Castells, para além da ocupação do cenário deliberativo da política, o movimento de mulheres mães em rede precisa transformar a forma como a sociedade pensa a maternidade.

> As mudanças só podem acontecer fora do sistema, mediante a transformação das relações de poder, que começa na mente das pessoas e se desenvolve em forma de redes construídas pelos projetos dos novos atores que constituem a si mesmos como sujeitos da nova história em processo. (IBIDEM, P.166)

No entanto, não devemos deslegitimar a coragem de Ligia Sena ao se lançar candidata. Ela mesma, em nenhum momento, a fundadora da plataforma *CQVM* escondeu de suas leitoras e/ou eleitoras que o caminho da luta das mulheres mães pela ocupação de espaço e pela reavaliação de direitos e políticas públicas seria difícil. Ligia inclusive, desde o início da plataforma usa a expressão "Existir é resistir" para resumir a condição da maternidade hoje na sociedade. A resistência, neste contexto apresentado, estaria em novas tentativas por parte das ativistas do movimento de ocupação de cargos políticos. Além disso, a tentativa de ocupação, neste sentido, envolve a ocupação de qualquer espaço que envolva a detenção do poder. Neste caso, a ideia seria subverter esta força em um poder que permita que sejam estabelecidas novas diretrizes para se refletir a respeito da condição social materna.

Seguindo esta ideia de pensar a ocupação dos espaços de detenção de poder e tendo em vista que o conhecimento é um tipo de poder, no próximo subcapítulo analiso uma forma de ativismo digital materno que ocupa os espaços de produção de conhecimento das universidades. Trouxe para este trabalho uma iniciativa que pensa na condição materna dentro do ambiente científico: o *Parent in Science*. Faço isso com dois propósitos: como uma forma de compreender o contexto vivido pela autora da *CQVM* quando ela transformou seu blog em plataforma de informação independente materna, já que Ligia era uma acadêmica na época, e como uma tentativa de se pensar na necessidade da presença da mulher mães nestes espaços,

assim como nos limites enfrentados por elas.

## 4.2 *Parent in Science*: ativismo materno e ciência

Diante da atuação da fundadora do *CQVM*, surgiu, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, uma importante questão: o nome *Cientista que virou mãe* remete a ideia de uma pessoa que trabalhava na área da ciência e passa a dedicar-se à maternidade. No entanto, qual era a relação deste sujeito com a carreira científica? Como a maternidade é vivida neste meio? E o que faz uma cientista virar ativista da maternidade? Para integrar estas questões a este trabalho, serão abordadas neste subcapítulo relações entre maternidade e meio científico que emergiram com as ideias trabalhadas na análise da plataforma *CQVM*.

Inicialmente é importante entender o contexto em que Ligia Moreiras Sena estava inserida no momento em que engravidou e começou escrever seu blog de maternidade, que, na época, ainda não trazia o nome *Cientista que virou mãe*. No ano de 2009, quando nasceu sua página pessoal, Ligia Moreiras Sena terminava seu doutorado em Farmacologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. De acordo com o seu Currículo Lattes[42], a pesquisadora possui graduação em Ciências Biológicas, mestrado em Psicobiologia, o primeiro doutorado em Farmacologia e o segundo, em Saúde Coletiva, tendo também atuado por 10 anos como professora de Fisiologia e Psicobiologia. Diante deste histórico pode-se afirmar o caráter essencialmente científico da vida profissional da autora do *CQVM* no ano de surgimento do blog que se transformou em plataforma de ativismo materno.

A observação do seu currículo acadêmico também possibilitou a constatação de que, de alguma forma, o desenvolvimento do blog e a atuação no ativismo materno influenciaram na carreira acadêmica de Ligia Sena. A pesquisadora, entre o mestrado e o primeiro doutorado, em 2009, investigava temas ligados à neurociência, como atuação de fármacos e neurofisiologia, entre outros temas. Sua dissertação de mestrado em Psicobiologia tem o seguinte título: *Efeitos da inibição e da estimulação do núcleo dorsal da rafe sobre respostas comportamentais de defesa a estímulos aversivos condicionados e incondicionados.* Já a tese do seu primeiro doutorado trabalha a neuro psicofarmacologia a partir de produtos naturais. Seu título é: *Atividade neurofarmacológica do pericarpo dos frutos de Passiflora edulis*

[42] http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4559517H8

*variedade flavicarpa (maracujá): envolvimento de flavonoides C-glicosideos* . É possível observar pelo teor dos temas abordados nos trabalhos científicos de Ligia Moreiras que tratavam-se de pesquisas que trabalham processos reflexivos e metodológicos próprios da área das Ciências da Natureza. No entanto, seu segundo doutorado, cursado entre os anos de 2011 e 2016, momento em a plataforma *CQVM* teve um grande desenvolvimento no seu número de seguidores e em suas atividades, Ligia Moreiras Sena defendeu a tese: *Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração - A medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica.* Em seu segundo doutoramento, a acadêmica traz sua formação em Ciências Biológicas e Farmacologia para questões que envolvem reflexões e processos metodológicos de pesquisa da área das Ciências Sociais. O tema da violência obstétrica trabalhado na pesquisa de Ligia trazia para o meio acadêmico uma problematização que está inserida na pauta do ativismo materno. Os direitos em relação ao parto representam uma temática que integra a agenda de grupos ativistas maternos ao redor do mundo. O uso de medicamentos que induzem a contração intrauterina que possibilita que o bebê saia da barriga da mãe é um ponto sensível no debate acerca dos direitos sobre o parto. Outros assuntos relativos à saúde da mãe e da criança se incluem na mesma pauta. A luta de ativistas pelo parto humanizado trazia para a arena de debates a questão da falta de investimento em saúde pública. E aí, neste ponto, percebemos que a produção científica da autora do *CQVM* sempre esteve envolvida com questões sociopolíticas, por se propor a pensar na saúde da mulher mãe e da criança a partir da reformulação de políticas públicas voltadas para o direito da parturiente e de seu filho.

Partindo da questão da violência no parto, observamos que outros trabalhos acadêmicos citam Ligia Moreiras Sena e a plataforma *Cientista que virou mãe* como referências importantes para o tema no cenário brasileiro. Como a tese de doutorado da pesquisadora Lia Hecker Luz, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O trabalho defendido em 2014 sob o título *O renascimento do parto e da (reinvenção da) emancipação social na blogosfera brasileira: contra o desperdício das experiências* [43] usava o blog de Ligia como referência para informações sobre a mobilização de mães na blogosfera em prol do parto humanizado. Neste sentido, observamos que a perspectiva de análise da autora observa o ativismo digital

[43] http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/handle/123456789/13847

de mães pela causa do parto humanizado e a abordagem crítica de modelos de assistência ao parto, como colocado no capítulo 3 deste trabalho. Esta crítica integra uma das vertentes que observamos no ativismo digital materno, a vertente que luta pelo parto humanizado e contra a violência obstétrica. No entanto, neste trabalho procuro elucidar o que é o ativismo digital materno a partir da constituição de um movimento de mães que usa a mídia como potencializadora de ações e projetos, pensando aqui maternidade, ativismo e mídia digital a partir da perspectiva hegemônica e contra-hegemônica da mídia e dos movimentos sociais em rede.

Outro ponto que se relacionou com o tema desta pesquisa durante o período de análise exploratória foi a constatação de que existe uma iniciativa de ativismo materno dentro das estruturas acadêmicas brasileiras. O *Parent in Science*, iniciativa acadêmica vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, se apresenta como grupo de suporte para pesquisadoras/docentes que tornaram-se mães recentemente. O primeiro Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, realizado no ano de 2018, visava discutir as relações entre maternidade e ciência com pesquisadores e líderes da comunidade científica. O Simpósio é realizado uma vez por ano. As discussões fomentadas por ele giram em torno da ocupação do espaço de pesquisa acadêmica pela mulher mãe e o impacto da maternidade na carreira científica, já que, conciliar os desafios da vida acadêmica com os desafios da maternidade passou a ser uma questão critica para mães acadêmicas.

**Figura 19 – Publicação da página do grupo *Parent in Science* na rede social Facebook**

Fonte: Facebook Disponível em:https://www.facebook.com/parentinscience/ Acesso em: novembro de 2018.

Sendo assim, uma iniciativa como o *Parent in Science* pode se enquadrar em algumas características do ativismo digital materno, já que se articula on e offline e defende pautas que buscam a transformação social para a mulher mãe. (CASTELLS, 2013, p. 162) O projeto se utiliza das redes sociais para difundir seus propósitos e suas ações. Portanto, pode ser considerado como uma ação midiática voltada para a problematização de alguma questão na vida da mulher que torna-se mãe, que toma curso on e offline. Em um postagem da rede social Facebook da inciativa no dia 18 de fevereiro de 2019, os integrantes desta rede comemoraram como uma vitória em prol dos direitos da mulheres mães no meio acadêmico: a Universidade Federal Fluminense (UFF) para a pontuar nos editais de bolsa PIBIC[44] a docente que gozou de licença maternidade nos últimos dois anos. Esta conquista serve para compensar o tempo em que a mulher não pode se dedicar à pesquisa por ter que se dedicar aos cuidados de um filho na licença maternidade, fase em que a mulher enfrenta os maiores desafios da maternidade por se tratar do momento em que a criança é mais dependente da mãe. Esta linha de pensamento que respeita as necessidades da mulher mãe no meio acadêmico é discutida nos simpósios do projeto. A programação[45] do evento que ocorre no ano de 2019 traz como temas das mesas redondas a maternidade durante a formação das cientistas brasileiras e as questões de gênero no ambiente científico. Além destas discussões, o evento também debate políticas de apoio à maternidade no meio acadêmico. Em função disto, a adesão da UFF a uma iniciativa de apoio e facilitação da atuação da mulher mãe na pesquisa científica foi vista como vitória para a rede formada pelo *Parent in Science.* E, a partir do que vimos neste trabalho, esta pode ser considerada uma vitória também para o ativismo digital materno.

Com a conclusão deste último capítulo, é possível responder aos problemas desta pesquisa. O objetivo desta dissertação foi compreender o que é o ativismo digital materno , como ele se relaciona com os feminismos, com a mídia alternativa e como ele se insere dentro do campo dos ativismos, a partir de suas próprias características. Para isto, listo abaixo quais são e como elas respondem a estas questões.

1. O ativismo digital materno é prática de um novo movimento social: o movimento de

[44] Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica voltado para estudantes de graduação.
[45] https://www.parentinscience.com/programacao

mulheres mães em rede. A partir da perspectiva de Castells (2013) e Bennett e Segerberg (2012) foi possível classificá-lo desta forma pela sua dinâmica de organização e atuação já que ele usa uma forma de comunicação personalizada e se conecta tanto pela internet quanto fora dela, sendo também, como coloca Castells, simultaneamente local e global, já que as experiências difíceis com a maternidade podem ser vivenciadas com mães de qualquer parte do planeta. O ativismo digital materno é motivado pela indignação, o que corrobora para classificá-lo como movimento social em rede. Esta indignação pode ser observada no material analisado do *CQVM,* quando sua autora questiona os direitos em relação ao parto, quando questiona o tipo de informação que é disponibilizada na mídia tradicional para as mulheres mães e quando propõe que a maternidade é um ato político, ou seja, precisamos negociar e lutar pela nossa presença nos espaços públicos da sociedade. O movimento de mulheres mães em rede também segue a ideia de Castells quanto a ser "horizontal e multimodal", criando um sentimento de companheirismo e favorecendo a cooperação e solidariedade entre as mães que participam desta rede. O fortalecimento mútuo é uma forma de estruturar as mulheres mães para enfrentarem os desafios desta condição social. Isso pode ser observado claramente nas postagens de Ligia Sena nas redes sociais e nos textos da plataforma *CQVM* que analisei neste trabalho. Mas a principal característica de um movimento social em rede que observamos nas mães em rede é que ele é voltado para uma fundamental mudança de valores na sociedade contemporânea.

2) Aproprie-se do meio digital para a formação de frentes de ação e informação. Desta característica, ligamos o ativismo digital materno ao ativismo midiático e o inserimos no campo dos ativismos como uma tipo distinto desta prática que se vale da autonomia dos espaços da rede para fomentar ideias, práticas e agendas a partir da criação de uma mídia alternativa. Esta compreensão surge a partir do que coloca ROCHA & BARBOSA (2018). Para as autoras, a mídia alternativa mobiliza-se no combate ao pensamento único difundido pela grande mídia hegemônica. Exatamente o que propõe Ligia Sena quando altera o modo de funcionamento do seu blog para plataforma de mídia.

3) As integrantes do ativismo digital materno alinham-se ideologicamente ao feminismo enquanto crítica teórica e movimento social. Esta constatação foi possível não só pelo fato do *CQVM* vender livros feministas em sua livraria virtual (figura 20), mas também,

porque as ativistas maternas da rede são frutos de uma geração influenciada pela Quarta Onda do Feminismo, como observamos no capítulo 2.

**Figura 20 – Postagem na página do Instagram da *CQVM* com livros com a temática feminista que são vendidos na livraria virtual da plataforma**

Fonte : Instagram. Disponível em https://www.instagram.com/p/BpChFcwBt7L/ Acesso em outubro de 2018.

Além disso, também observamos que ideias fundamentais para o ativismo materno, como a negação ao determinismo materno e a politização da condição da mulher mãe, surge na Segunda Onda do Feminismo, quando, como coloca Hall (2006) ele questiona a clássica distinção entre o "dentro" e o "fora", o "privado" e o "público".

> Ele (o feminismo) abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas da vida social: a família, a sexualidade, o trabalho, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o processo de identificação. Aquilo que começou como movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres, expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. (HALL, 2006, p.45)

E é desta colocação de Hall, que chegamos a quarta característica do ativismo digital materno:

4) A maternidade vista como forma de militância. A politização de arenas privadas, como o cuidado com as crianças, para as ativistas maternas é fundamental. Inclusive, a ocupação dos espaços públicos por mães e suas crianças, concluímos, é vista para este grupo como uma forma de resistência. Observamos isso, quando Ligia Sena leva sua filha para seus compromisso de trabalho (Figura 21), quando Clara Averbuck leva sua filha para uma entrevista na TV (Figura 7), quando Manuela d'Ávila leva sua filha para seus compromissos de campanha (Figura 16).

**Figura 21 – Postagem no Instagram da *CQVM* com imagem que mostra a filha de Ligia Sena embarcando com ela para um compromisso de trabalho.**

Fonte: Instagram. Disponível em https://www.instagram.com/p/Bt5h0lBAUBq/ Acesso em fevereiro de 2019.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir este trabalho, retomo primeiramente o que me propus a investigar, ou seja: a) Quais são as principais características do ativismo digital materno e de que maneira ele se insere nos campos teórico e empírico do ativismo digital? b) Quais são as relações entre o ativismo digital materno e os feminismos em rede encontrados atualmente no ciberespaço? c) Quais são as interfaces entre o ativismo digital materno e as mídias alternativas, partindo de uma análise de uma iniciativa – um blog de maternidade que se transformou em plataforma de mídia independente: o *Cientista que Virou Mãe*?

Antes, porém, é importante retomar também que a hipótese levantada para a existência de um fenômeno como o ativismo digital materno era que a ocupação da rede para as reivindicações das mulheres com filhos se devia à uma subtração de direitos que nem sempre se dava de maneira objetiva. Ou seja, muitas vezes esta subtração era observada nas subjetividades das relações que se estabeleciam na vida cotidiana. Estas perdas fariam com que a mulher mãe não alcançasse o seu fruir social. Esta ideia de fruir segue o pensamento de Agnes Heller (2011), para quem todo indivíduo inteiro deve ser agente fruidor da sua própria história, encontrando espaço para reivindicar mudanças no seu papel social, principalmente no que se refere aos valores trabalho, socialidade e liberdade, tomando aqui como valor tudo aquilo que favorece o desenvolvimento da essência humana.

Sendo assim, em um primeiro momento, o que justifica a existência de um ativismo de mulheres mães é a necessidade de se reivindicar mudanças no papel social da mulher com filhos. Mas, por que é necessário essa mudança? Quais são estas perdas? Estas perguntas acompanharam todo o trabalho desta dissertação até aqui e o material empírico coletado e analisado contribuiu para a compreensão sobre o porquê desta busca pela reformulação da forma como a sociedade lida com a condição da maternidade. Quando no início do trabalho de pesquisa eu apresentei este tema em uma aula sobre movimentos sociais que eu cursava no Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense (UFF), um querido professor me provocou com a seguinte pergunta: “Mas as mulheres mães não têm seus direitos garantidos por lei?” E eu, respondi que sim. De fato, é reservado a mulher grávida o direito de optar pelo tipo de parto, mas não é bem isso que acontece. Em geral, o que favorece hospitais, médicos e planos de saúde é o que é feito, como observado na

análise feita no capítulo 3 com a abordagem de uma postagem da *CQVM* sobre o acompanhamento de doulas e o alto número de cesarianas na rede pública. Dentro desta mesma perspectiva, quando uma mulher volta da licença maternidade, é garantido por lei que ela tenha estabilidade de seis meses após o parto, não podendo ser demitida antes deste período. Só que muitos empregadores esperam completar este tempo para demitir suas funcionárias com filhos recém-nascidos. Uma série de reportagens[46] foi realizada pelo jornal on-line *Brasil de Fato* em agosto de 2017 em que apresenta uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) onde consta que 50% das mulheres que voltam da licença maternidade são demitidas. Logo, além deste direito ter de ser reavaliado, pode-se observar, com a fala das mulheres entrevistadas nestas reportagens, que a mulher com filho não é bem vinda nos ambientes de trabalho de muitas empresas. Uma das entrevistadas, Marília Trindade, em sua colocação contribui para esta afirmação:

> Eu lembro que, na outra empresa que eu trabalhava, meu antigo patrão era bem caricato, grosso. Na época, duas pessoas engravidaram e ele as tratava muito mal. E, assim que elas voltaram, mandou embora. Ele mesmo falava que não gostava de contratar mulher porque era uma despesa. (TRINDADE, 2017)

Sendo assim, para além de uma reavaliação sobre o direito das mulheres com filho, o que pode ser observado a partir do que foi analisado neste trabalho, é que é necessário também que a própria sociedade mude a forma de olhar para o sujeito mãe. E isso nos ajuda a compreender o porquê da existência do ativismo digital materno.

Com as respostas encontradas para os problemas levantados nesta pesquisa, foi possível concluir resumidamente que: o ativismo digital materno é prática de um novo movimento social: o movimeto de mulheres mães em rede. Ele se apropria do meio digital para a formação de frentes de ação e informação. As integrantes do ativismo digital materno alinham-se ideologicamente ao feminismo enquanto crítica teórica e movimento social e encaram a maternidade como forma de militância. A ocupação dos espaços públicos por mães e suas crianças, concluímos, é vista para este grupo como uma forma de resistência.

Diante desta constatação, foi possível compreender a importância da atuação do ativismo materno no cotidiano offline. Porque se o maior objetivo deste fenômeno é a transformação do olhar da sociedade em relação a condição da maternidade, é necessário, para que ela possa ser enxergada de forma mais real, ir para fora das paredes das casas, estar

[46] https://www.brasildefato.com.br/2017/08/16/dispensa-maternidade-or-50-das-maes-sao-demitidas-ate-dois-anos-apos-licenca-diz-fgv/

presente no dia a dia e onde menos esperamos que possa surgir uma mãe com uma criança nos braços.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ABELLA, Letícia Beatriz Gambetta. **Redes Sociais e Empoderamento Cidadão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios às mediações.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo:** Fatos e Mitos (S. Milliet, Trad.). São Paulo: Difusão Européia do Livro (Original publicado em 1949), 1970.

BENNETT, W. Lance & SEGERBERG, Alexandra: **The Logic of Connective Action**, Information, Communication & Society, 15:5, 2012. (739-768).

BRAGA, Adriana. **Personas materno-eletrônicas**: feminilidade e interação no blog Mothern. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BRAGA, Adriana. **Teoria e Método na análise de um blog: o caso Mothern.** In Blogs.com: estudo sobre blogs e comunicação. AMARAL, Adriana; MONTARNO, Sandra; e RECUERO, Raquel (orgs.)- São Paulo: Momento Editorial, 2009.

BRAGA, Eduardo Cardoso. **As redes sociais e suas propriedades emergentes como a inteligência coletiva.** In: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas. PUC/SP: edição 2, 2009.

BRAIGHI, Antônio Augusto; CÂMARA, Marco Túlio. **O que é Midiativismo? Uma proposta conceitua**l. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 25-42.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, Stanford, v. 43, 1991.(p. 1241-1299).

FUCHS, Christian. **Em direção a uma problemática marxista de estudos sobre a internet.** Versão condensada do artigo "Towards Marxian Internet Studies", publicado em Triple C, 10 (2), 2012. Tradução de Sergio Braga.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais na atualidade**. In: GOHN, Maria. da G. (Org.). Movimentos sociais no início do século XXI. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. p. 11-53.

HJARVARD, Stig. **Midiatização: conceituando a mudança social e cultural.** In Revista Matrizes. USP: São Paulo, 2014. (p.21-44).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAMELINK, Cees. Direitos Humanos para a Sociedade da Informação. In: MELO, M; SATHER, L. (Eds.). **Direitos à comunicação na sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2005. (p. 103–137).

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 8. ed. 1. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia:** estudos culturais entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KOZINETS, Robert. On Netnography: initial Reflections on Consumer Investigations of Cyberculture. In: ALBA, J; HUTCHINSON, W. (Eds.). **Advances in Consumer Research**, Provo-UT: Association for Consumer Research, 1998.

LAPLANTINE, François. **A Descrição Etnográfica.** São Paulo: Ed. Terceira Margem, 2004.

LÉVY, Pierre. A **Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-Pós, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, (p. 46-61), maio/ago. 2009b.

RECUERO, Raquel. **Conversação em rede: comunicação mediada por computador e redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RIZZOTTO, Carla Candida; MEYER, Natasha; SOUSA, Fernanda Castro. **Ativismo Digital: uma análise da repercursão das campanhas feministas na Internet.** In: Revista Rizoma. Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul: Rio Grande do Sul, 2017. v.5, n. 1. (p. 124-147)

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A Quarta Onda do Movimento Feminista: o fenômeno do ativismo digital.** Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale dos Sinos. Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Leopoldo, 2017.

ROCHA, Tácia; BARBOSA, Flávia. **Mídia Alternativa: um trajeto sobre o conceito e seus deslocamentos.** In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. (p. 62-77).

SCAVONE, Lucila. **A Maternidade e o Feminismo**: Diálogo com as Ciências Sociais. **Cadernos Pagu**, v. 16, 2001. (p. 137-150).

TOMAZ, Roberta. **Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão**. Galaxia, São Paulo, n. 29. (p. 155-166, 2015). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120031.

TOSONI, SIMONE; TARANTINO, Matteo. **Media Territories and Urban Conflict**: exploring symbolic tactics and audience activities in the conflict over Paolo Sarpi, Milan. International Communication Gazette, 2013. Disponível em: < http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.1028.856&rep=rep1&type=pdf>.

VIEIRA, Vera de Fatima. **Comunicação e feminismo. As possibilidades na era digital**. TESE de Doutorado. Escola de Comunicação e Artes (ECA) USP. São Paulo, 2012.

**REFERÊNCIAS DA INTERNET**

AVERBUCK, Clara. **A maternidade não te define.** Disponível em: http://revistadonna.clicrbs.com.br/coluna/clara-averbuck-maternidade-nao-te-define/ Acesso em: outubro de 2017.

DÁVILA, Manuela. **Ir com Laura a um comprimisso é um ato de resitência: a política é feita pelos homens para os homens.** Disponível em: http://agoraequesaoelas.blogfolha.uol.com.br/2017/03/23/ir-com-laura-a-um-compromisso-e-um-gesto-de-resistencia-a-politica-e-dos-homens-para-homens/?loggedpaywall Acesso em: abril de 2017.

GONÇALVES, Guaraciara. **Sobre a Polêmica com o Blog Cientista Que Virou Mãe,** 02 jul. 2015. Disponível em**:** http://pretamaterna.blogspot.com.br/search?q=cientista+que+virou+m%C3%A3e Acesso em: 30 out. 2017 – blog desativado.

MOREIRAS SENA, Lígia. **Sobre: Conheça a Nossa História,** s.d. Disponível em**:** https://www.cientistaqueviroumae.com.br/sobre. Acesso em: 28 out. 2017

MOREIRAS SENA, Lígia. **Você é Gentil, Você é Inteligente, Você é Importante: O Poder do Discurso de Todos Nós.** 12 jun. 2015. Disponível em**:** https://cientistaqueviroumae.com.br/blog/textos/voce-e-gentil-voce-e-inteligente-voce-e-importante-o-poder-do-discurso-de-todos-nos
Acesso em: 28 out. 2017

## ANEXOS

**Tabela com temas de postagens do *Cientista que virou mãe* no período de transição no modo de funcionamento de blog para plataforma**

| Título da postagem | Data | Autora |
|---|---|---|
| **A arte, a ciência e o amor de caminhar junto** | 31/07/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **Saúde bucal infantil: escovação sim. Mas e o que mais?** | 06/08/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **Quando você olha para o bem, o bem olha para você** | 11/08/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **"Você pode, você é capaz, eu acredito em você" - quando o incentivo de uma mãe ajuda uma moça a mudar a realidade** | 14/08/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **LGBTfobia: como vou explicar para a minha filha?** | 20/08/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **"Eu sofri abuso sexual" - Quando um relato é parte da cura** | 27/08/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **Cachorros franceses, crianças brasileiras e a faxina - como a violência à criança e à mulher encontra apoio na sociedade brasileira** | 17/09/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **Como você se sente violentando crianças?** | 29/10/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **TRANSIÇÃO BLOG – PLATAFORMA** | | |
| **Banheiro unissex na educação infantil: pode ou não pode?** | 24/11/15 | Valéria Mendes |
| **Concepção, informação e poder - Um basta para conselhos do tipo "só precisa relaxar para conseguir engravidar logo"** | 24/11/15 | Carolina Pacheco |
| **Abuso Sexual na Infância - Quem são os abusadores? Como identificar sinais? O que fazer?** | 01/12/15 | Lígia Moreiras Sena |
| **Amo meus filhos. Mas odeio ser mãe** | 20/01/16 | Ana Rossato |
| **Pequeno guia para a mulher que precisa se divorciar** | 01/03/16 | Priscila Cvalcanti |
| **Desfralde com respeito – entre fraldas, calcinhas e cuecas** | 05/03/16 | Zioneth Garcia |
| **Maternidade e Feminismo: É possível exercer uma maternidade que não nos aprisione** | 09/03/16 | Lígia Birindelli Amenda |

## Tabela com primeira coleta de temas de postagem da plataforma *Cientista que virou mãe*

| Título da postagem | Data | Categoria |
|---|---|---|
| VIOLÊNCIA SEXUAL NO CASAMENTO: PRECISAMOS FALAR SOBRE ISSO | 20/01/17 | empoderamento feminino |
| CRIANDO MENINOS PARA ROMPER A LÓGICA MACHISTA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES | 18/02/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| ALIENAÇÃO PARENTAL: O QUE É? QUAIS AS IMPLICAÇÕES? O QUE REPRESENTA? | 23/02/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA E O LIVRE BRINCAR: TRANSFORMANDO DESAFIOS EM POSSIBILIDADES | 20/02/17 | outros temas |
| COMO A PERDA DE DIREITOS JÁ ESTÁ AFETANDO AS MÃES BRASILEIRAS? | 04/04/17 | empoderamento feminino |
| SER FEMINISTA: POR QUE É MUITO MAIS DIFÍCIL NA VIDA PRIVADA? | 07/04/17 | empoderamento feminino |
| O IMPACTO DO SEU RACISMO NAS MINHAS E NAS SUAS CRIANÇAS | 11/04/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| SEXUALIDADE E PARTO: EM BUSCA DO ELO PERDIDO | 06/05/17 | gravidez, parto e pós- parto |
| FOTOGRAFIAS, CRIANÇAS E INTERNET: OUTROS TEMPOS, OUTRAS POSSIBILIDADES | 09/05/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| VOLTA AO TRABALHO E O NOVO BEBÊ: CONCILIANDO NOVAS VIDAS | 14/05/17 | empoderamento feminino |
| MÃES ESTUDANTES: UMA DEMANDA QUE O SISTEMA IGNORA | 19/05/17 | empoderamento feminino |
| MATERNIDADE VEGANA: CRIANDO CRIANÇAS VEGANAS NUM MUNDO QUE VÊ ANIMAIS COMO PRODUTOS | 21/05/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| SEJA OBEDIENTE": QUANDO A EDUCAÇÃO É VIOLENTA | 24/05/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| FAMÍLIAS NÃO NUCLEARES: QUANDO AS CRIANÇAS APRENDEM DIFERENTES FORMAS DE AMOR | 25/05/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| O ABISMO ENTRE ESTAR SOLTEIRA E SOZINHA - MÃES SOLO | 30/05/17 | outros temas |
| REFORMAR E CONSERTAR: POR QUE ESTIMULAR AS CRIANÇAS A CONSERTAREM O QUE ELAS JÁ TÊM PODE AJUDAR A MUDAR O MUNDO? | 07/06/17 | outros temas |
| MÃE, O QUE É SEXO? | 30/06/17 | maternidade consciente e criação com apego |
| FILHOS ATÍPICOS, CULPA E AUTOESTIMA MATERNA: UM OLHAR DE DENTRO | 03/07/17 | maternidade consciente e criação com apego |